

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

TAIANE CRISTINA DA SILVA

OS FILHOS DA PIEDADE: A EXPOSIÇÃO NA FREGUESIA DE  
GUARAPIRANGA, MINAS GERAIS (1770-1820).

BELO HORIZONTE

2017

TAIANE CRISTINA DA SILVA

OS FILHOS DA PIEDADE: A EXPOSIÇÃO NA FREGUESIA DE  
GUARAPIRANGA, MINAS GERAIS (1770-1820).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História.

Linha de Pesquisa: História Social da Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Tarcísio Rodrigues Botelho.

Belo Horizonte

Departamento de História da UFMG

2017

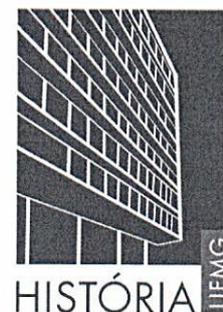
981.51 Silva, Taiane Cristina da  
S586f Os filhos da piedade [manuscrito] : a exposição na  
2017 freguesia de Guarapiranga, Minas Gerais (1770-1820) /  
Taiane Cristina da Silva. - 2017.  
106 f.  
Orientador: Tarcísio Rodrigues Botelho.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas  
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.  
Inclui bibliografia.

1.História – Teses. 2. Crianças abandonadas – Teses.  
3.Família – História - Teses. 4.Minas Gerais – História –  
Teses. I. Botelho, Tarcísio Rodrigues. II. Universidade  
Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências  
Humanas. III.Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



**"Os Filhos da Piedade: A Exposição Na Freguesia de Guarapiranga, Minas Gerais (1770-1820)"**

**Taiane Cristina da Silva**

Dissertação aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Prof. Dr. Tarcísio Rodrigues Botelho - Orientador  
UFMG

Profa. Dra. Adriana Romeiro  
UFMG

Prof. Dr. Jonas Marçal de Queiroz  
UFV

Belo Horizonte, 03 de maio de 2017.

## **Agradecimentos**

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais pela oportunidade de cursar o mestrado.

Sou grato ao meu orientador Professor Dr. Tarcísio Rodrigues Botelho, pela sua disposição e paciência em ler minuciosamente o meu texto e orientar nos momentos mais difíceis da pesquisa.

Agradeço ao Professor Dr. Fábio Faria Mendes, por ter sido o meu primeiro orientador nesta caminhada, mostrando-me caminhos e possibilidades de pesquisa, quando ainda estava cursando a graduação na Universidade Federal de Viçosa.

Agradeço ao Professor Dr. Marco Antônio da Silveira, da Universidade Federal de Ouro Preto e a Professora Dr. Adriana Silva Romeiro que com carinho e dedicação participaram do exame de qualificação ajudando com valiosas sugestões para a elaboração deste texto final.

À minha família pelo apoio e incentivo incondicional.

As amigas que me fizeram acreditar mesmo quando já havia desistido: Ludmila e Lucimar.

Agradeço ao meu amigo e companheiro Darlan por estar ao meu lado ao longo desta caminhada.

## **Resumo**

O objetivo deste trabalho é analisar o abandono de crianças na freguesia de Guarapiranga entre os anos de 1770 e 1820. Procurando entender, através de análises quantitativas e estudos de trajetórias, as relações estabelecidas pelos indivíduos que estavam inseridos no universo do abandono. Para atingir nosso objetivo proposto examinamos os Livros de Matrículas de Expostos da Câmara Municipal de Mariana, os Registros de Batismo e os Traslados de Testamentos e Inventários *Post Mortem*. Tais documentos nos mostram as múltiplas facetas do abandono destacando seu uso pela população local. Retratando deste modo um universo complexo marcado por constantes embates entre a instituição camarária e os criadores de expostos. A assistência camarária não chegou a todos os lares que criaram estas crianças. Em muitos casos, dar abrigo à infância desvalida foi momento de exteriorizar a fé. Percebemos, deste modo que o fenômeno da exposição foi capaz de estabelecer laços de sociabilidades e/ou solidariedade entre os indivíduos. O batismo, a porta de entrada para a Igreja Católica, foi momento singular de estabelecimento destes laços sociais.

**Palavras-chaves:** exposto, criança abandonada, história da infância.

## **Abstract**

The purpose of this work is analyzing the abandon of children in the Parish of Guarapiranga between the years of 1770 and 1820. It seeks to understand, through quantitative analysis and case studies, connections made between individuals who were in this abandon situation. In order to achieve our proposed purpose we have examined the following official documents: Livros de Matrículas de Expostos da Câmara Municipal de Mariana, Registros de Batismo, Traslado de Testamentos e Inventários *Post Mortem*. Such documents reveal us the multiple facets of abandon highlighting its use by the local population. Those documents represent the complex universe evidenced by constant shocks between council institutions and the unsheltered children's foster parents. The council assistance has not achieved to all homes that bring up those children. In many cases, giving shelter to helpless childhood demanded them to demonstrate their faith. We have noticed, thus, that the exposure phenomenon was able to establish society bonds and/or solidarity among the individuals. The baptism, as a gateway to the catholic Church, was a special moment of these social bonds connection.

**Keywords:** unsheltered children, abandoned children, childhood history.

## Sumário

Lista de Abreviatura.....	9
Lista de Tabelas.....	9
Lista de Gráficos .....	9
Lista de Quadros .....	10
INTRODUÇÃO .....	11
CAPÍTULO 1 - GUARAPIRANGA, UMA FREGUESIA COLONIAL MINEIRA .....	20
<u>1.1.</u> <i>A Capitania de Minas Gerais</i> .....	20
1.2. <i>Desbravando os sertões: a ocupação de Guarapiranga</i> .....	24
1.3. <i>Guarapiranga: características sociais e econômicas</i> .....	31
CAPÍTULO 2 - A EXPOSIÇÃO NO ALÉM-MAR: O BRASIL E A HISTÓRIA DO ABANDONO.....	40
2.1. <i>O abandono assistido: as Casas de Roda no Brasil</i> .....	43
2.2. <i>A piedade dos outros: o abandono domiciliar em Guarapiranga</i> .....	47
2.3. <i>A história do abandono: uma história da morte</i> .....	52
2.4. <i>A Câmara Municipal de Mariana e a assistência aos expostos</i> .....	58
2.5. <i>A questão da cor</i> .....	72
CAPÍTULO 3 - OS EXPOSTOS PORTA ADENTRO: A VIDA FAMILIAR .....	76
3.1 <i>O fogo de Gregório Dias Pais</i> .....	76
3.2 <i>Felizarda Felícia do Amor Divino, a exposta</i> .....	83
3.3. <i>O Capitão Antônio Fernandes Guimaraes e os filhos que faltam</i> .....	84
3.4. <i>Antônio Lucas Valadão e a compaixão civil</i> .....	86
3.5. <i>Outras trajetórias</i> .....	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	94
REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS .....	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	99

## Lista de Abreviatura

ACSM: Arquivo da Casa Setecentista de Mariana.  
AEAM: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana.  
AHCMM: Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana.  
AN: Arquivo Nacional.  
APM: Arquivo Público Mineiro.  
BN: Biblioteca Nacional.

## Lista de Tabelas

Tabela 1.1: População Livre e Escrava de Guarapiranga, 1810, 1812 e 1814. ....	35
Tabela 1.2: População Livre em Guarapiranga, 1810,1812 e 1814. ....	36
Tabela 1.3: População Escrava em Guarapiranga, 1810, 1812 e 1814. ....	36
Tabela 1.4: Escravos, segundo a divisão por cor, Guarapiranga, 1810, 1812 e 1814. ...	37
Tabela 2.1: Relação de batizados livres na freguesia de Guarapiranga, 1771-1820. ....	47
Tabela 2.2: Exposição em Guarapiranga, 1771-1820.....	49
Tabela 2.3: População de Guarapiranga, 1780-1804.....	49
Tabela 2.4: Local de residência dos matriculantes, 1771 – 1820. ....	61
Tabela 2.5: Porcentagem dos expostos assistidos 1771-1820 .....	63
Tabela 2.6: Patente dos chefes de domicílio que receberem exposto 1771-1820. ....	64
Tabela 2.7: Matrículas por décadas, 1751-1832.....	67
Tabela 2.8: Matriculantes por sexo, 1751-1832. ....	69

## Lista de Gráficos

Gráfico 1.1: População livre segundo o estado civil, Guarapiranga, 1810 e 1812.....	38
Gráfico 1.2: População cativa segundo o estado civil, Guarapiranga, 1810 e 1812. ....	39
Gráfico 2.1: Batismo de exposto segundo o sexo, 1771-1820. ....	52

### Lista de Quadros

Quadro 2.1: Batismos e óbitos de expostos, Guarapiranga, 1796-1808.....	54
Quadro 3.1: Expostos recebidos pelo casal Gregório Dias Paes e Joana Xavier de Barros, 1762-1803 .....	78
Quadro 3.2: Expostos recebidos pelo casal Antônio Fernandes Guimarães e Ana Correa Leal, 1796-1826.....	85

## INTRODUÇÃO

O ponto central da pesquisa é a exposição de crianças, mas especificamente, as dinâmicas sociais que envolviam esta prática. O recorte espacial do trabalho é a freguesia de Guarapiranga, em Minas Gerais, localizada na Zona da Mata que nos tempos coloniais era subordinada ao Termo de Mariana. Cronologicamente delimitamos o período de análise de 1770 a 1820 justificando esta escolha por tratar-se de um momento de adaptação da sociedade mineira às novas contingências da produção, uma vez que a mineração deixou de ser a principal atividade econômica. Este recorte temporal está sujeito a alguma flexibilidade, pois em muitos momentos da pesquisa fez-se necessário extrapolarmos estes marcos visando recuperar algumas trajetórias de indivíduos que estavam inseridos no universo do abandono.

No presente trabalho os termos “exposto” ou “enjeitado” serão entendidos como designação dado às crianças abandonadas ao longo do século XVIII e XIX. No dicionário de Raphael Bluteau, do ano de 1728, encontramos a seguinte descrição no verbete *enjeitado* “é o que desamparado de seus pais, é exposto no adro de uma Igreja, ou deixado no lumiar da porta de um Convento, ou de pessoa particular, ou depositado no campo a Deus, e à ventura” (BLUTEAU, 1728: 577).

Em termos jurídicos, a primeira legislação em que encontramos referências específicas à criação de enjeitados é nas *Ordenações Manuelinas* (1521); neste conjunto legal a terminologia é utilizada para diferenciar as crianças enjeitadas das crianças órfãs. Assim, nas Ordenações Manuelinas, e posteriormente nas Ordenações Filipinas, foi estabelecido todo o aparato legal que regulamentou a assistência à criança abandonada. Ficando estabelecido que na ausência ou inexistência dos pais biológicos ou parentes as instituições de assistência assumiriam a responsabilidade da criação dos enjeitados; caso elas não existissem, a tarefa caberia aos concelhos. Deste modo, esta legislação representou “o culminar de uma transferência da responsabilidade familiar para o domínio público sempre que a mesma se considerasse subtraída ou negligenciada” (FONTE, 2010: 40).

Na visão do historiador Renato Pinto Venâncio, o uso dos termos “exposto” ou “enjeitado” carregava em si uma ambiguidade cristã em relação ao abandono. Assim, a designação de exposto trazia em si a prática de abandono selvagem em que a mãe, ao abandonar seu rebento, o fazia em locais perigosos, expondo-o à morte eminente, em

virtude da fome, sede, frio ou ferido por animais que perambulavam pelas vias coloniais. O termo “enjeitar” a criança é utilizada quando há por parte dos familiares da criança a preocupação com o seu destino. Assim o abandono era realizado em locais que facilitariam o encontro daquela pequena alma: Rodas de Expostos, Igrejas, Câmaras Municipais e domicílios dispostos a criá-los, resguardando assim sua vida. Mostrando a Igreja certa tolerância em relação a estas famílias que, ao abandonar a criança, procuravam salvaguardar a vida dos pequenos.

No século XVIII, a utilização das expressões “criança enjeitada” ou “criança exposta” como sinônimos de criança abandonada se mantiveram, predominando ao longo do século XIX a expressão “exposto”. Entendemos como exposto ou enjeitado toda criança que sai da tutela da família, por razões de preservação de honra ou incapacidade dos pais ou familiares garantirem sua sobrevivência, sendo entregue à caridade pública, podendo esta ser estabelecida por instituições assistências ou pela benevolência privada.

#### *Delimitação espacial e estrutura da dissertação*

A freguesia de Guarapiranga, objeto de nosso estudo, compreendia um universo dinâmico e complexo. Entre os anos de anos de 1750 e 1808, essa localidade compreendia os arraiais de: Barra do Bacalhau, Nossa Senhora de Oliveira, São José do Xopotó, São Caetano do Xopotó, Calambau, Brás Pires, Tapera, Rio Novo, Fazenda do Mello, Nossa Senhora do Desterro e Manjaléguas. E prosperava com a chegada de inúmeros forasteiros, desejosos de encontrar o tão sonhado ouro das gerais.

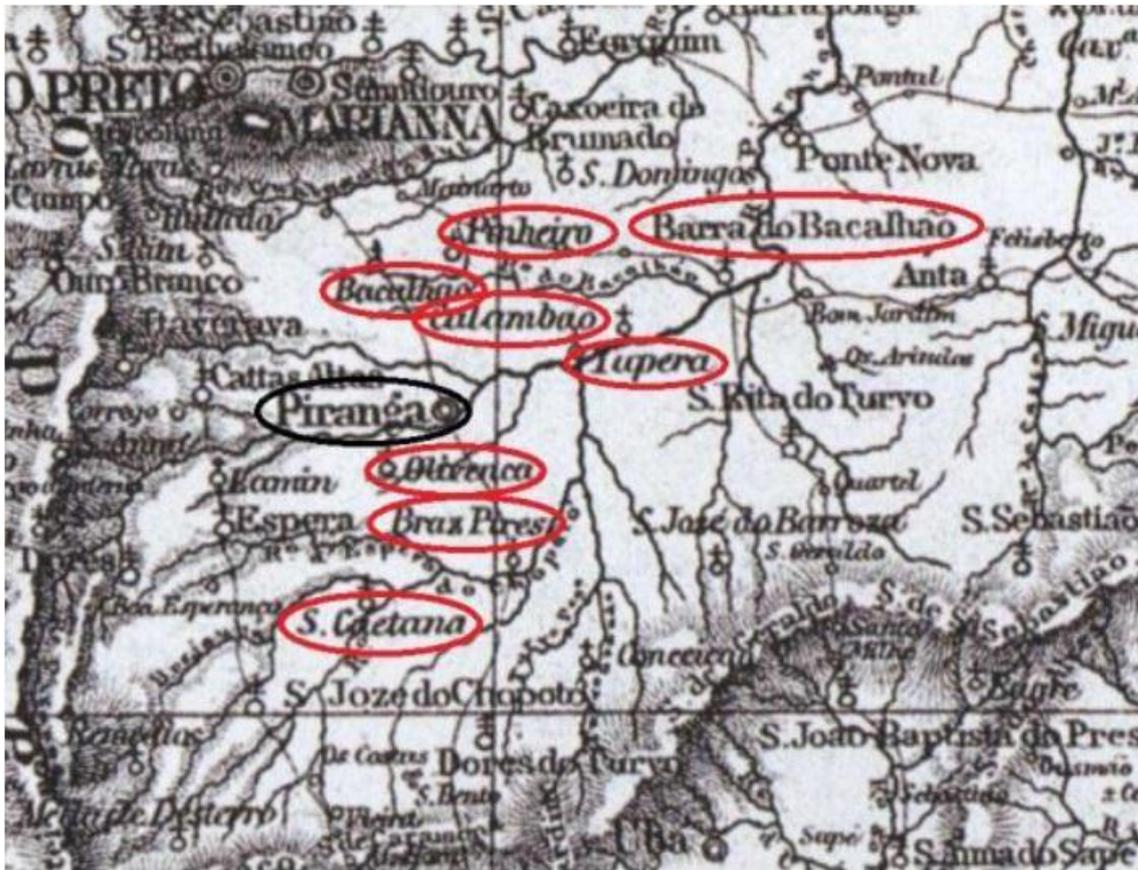


Figura 1: Mapa com representação de parte da Província de Minas Gerais

**Fonte:** “Karte der Brasilian Provinz Minas Gerais (1855).HALFED, H.G.F. e TSCHUDI, J.J. Von. *A Província Brasileira de Minas Gerais*. Belo Horizonte : Fundação João Pinheiro, 1998. In: Costa, Lucilene Macedo. *Relações Sociais e Trajetórias femininas em Guarapiranga, Minas Gerais- Século XIX*. Dissertação (Mestrado em História)- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Ouro Preto, 2015.

Para entendermos a dinâmica do abandono na localidade acima citada, dividimos a dissertação em três capítulos.

No **Capítulo I** apresentaremos uma análise da localidade escolhida para o estudo, a freguesia de Guarapiranga, retratando suas especificidades no contexto do Brasil colonial. Deste modo, enfatizando a importância da história regional para o estudo de práticas sociais que muitas vezes se perdem ao realizarmos uma análise em nível mais “global”.

Dentre outras localidades, a escolha de Guarapiranga se justifica, não somente por razões de viabilidade, dimensão e variedade documental que seus arquivos nos oferecem, mas também pela importância desta freguesia no cenário socioeconômico mineiro. Localizada na Zona da Mata mineira ao sul da cidade de Mariana e leste da

antiga vila de Queluz (que corresponde atualmente à cidade de Conselheiro Lafaiete), Guarapiranga recebeu um grande contingente de indivíduos em busca do ouro das Gerais. A ocupação de Guarapiranga inicia-se nas primeiras décadas do século XVIII com a descoberta de minas de ouro pelo bandeirante João Siqueira Afonso. Segundo Renato Pinto Venâncio, desde os primórdios da sua ocupação havia uma coexistência entre as atividades de mineração e agrícolas, propiciando a esta localidade crescimento populacional mesmo após o surto inicial impulsionado pela mineração (VENÂNCIO, 1997). Nesta proeminente freguesia mineira nos deparamos com taxas de abandono similares à encontrada por Carlos Bacellar para a vila de Sorocaba, em São Paulo. Entre os anos de 1750 e 1795, a freguesia de Guarapiranga foi a segunda em solicitação de auxílio à Câmara Municipal de Mariana para custeio de crianças expostas, ficando atrás apenas de Mariana, sede do termo (SOUZA, 2006a). Dados que nos demonstram a relevância deste trabalho para compreendermos mais detalhadamente o abandono de crianças nesta freguesia.

No **capítulo II**, intitulado *A exposição no além-mar: Brasil e a história do abandono*, o objetivo é apresentar o debate historiográfico referente à história da exposição no Brasil colonial.

O estudo da exposição de criança tem sido pouco explorado pela historiografia. As clássicas obras de Russel-Wood, *Fidalgos e Filantropos: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia (1550-1755)*, e Renato Pinto Venâncio, *Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador, séculos XVII e XIX*, retratam apenas uma faceta desta história. Estes estudos centram suas análises nas Casas de Misericórdias que através da roda dos expostos recebiam os pequenos enjeitados. Nas cidades e vilas que não existiam estas rodas, as crianças eram deixadas na porta de particulares. Para recuperar estes indivíduos exposto em casas particulares é preciso debruçar-se principalmente sobre a documentação serial como os registros de batismo, as listas nominativas e os testamentos. Esta modalidade de exposição, embora mais corrente no Brasil, “tem sido menos estudado pelos pesquisadores do que a primeira, em função, sobretudo, da maior disponibilidade documental oferecida ao pesquisador pelas Santas Casas” (BRUGGER, 2006:116). O nosso objetivo neste capítulo é fazer um levantamento das principais obras que tratam da questão do abandono de criança, seja institucional ou não, pensando a inserção da freguesia de Guarapiranga neste debate.

No **capítulo III** refleti sobre os lares que acolheram estes menores. Segundo Marcílio, “o sistema informal ou privado de criação dos expostos em casa de família foi o sistema de proteção da infância abandonada mais amplo e presente em toda a História do Brasil” (MARCÍLIO, 2006a: 136). Iniciaremos analisando alguns indivíduos que receberam estas pobres almas. Esta análise nos propiciará recuperar, por um lado, “as estratégias mais íntimas daqueles que abriram mãos dos seus filhos” (BACELLAR, 2001: 214), e por outro às razões que levaram alguns indivíduos a acolherem estes expostos.

Podemos levantar múltiplas hipóteses para compreender o interesse demonstrado por algumas famílias para incorporar em seu lar estes pequenos desamparados. Em uma sociedade marcada pela forte presença da Igreja o espírito caritativo tocou muitas pessoas, levando-os à criação de expostos como forma de assegurar a salvação futura. Bacellar, em sua obra sobre a vila de Sorocaba, destaca algumas chaves de análise para a compreensão dos lares receptores. Para este autor, para além do componente religioso, podemos relacionar a incorporação de um enjeitado a outras contingências familiares como: a impossibilidade de uma gravidez, a morte de um recém-nascido, filhos consanguíneos gerados fora de uma união estável e até mesmo a busca por amparo na velhice.

Deste modo, neste último capítulo, ao focarmos nossa análise no universo familiar no qual o exposto era inserido procuramos pensar esta relação dual estabelecida entre os pais biológicos, que criam estratégias no momento do abandono de seus rebentos, e os indivíduos que acolheram estas almas. Reconstituo um universo dinâmico e complexo do abandono, repleto de nuances e possibilidades de análise.

#### *Fontes*

Esta pesquisa teve início na graduação quando participei do projeto de extensão intitulado “Patrimônio Documental e Memória da Zona da Mata Mineira: Organização, Digitalização e Apresentação Digital de Acervos Históricos em Viçosa e Guarapiranga”, na Universidade Federal de Viçosa. Um dos objetivos do mesmo foi criar um banco de dados no Microsoft *Access* com os registros paroquias de batismo de Guarapiranga. O manuseio desta tipologia documental me possibilitou os primeiros contatos com a categoria exposto. E, com estes primeiros contatos, a curiosidade de compreender o universo do abandono.

Para alcançar os objetivos propostos nesta dissertação, a estratégia de pesquisa se concentrou inicialmente no levantamento dos registros paroquiais de batismos referentes a expostos. Estes registros de batismos relativos a Guarapiranga estão disponíveis em formato digital no endereço <http://www.familysearch.org>, sítio da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias. Para esta tipologia documental, levantamos, a partir de um formulário criado no *Access*, os seguintes dados: data de batismo; data de nascimento ou idade; nome do batizando; sexo; condição do batizado, raça/cor; nome da mãe e (caso exista) do pai; condição social (livre, escravo, liberto) da mãe e (caso exista) do pai; raça/cor da mãe e (caso exista) do pai; estado conjugal da mãe e (caso exista) do pai; nome e origem dos padrinhos. Este banco de dados nos proporcionou chegar à marca de 835 expostos para o período selecionado neste trabalho. Partimos em busca de outros “vestígios” deixados por estes indivíduos utilizando outras fontes paroquiais como livros de óbitos da freguesia de Guarapiranga e seus distritos paroquiais

Para o Brasil, os registros paroquiais existem desde os primórdios da colonização, mas é a partir da segunda metade do século XVIII que se encontram séries mais vastas e completas. Estudar os regimes demográficos a partir dos registros paroquiais implica uma série de limitações. A primeira delas diz respeito às falhas apresentadas nas informações dos registros. São conhecidas as dificuldades de se trabalhar com a reconstituição de famílias no Brasil, em função da falta de normas de transmissão de sobrenomes. Soma-se a isso a omissão de inúmeras informações por parte de alguns párocos. O segundo problema deriva dos altos índices de sub-registro. Entretanto, a favor do uso dessa documentação pesam inúmeros fatores como: ser a fonte mais disseminada por todo o território nacional, ser uniforme em termos da sua apresentação e sistematicidade além de sua ampla utilização em pesquisas nacionais e internacionais, permitindo a comparação de dados encontrados. (LIBBY, D.C. et al, 2012: 200)

Segundo Douglas Cole Libby,

os assentos de batismo e de casamento oferecem ao pesquisador um leque de dados que pode contribuir para interpretações acerca da composição da população como um todo (escravos, livres e forros), das taxas de legitimidade e de nupcialidade (e inversamente, da ilegitimidade e do concubinato), bem como da constituição de redes

de parentesco e de clientela através das práticas de apadrinhamento (LIBBY, 2007: 408).

O Livro de Matrícula de Expostos disponível no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana também contribuiu para o desenvolvimento desta dissertação. A freguesia de Guarapiranga estava subordinada a Mariana, sede do termo, e deste modo, qualquer indivíduo que desejasse o auxílio de duas oitavas por mês para criação de exposto deveria se apresentar registrando a dita criança no referido livro. Nos registros camarários, o objetivo foi focar nosso estudo em duas variáveis: o exposto e o solicitante. Verificando, quando possível, a permanência ou não do exposto no *fogo* em que foi acolhido.

Pretende-se, de modo complementar, recorrer ao longo do trabalho de pesquisa aos inventários *post-mortem* e aos testamentos. “Aparentemente simples documentos de caráter jurídico-civil e eclesiástico, quando bem analisados, mostram, ou deixam transparecer, informações de ordem social, econômica, cultural, educacional, religiosa, política e administrativa” (FLEXOR, 2007: 1).

O inventário *post-mortem* era o resultado do processo que se abria com a morte de qualquer indivíduo possuidor de bens, devendo ser iniciado no prazo de trinta dias após o falecimento. Esta tipologia documental propicia “a observação de um momento da vida material de determinadas pessoas, como uma fotografia” (FARIA, 1998: 227). Possibilita, portanto, o levantamento de dados referentes aos bens do inventariado, além dos herdeiros existentes, bem como reconstruir a antiga unidade de produção.

Nos testamentos eram registradas as últimas vontades dos indivíduos. Era o momento em que os indivíduos preocupados com a salvação eterna informavam sobre seus segredos, a cerimônia de seu funeral, obras de caridade após sua morte. Este documento iniciava com a identificação do testador (nome, naturalidade, estado civil, residência). Após o prólogo, havia considerações sobre os ritos espirituais após a morte (escolha da mortalha, lugar do sepultamento, cortejo, número de ofícios e missas, legado de caridade). Em seguida, considerações sobre os bens materiais ou herança, com listagem dos herdeiros e legatários. Na última parte eram enunciadas as testemunhas, o escrivão, a data e o local da elaboração do documento (ARAÚJO, 2005).

Pretendemos, com o cruzamento das informações coletadas nas fontes anteriormente citadas, vislumbrar um padrão de comportamento presente em Guarapiranga, no final do século XVIII e início do XIX, no tocante à criação de

expostos. Reconstruindo, a partir dos indícios deixados pelo passado, a história da infância abandonada. História marcada por esperança, morte e sofrimento.

### *Metodologia de pesquisa*

A escolha de Guarapiranga justifica-se não somente pela sua importância no cenário colonial mineiro, mas também pela possibilidade de utilizar a metodologia de pesquisa conhecida como micro história. A micro história é baseada na redução da escala de observação, pois deste modo acreditamos vislumbrar fatores que passaram despercebidos em uma análise mais estrutural do fenômeno do abandono. Deste modo, a redução da escala consiste em um processo de investigação em que conseguimos, a partir dos indícios do passado, demonstrar aspectos do funcionamento de determinadas sociedades que ficaram encobertos pelas generalizações. Como sinaliza Levi, “os micro-historiadores concentram-se nas contradições dos sistemas normativos e por isso na fragmentação, nas contradições e na pluralidade dos pontos de vista que tornam todos os sistemas fluidos e abertos” (LEVI, 1992: 154).

O uso da perspectiva microanalítica para este texto se deve não somente por se tratar de uma localidade específica, mas também pela característica da narrativa que esta abordagem nos propicia. Ao escolher como tema central a exposição na freguesia de Guarapiranga, localidade que não contou com a institucionalização das rodas de expostos, encontramos um menor controle por parte da municipalidade acerca do destino destes menores reforçando as decisões individuais sobre o destino dos enjeitados. Debruçando-nos sobre o destino destas almas, faz-se necessário levar ao leitor as dificuldades que este tipo de análise nos propicia. Mesmo contando com o cruzamento de fontes diversificadas, muitas trajetórias de vidas ainda permanecem por se refazer. Assim, pretendemos ao longo desta dissertação levar ao leitor os procedimentos de pesquisa, as limitações documentais e as construções interpretativas utilizadas ao longo do processo da pesquisa. A micro história será importante ferramenta para a compreensão de acontecimentos individuais que nos revelarão aspectos mais gerais da sociedade guarapirangense.

Para além de uma análise das práticas individuais diante do universo do abandono domiciliar, lançaremos mão da história demográfica, importante aliada para compreensão mais global na qual estavam inseridos nossos sujeitos. Os estudos demográficos no Brasil surgiram a partir da década de 1960, introduzidos pela

professora Maria Luiza Marcílio, utilizando as técnicas desenvolvidas na França por Louis Henry e Michel Fleury, e os dados produzidos a partir dos registros paroquiais proporcionaram o conhecimento de diversos aspectos do nosso passado. A consolidação deste campo de pesquisa, já na década de 1980, foi possível graças ao apoio institucional das Universidades e à criação de centros de pesquisas, programas de Pós-Graduação e linhas de pesquisa, crescendo significativamente a produção acadêmica nesta área. Segundo Botelho,

A demografia histórica teve uma incorporação recente ao conjunto de preocupações da historiografia em geral. Entretanto, nestas poucas décadas de existência, pode-se dizer que trouxe contribuições bastante inovadoras para a abordagem do passado, sobretudo por ter como objetivo algo que marcou a historiografia desde a primeira metade do século XX: a preocupação com o passado de todos os homens, e não mais apenas com as elites (BOTELHO, 2004: 1).

A história demográfica apresenta-se como instrumento privilegiado de pesquisa por tratar, teoricamente, de todos os segmentos da população, registrando os momentos vitais do indivíduo mais humilde ao mais abastado. Desde modo, com os estudos demográficos a história dá voz a sujeitos que antes estavam esquecidos em um passado que emergia à luz apenas através de grandes heróis. Logo as metodologias citadas nos propiciarão compreender as múltiplas facetas do abandono resgatando sujeitos históricos que antes estavam escondidos na névoa do passado.

## CAPÍTULO 1 - GUARAPIRANGA, UMA FREGUESIA COLONIAL MINEIRA.

Para melhor compreensão da dinâmica do abandono, é importante traçarmos um panorama geral da sociedade que iremos analisar, compreendendo suas principais características desde sua ocupação até os primórdios do século XIX. Esta análise inicial nos proporcionará traçar as peculiaridades desta localidade refletindo como estas podem gerar padrões de comportamentos sociais frente à exposição.

### 1.1.A *Capitania de Minas Gerais*

No final do século XVII, a região das futuras Minas Gerais passou a receber aventureiros de diversos pontos do Brasil e Portugal, todos interessados nas riquezas vindas do ouro e das pedras preciosas.<sup>1</sup> Este intenso fluxo migratório transformou a região das gerais na mais populosa da América Portuguesa. Segundo Iglesias “A sociedade das minas se distingue pelo caráter de luta permanente, de aventura, que todos querem o enriquecimento, com o desrespeito das normas fixadas” (IGLESIAS, 1974: 259).

A mineração representou para diferentes segmentos sociais a possibilidade de trabalho e enriquecimento, para homens livres, libertos, mestiços e escravos, em decorrência da diversificação econômica verificada ali. Estes indivíduos que chegaram formaram uma sociedade urbana e multifacetada, com uma estrutura econômica e social diferente de qualquer outra região da América portuguesa.

Esta configuração social das Minas setecentistas desencadeou uma preocupação do Estado português acerca do controle social da população mineira. A preocupação justificava-se não somente pelo desejo da Coroa por encontrar meios para garantir os trabalhos na exploração aurífera, mas também objetivou garantir o pagamento de impostos aos cofres reais.

Dentro deste contexto, a família legítima cristã foi vista pelas autoridades portuguesas como o caminho para “civilizar” esses povos que careciam de uma disciplina moral. Apesar do esforço do Estado português, conjuntamente com a Igreja,

---

<sup>1</sup> Segundo Antonil “Cada ano vem nas frotas quantidade de portugueses, e de estrangeiros para passarem às Minas. Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil vão brancos, pardos, pretos e muitos índios de que os paulistas se servem. A mistura é de toda a condição de pessoas, homens e mulheres, moços e velhos, nobres e plebeus, ricos e pobres, seculares e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não têm no Brasil nem conventos nem casas” (ANTONIL, 1967:264)

nas Minas Gerais, múltiplas relações sociais às margens do modelo de família legítima se estabelecem. A falta de mulheres brancas, os altos custos de casamento cristão e o pequeno contingente de clérigos para atuar no combate às práticas ilícitas impossibilitaram o êxito do Estado português. Deste modo, apesar das tentativas de evitar as práticas ilícitas “o concubinato constitui-se na relação familiar típica dos setores intermediários e grupos populares” (FIGUEIREDO, 1997: 37).

O abastecimento desta região levou ao longo do século XVIII a expansão das atividades agrícolas, comerciais e de maneira incipiente manufatureira. Segundo Marco Antônio da Silveira “a mineração não apenas conviveu com o comércio, a agricultura e os ofícios, como também serviu de suporte para seu desenvolvimento” (SILVEIRA, 1997: 87).

A convivência destes setores da economia durante o setecentos mineiro constitui o principal argumento utilizado por diferentes historiadores para demonstrar a errônea visão de decadência da economia mineira após a queda da produção aurífera.

O crescimento urbano vinculado à “febre do ouro” gerou a necessidade de uma complexa rede de abastecimento capaz de prover a capitania tanto de gêneros básicos como de artigos importados. A distância da capitania do litoral, os caminhos tortuosos, os inúmeros intermediários e os vários impostos colocados nas mercadorias faziam-nas chegarem à capitania com altos preços. Estes fatores levaram muitos comerciantes a se instalarem nessa capitania interessados na alta lucratividade do comércio nas Minas Gerais (FURTADO, 2006).

Este comércio externo conviveu durante todo o século XVIII com uma agricultura mercantil vinculada ao abastecimento do mercado interno. As lavras auríferas coexistiram durante todo o setecentos com roças destinadas à produção de gêneros alimentícios, além da pecuária, engenhos de cana, aguardente e fumo. A produção voltada pelo mercado interno desenvolveu-se durante o período de auge da mineração como alternativa aos elevados preços encontrados na capitania.

Este abastecimento interno da capitania sempre foi uma preocupação das autoridades coloniais, pois a provisão de alimentos aos mineiros era uma condição importante para a própria continuação da estrutura administrativa e fiscal portuguesa nas Minas Gerais. Neste sentido, a Coroa portuguesa atuou constantemente nas Minas Setecentistas com o objetivo de oferecer caminhos de comunicação interna que garantissem a circulação de gêneros produzidos nas roças localizadas nas proximidades das vilas e dos arraiais. A análise de Flávio Marcus da Silva acerca do abastecimento

em Vila Rica constata a presença constante das autoridades coloniais no intuito de preservar e dar condições ao acesso da população aos gêneros alimentícios básicos (SILVA, 2007).

Com a queda da produção do ouro a agricultura passou por um processo de expansão qualitativo e quantitativo. Segundo a historiadora Cláudia Maria das Graças Chaves, o crescimento desta foi responsável não somente por suprir as necessidades do mercado mineiro, como também os “seus antigos centros abastecedores como Rio de Janeiro e São Paulo”. O comércio de artigos de luxo, pelos altos preços e dificuldades de chegar à capitania, foi de maneira gradual sendo substituído por similares produzidos na própria colônia. Podemos afirmar que “a economia mineira após o declínio da mineração não envolveu para uma geral decadência; ao contrário, ela passou por transformações que induziram à diversificação de suas atividades, o que lhe possibilitou autonomia e condições para uma acumulação endógena” (CHAVES, 1999: 42).

Esta diversificação econômica mineira, que desde o século XVIII estabeleceu uma agricultura mercantil destinada ao abastecimento interno, foi capaz de garantir a vitalidade desta economia, mesmo após a queda da produção aurífera. Portanto, entendemos que

a crise da mineração, longe de representar o declínio das atividades econômicas de Minas Gerais, poderia ser considerada como o início de uma nova etapa. Estas atividades passaram por modificações no sentido de se voltarem mais para o desenvolvimento da produção interna (CHAVES, 1999: 43).

O historiador Douglas Libby, partindo de dados demográficos, destaca o papel da agricultura mercantil de subsistência como sustentáculo da economia mineira durante o século XIX, capaz de reorganizar econômica e socialmente as forças produtivas mineiras. Esta agricultura emergiu no período denominado pelo historiador de “economia de acomodação”, segundo o qual a capitania mineira foi capaz de se adaptar às novas contingências econômicas pós-decadência da mineração.

Apesar da relevância da agricultura mercantil de subsistência neste período, o autor enfatiza o desenvolvimento, em Minas Gerais no século XIX, da indústria têxtil, da siderurgia e da mineração aurífera subterrânea, como elementos multiplicadores do desenvolvimento mineiro. Deste modo, a agropecuária voltada ao autoconsumo e ao

mercado foi capaz de gerar atividades industriais que dinamizaram a economia mineira ao longo do século.

A “economia de acomodação”, segundo Libby, apenas foi possível pelo grande contingente populacional deixado pela mineração dos Setecentos, e o isolamento geográfico da capitania mineira. “As dificuldades de transporte contribuíram enormemente para proteger a indústria mineira da concorrência estrangeira” (LIBBY, 1988: 351).

Carla Almeida em sua dissertação de mestrado analisa as alterações nas unidades produtivas mineiras ao longo dos anos de 1750 e 1850. A grande contribuição do trabalho da historiadora consiste no estabelecimento de uma periodização da história econômica mineira. Vamos nos ater ao segundo período estabelecido por Almeida: de 1780 a 1810, denominada de “acomodação evolutiva”, termo empregado anteriormente por Douglas Libby. Segundo a historiadora, com a queda da produção do ouro há uma rearticulação da estrutura produtiva mineira “onde as atividades mercantis de subsistência passariam a ocupar o lugar de atividade nuclear permanente”, invalidando a ideia de decadência da economia mineira com a queda da produção aurífera (ALMEIDA, 1995: 93).

A corrente historiográfica que contesta a ideia de decadência mineira ganhou fôlego a partir da década de 1970 com os estudos do brasileiro Kenneth Maxwell. Em seu livro *A devassa da devassa*, Maxwell, foi o pioneiro em discutir a diversificação da economia mineira. Nesta obra são colocadas as mudanças ocorridas no cenário econômico da capitania após a decadência da extração aurífera. Segundo este autor, no decênio de 1780 verifica-se “uma notável diversificação da economia regional”. Esta diversificação apenas foi possível porque já havia, desde a ocupação do território, uma produção de gêneros básicos responsável por abastecer a sociedade urbana, bem como os campos de mineração que se formaram com o surto do ouro. Deste modo, a partir do estudo das posses dos Inconfidentes o autor verificou que “as fazendas de Minas, muitas vezes, combinavam o engenho de açúcar com a mina, ou esta última com a pecuária. Muitos latifúndios de Minas tinham lavra aurífera, grande lavoura e engenhos de açúcar e de farinha” (MAXWELL, 1995: 111).

Os produtos das fazendas de Minas abasteciam não apenas o comércio provincial, mas também eram transportados para as capitanias vizinhas. Assim “a economia regional com suas propriedades rurais horizontalmente integradas era

particularmente capaz de absorver o choque das transformações que vieram após a exaustão do ouro aluvial” (MAXWELL, 1995: 112).

Outros autores como Alcir Lenharo (1979)<sup>2</sup>, Roberto Borges Martins (1988)<sup>3</sup> e Robert Slenes<sup>4</sup> (1988) abordaram em suas análises o dinamismo da economia mineira a partir do estudo do século XIX. Concluindo deste modo a inquestionável capacidade de reestruturação econômica da capitania mineira.

Assim, os autores apresentados, juntamente com outros que serão trabalhados no decorrer do texto, discutem o dinamismo da economia mineira que mesmo após a opulência da mineração foi capaz de absorver o impacto da crise aurífera graças a sua complexidade. A mineração, apesar de ser o fator determinante da ocupação do território da capitania das Minas Gerais, foi capaz de articular-se com a agropecuária e comércio.

## 1.2. *Desbravando os sertões: a ocupação de Guarapiranga*

A ocupação da Zona da Mata mineira se deu pelo empreendimento dos paulistas que, desejosos de encontrar metais e pedras preciosas, adentraram os sertões das Gerais. Segundo cronistas da época: “Eram homens ousados, que se entranhavam pelos sertões. Para eles não havia bosques impenetráveis, rios caudalosos, precipícios e nem abismos” (*Apud* VASCONCELOS, 1974: 114). As matas fechadas, marcadas pela ausência de

---

<sup>2</sup> Em seu livro, *As Tropas de Moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil*, Alcir Lenharo argumentou que a agricultura da capitania de Minas Gerais tinha como característica principal a produção de gêneros de subsistência. Estudando o abastecimento urbano, o historiador sustenta a tese de uma integração econômica do Centro-Sul com o objetivo de atender à demanda consumidora da Corte instalada no Rio de Janeiro a partir de 1808. Desde modo a conjuntura política, bem como a abertura do Caminho Novo, interligando Minas Gerais e Rio de Janeiro, dinamizou o comércio entre as províncias (LENHARO, 1979).

<sup>3</sup> Roberto Borges Martins, trabalhando com a importância do tráfico negreiro nas Minas Gerais durante o século XIX, encontrou dados expressivos acerca da entrada de escravos nas gerais. Para este autor, a história da escravidão continuou expressiva mesmo após o auge da mineração. Segundo Martins, havia um expressivo fluxo de escravos que chegavam aos portos cariocas com destino às terras mineiras. Sendo justamente no início do século XIX que “o Brasil importou mais escravos africanos do que em qualquer outro período de sua História”. Minas Gerais apresentou, para este período a maior população cativa do Brasil (MARTINS, 1988).

<sup>4</sup> Robert Slenes afirma, em seu trabalho *Os Múltiplos de Porcos e Diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no Século XIX*, que Minas Gerais, na primeira metade do século XIX era uma economia exportadora. O argumento central do autor consiste em ressaltar o papel de Minas no abastecimento do mercado externo a ela (produção de gado vacum e suíno, café, pano de algodão, toucinho, queijo e tabaco) gerando receita aos cofres mineiros “que teria incentivado não só a procura de escravos na economia de exportação, mas teria criado também uma forte demanda dentro da província por mantimentos (...). Isto, por sua vez, teria aumentado a utilização de mão de obra livre e escrava” (SLENES, 1988: 480).

gêneros alimentícios e animais para caça, contribuíram para o cultivo de milho em pequenas plantações ao longo do caminho, alimentando os bandeirantes, nas idas e vindas aos campos do sertão das gerais.<sup>5</sup> Em sua obra *Caminhos e Fronteiras*, Sérgio Buarque de Holanda ressalta que o milho foi usado como base da alimentação dos paulistas principalmente pela mobilidade destes homens e a facilidade de manuseio de sua lavoura (HOLANDA, 1994).

Deste modo, coube à iniciativa particular adentrar os sertões e desbravar tão hostil território, dominado por índios de diferentes etnias e costumes. A “Coroa exausta de meios não podia concorrer para tais empreendimentos, lançava mão de promessas [...] a ver se conseguia da iniciativa particular os resultados, que desejava” (VASCONCELOS, 1974:15).

Na visão do historiador João Manuel Monteiro, os paulistas que embrenharam pelo sertão com o objetivo de encontrar as tão desejosas riquezas minerais, em sua grande maioria entraram nesta aventura com intuito de criar e expandir suas posses cativas, afirmando o historiador que “para muitos, a busca de metais e pedras preciosas servia de capa, legitimando a intenção real dos exploradores” (MONTEIRO, 1994: 61). Deste modo, o movimento dos bandeirantes, no seiscentos, se dava de maneira pendular, baseado na lógica de captura de cativos e retorno a São Paulo, porém quando é oficializada a existência das primeiras lavras de ouro em Minas Gerais, no final do século XVII os paulistas passam a ocupar efetivamente o território mineiro.

A exploração e ocupação do sertão das Minas foi obra não apenas de aventureiros paulistas, mas contou com a presença da Coroa portuguesa que através de um amplo programa político de incentivos e mercês buscava novas fontes de riquezas minerais capazes, dentro da lógica mercantilista do Antigo Regime, de enriquecer os cofres portugueses. Nesse sentido, cabe a análise de Andrade ao defender a tese de que

---

<sup>5</sup> Sobre as expedições encabeçadas por Miguel de Almeida e Antônio de Almeida, em 1697, à Casa da Casca, local hoje chamado de Itaveravas Taunay registrou em seu livro *Relatos Sertanistas* a seguinte passagem: “Fizeram seu arraial naquele lugar e uma pequena planta de uma alqueire de milho que era com que se achavam e vendo que o sertão da Casa de Casca era mui agro, e falto de víveres silvestre por serem tudo matos e aspérrimos brenhas e falto do mais favorável gênero de animais, e mel silvestre, que pelos campos gerais eram mais abundantes do que pelos sertões de matas incultas montanhosas e penhascosas, que resolveram a passar a tropa para a parte do Rio das Velhas, onde podiam passar a montaria com mais descanso e menos trabalho enquanto vinham as novidades do triste alqueire de milho que haviam plantado com alguns legumes” (TAUNAY, 1981:25). O historiador João Manuel Monteiro coloca esta prática como corriqueira nas expedições mais abrangentes onde “eram estabelecidos pequenos arraiais ou roças, situados em pontos estratégicos, com vistas a abastecer os sertanistas” (MONTEIRO, 1994: 90). Em alguns casos, cativos eram mandados com antecedência para plantar os alimentos que seriam utilizados pelos bandeirantes na viagem de retorno.

o descobrimento foi instituído com o objetivo de legitimar aquele domínio exploratório.

Segundo Andrade:

Assim chegou-se à compreensão dos descobrimentos de minerais preciosos como resultado da negociação entre a Coroa, setores da Igreja, e os coloniais (agentes da colonização), numa dimensão histórica. (...) Deste ponto de vista, o descobrimento de minas foi uma instituição política e imaginária que se definiu como um programa de domínio do Estado luso (ANDRADE, 2008: 333).

A freguesia de Guarapiranga, em Minas Gerais, foi um destes territórios. Localizada na porção norte da Zona da Mata, correspondia, nos tempos coloniais, à paróquia da Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga. O processo de ocupação deste território iniciou-se no século XVIII, com a descoberta de minas de ouro nos sertões das gerais. Este se deu à custa de um enfrentamento com os índios botocudos que habitavam a região; estes eram descritos como “nação tão brava, e de péssima natureza, que trazem contínua guerra com as mais nações, sustentando-se de carne humana, tanto dos índios que matam como dos católicos” (SOUZA, 2006a: 91).

A economia desta região apresentou-se muito dinâmica, convivendo desde a sua fundação com uma economia de subsistência, atrelada às atividades de mineração. Associando o trabalho aurífero “à produção de alimentos, o que permitiu o desenvolvimento de uma incipiente agricultura mercantil de subsistência, produtora de milho, banana, mandioca e cana-de-açúcar” (VENÂNCIO, 1997). Segundo Carrara, “da identidade do vasto Termo participavam traços de duas personalidades históricas distintas, mas não antagônicas: uma, mineradora, matriz e zelosa de suas tradições; outra, lavradia de fronteiras, e por isso mesmo, sempre jovem” (CARRARA, 2004: 31).

No livro *Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, Waldemar de Almeida Barbosa fala sobre a ocupação inicial do território de Guarapiranga. Segundo o autor, há controvérsias em relação a este acontecimento. Alguns estudiosos citam como primeiro explorador desta faixa de terra João Siqueira Afonso, bandeirante natural da cidade de Taubaté, São Paulo (BARBOSA 1971: 362).

Afonso de E. Taunay, em sua obra *Relatos Sertanistas*, conta que nos primórdios da ocupação desta região, “havia muito pássaro vermelho no rio e pequenos, intitularam rio Guarapiranga que é o que quer dizer nome Guará, vermelho, piranga pequeno” estabelecendo assim “o nome a este distrito dos ditos pássaros” (TAUNAY, 1981: 85).

No *Códice Costa Matoso*, há o registro de uma carta de dezembro de 1750, segundo a qual Luis José Ferreira Gouveia informa sobre o período de ocupação do rio. Neste relato consta que em 1691 uma bandeira de paulistas chegou às margens do rio Guarapiranga e que estes bandeirantes “se arrancharam em uma capoeira do gentio à beira-rio, em o qual descobriram ouro, e em um córrego que nele faz barra” (CÓDICE COSTA MATOSO, 1999: 257).

Augusto de Lima Junior relata que a ocupação deste território iniciou-se a partir de 1694, devido “ao abandono que se operou por algum tempo, da região de Guarapiranga quando os selvagens destruíram o primeiro povoado” (LIMA JR, 1978: 26).

Neste mesmo ano, citado por Augusto de Lima Junior, foi edificado um oratório para Nossa Senhora da Conceição, inaugurando no ano posterior o templo, com a mesma invocação, “por ser este sítio muito infestado de sezões e ter morrido muita gente e despejado outra”, vindo o Padre Roque Pinto de Almeida que a benzeu, e “logo que foi benzida e os ares cessaram as sezões, sarando os que tinham, e ficou este distrito o mais sadio das Minas” (CÓDICE COSTA MATOSO, 1999: 257).

Diogo de Vasconcelos cita a presença do Coronel Salvador Furtado de Mendonça, natural da vila de São Francisco das Chagas de Taubaté, que juntamente com seus filhos e escravos, descobriram pelos anos de 1704 as minas em Pinheiro, Bacalhau, Rocha, Pirapetinga e Prazeres, que pertenciam à freguesia de Guarapiranga, desbravando o sertão entre Carmo e Guarapiranga. Este mesmo coronel aparece, em 1711, requerendo uma sesmaria, alegando os grandes feitos realizados e o desejo de “mandar buscar sua família e parentes para morar nas minas” (VASCONCELOS, 1974: 187). Segundo Vasconcelos:

O Coronel Salvador Fernandes, tocado da mania geral dos descobrimentos, mandou pelos anos de 1704 que seus filhos Antônio Fernandes e Filiciano Cardoso à frente de uma turma de escravos e camaradas penetrassem o sertão ao sul do Carmo. Esta leva, não obstante os sofrimentos, que lhe infligiram feras e serpentes venenosas, chegou a descobrir as minas do Pinheiro, Bacalhau, do Rocha (Conceição) e dos Prazeres, que posto menos ricas que as do Carmo, ainda assim atraía concorrentes, interessados tanto nas produções do ouro, quanto nas de cereais graças à uberdade do solo (VASCONCELOS, 1974: 155).

Segundo Waldemar Barbosa, o arraial de Guarapiranga foi elevado à categoria de freguesia em 1724 (BARBOSA, 1971: 257). Para Renato Pinto Venâncio, a elevação

da dita freguesia se deu graças ao seu crescimento econômico, uma vez que no ano de 1721 “ocupava a sexta posição entre os dezenove núcleos auríferos fiscalizados pela Câmara Mariana”, contando com “1193 escravos africanos e crioulos” (VENÂNCIO, 1997).

Esta grande presença de escravos africanos nesta localidade levou alguns indivíduos a solicitarem, na data de 22 de outubro de 1745, ao Bispo, licença para o funcionamento da Irmandade do Rosário.<sup>6</sup> Uma Irmandade com esta invocação, segundo João José Reis,

representava um espaço de relativa autonomia negra, no qual seus membros em torno das festas, assembleias, eleições, funerais, missas e da assistência mútua construía identidades sociais significativas, no interior de um mundo às vezes sufocante e sempre incerto. A irmandade era uma espécie de família ritual, em que africanos desenraizados de suas terras viviam e morriam solidariamente (REIS, 1996: 4).

Caio C. Boshi, pesquisando os *compromissos*<sup>7</sup> das Irmandades mineiras, encontrou para Guarapiranga a presença de seis irmandades: Irmandade do Santíssimo Sacramento (1744-1783), das Almas e São Miguel das Almas (1760-1766), Nossa Senhora do Rosário (1766), Nossa Senhora da Boa Morte (1779), Bom Jesus do Matosinho (1788) e Nossa Senhora da Conceição (1782-1783).<sup>8</sup>

Na visão do historiador Luciano Figueiredo, as irmandades eram importantes aliadas do Estado metropolitano para o controle social e cotidiano. Deste modo, para além da função assistencialista exerciam um papel político, “contribuindo para neutralizar o potencial de insatisfação causado pelo fisco e pela presença ostensiva das tropas”. Minimizando assim as próprias tensões sociais latentes do sistema colonial (FIGUEIREDO, 1997: 31).

Os embates com os gentios foram uma característica na formação desta freguesia. Em carta enviada por Dom Frei Manoel da Cruz, bispo da diocese de Mariana

---

<sup>6</sup> “Dizem os pretos forros e cativos moradores na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga das Minas Gerais que eles suplicantes leva os do sumo apreço que faz a Virgem Santíssimo da humildade com eu a servem os pretos na devoção do Rosário para melhor merecerem ao grado da mesma Senhora lhe querem erigir Irmandade com o título do mesmo Rosário, sujeita em tudo a jurisdição eclesiástica e como o não querem fazer sem o beneplácito da V.<sup>a</sup> Exci.<sup>a</sup> Revm.<sup>a</sup>. Pedem a V. Ex.<sup>a</sup> Rm.<sup>a</sup> lhe faça mercê conceder licença para erigirem a dita Irmandade na forma do estilo” (AEAM, 2008: 469).

<sup>7</sup> Segundo Caio C. Boschi “um compromisso não foge a sua condição primeira de ser o documento que confere estatuto jurídico a uma irmandade, vale dizer, a uma associação de fiéis que tendo afinidade entre si, se unem para o cumprimento de atividades em comum. Dessa forma, por um ato decisório e volitivo das pessoas, nele são estipulados os deveres e as obrigações, tanto em nível pessoal quanto coletivo” (BOSCHI, 1986:63).

<sup>8</sup> As datas colocadas em parênteses referem-se às datas dos compromissos encontrados pelo historiador.

entre os anos de 1748 e 1764, a Dom José I, rei de Portugal (1750-1771), há um relato das dificuldades enfrentadas pelos habitantes da dita freguesia:

Dou conta a V. Magde. da grande consolação em que se acham os Moradores da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, exposta no regimento incluso, que em tudo o que nele se contem é verdadeiro pois estando eu em visita naquela Freguesia, presenciei alguns daqueles distúrbios que certamente dependem de pronto remédio para se *não perder de todo aquele distrito abundantíssimo de roças de mantimentos e lavras de ouro* que se vão descobrindo por varias partes assim no continente da terra como nos riachos e só no rio Guarapiranga se puseram na seca passada algumas roelas de novo para tirar ouro e no inverno se tira nas margens do mesmo rio e tudo isto é verdade não só pelas notícias que me deram quando estive naquela Freguesia mas pelas que me participaram depois de me recolher a esta Cidade; e se afugentar o Gentio ou o meter da paz *será grande sertão fertilíssimo de tudo*; mas é necessário que V. Magde , seja servido das providência pronta e eficaz nesta matéria, mandando juntamente dar alguma ajuda de custo para pólvora e chumbo a aqueles moradores para fazerem retirar o Gentio das suas fazendas ou metê-los de paz V. Magde mandaram o que for servido (AEAM, 2008: 284).

Podemos, a partir deste documento produzido por Dom Frei Manoel da Cruz, discutir não somente a forte presença dos indígenas nesta localidade, mas também a vocação produtiva da dita freguesia. Como já discutido anteriormente, há desde os primórdios da ocupação desta região a convivência entre lavras de ouro e atividades agropastoris.

Carrara, ao discorrer sobre a ocupação territorial da Zona da Mata mineira, relata que o avanço das fronteiras se deu “ameaçado por e ameaçador para os índios”. Levando a iminentes conflitos, o autor encontrou documentos em que os moradores da freguesia de Guarapiranga relatavam a D. João V “consternação devido aos ataques de índios, que destruíam fazendas e matavam habitantes’. Cinco anos mais tarde, eram os ‘excessos cometidos contra os índios residentes nas vizinhanças de Guarapiranga’ que eram denunciados” (CARRARA, 1999: 14). Segundo Maria Leônia Resende, “durante todo o Setecentos, as entradas nos sertões, chamadas por sinonímia de ‘áreas proibidas’, foram o zênite dos homens de Minas Gerais – e a desventura dos povos indígenas” (RESENDE, 2005: 1).

Na obra da Diogo de Vasconcelos podemos verificar relatos que evidenciem estes embates no início da colonização entre os gentios e os bandeirantes, na região de

Guarapiranga. Um dos registros fala sobre o Capitão Miguel Garcia, que “lutando com a fome, penetrou mais adentro o sertão do Guarapiranga, onde os índios se vingaram numa emboscada e o mataram” (VASCONCELOS, 1974: 156).

O enfrentamento dos índios com os habitantes do sertão de Guarapiranga foi constante ao longo século XVIII. No ano de 1766, os habitantes da Fazenda do Piranga, Xopotó e Santa Rita receberam “dois barris com quatro arrobas de pólvoras” destinados a “praticarem a redução dos índios puris e botocudos [combaterem] a continuação das mortes e hostilidades que sucessivamente tem repetido nos referidos distritos”.<sup>9</sup> Em outro documento, do mesmo ano, a munição recebida seria destinada para “re bater a entrada com que os índios puris, hostilizavão com mortes, roubos e outros excessos as fazendas situadas nas margens dos rios Piranga e Ribeirão do Carmo”.<sup>10</sup>

Em estudo intitulado *Os últimos carijós: escravidão indígena em Minas Gerais: 1711-1725*, Renato Pinto Venâncio analisa a forte presença de mão de obra indígena nas fazendas destinadas à agricultura de exportação. Guarapiranga aparece como o principal centro do escravismo indígena da região do Termo da Vila Carmo, posteriormente Mariana: “em 1718, Guarapiranga possuía 102 carijós, o que correspondia a 24,6% dos 414 negros da terra arrolados pela capitação referente ao conjunto dos núcleos auríferos da Capitania de Minas Gerais” (VENÂNCIO, 1997). A mão de obra indígena era utilizada em diferentes atividades, das lavras à produção agrícola.

Sobre a colonização deste território, o autor afirma que “o arraial de Guarapiranga começou a ser povoado aproximadamente dez anos após a descoberta de ouro no Ribeirão do Carmo”. E apenas na segunda metade da década de 1710 o arraial adquiriu importância econômica. Segundo o autor:

---

<sup>9</sup> [PORTARIA ordenando à Real Fazenda que entregue dois barris de pólvora aos homens, destinados a praticar a redução dos índios puris e botocudos e impedir as mortes e hostilidades causadas por estes nos distritos de Piranga, Xopotó e Santa Rita]. Vila Rica [Ouro Preto, MG]: [s.n.], 21 maio 1766. 2 doc. (2 p.). Disponível em:

<[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1436001\\_1448077/mss1443481.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1436001_1448077/mss1443481.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2016.

<sup>10</sup> PORTARIA ordenando à Real Fazenda que leve em conta ao tesoureiro da mesma, Feliciano José da Câmara, a pólvora que entregou ao capitão José do Vale Vieira para combater as incursões dos índios nas fazendas situadas às margens dos rios Piranga e Ribeirão do Carmo]. Vila Rica [Ouro Preto, MG]: [s.n.], 21 maio 1766. 2 doc. (2 p.). Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1436001\\_1448077/mss1443482.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1436001_1448077/mss1443482.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2016.

Geralmente, o metal precioso de Guarapiranga era explorado nos rios Piranga, Calambau, Turvo e Bacalhau, ou então nas vertentes da Serra da Piedade e do Tatu. As terras que ficavam nas margens dos rios também prestavam-se à atividade agrícola. Os donos das lavras muitas vezes associavam a lide aurífera à produção de alimentos, o que permitia o desenvolvimento de uma incipiente agricultura mercantil de subsistência, produtora de milho, banana, mandioca e cana-de-açúcar (VENÂNCIO, 1997).

Luís Henrique Oliveira, estudando Guarapiranga, encontrou como característica desta região a constante incorporação de terras férteis e virgens que “garantiam a reprodução da estrutura social, uma vez que grandes proprietários procuravam ocupar e explorar novas porções de terra” (OLIVEIRA, 2006: 43). A expansão em meio à densa Mata Atlântica transformou este território em um ambiente propício às atividades agrícolas.

Contudo, pode-se afirmar que a freguesia deu sustentação para as regiões mineradoras, fornecendo gêneros de primeira necessidade às mesmas. Este abastecimento fez-se presente desde o século XVIII, consolidando-se com a queda da produção aurífera. A vocação agrícola da localidade e a possibilidade de novas lavras minerais fizeram com que a região se tornasse uma opção migratória para alguns indivíduos.

### 1.3. *Guarapiranga: características sociais e econômicas*

Estudando a freguesia de Guarapiranga, em sua dissertação de mestrado Luís Henrique de Oliveira encontrou para os anos de 1750 a 1779 um elevado número de unidades produtivas que conjugavam agricultura, pecuária e mineração (cerca de 40% dos inventários analisados pelo pesquisador). Para os anos de 1780 a 1820, um maior número de unidades que praticavam atividades agropecuárias. Segundo Oliveira, dos inventários analisados, 38,37% dedicavam-se à agricultura e pecuária, 19,76% apenas à agricultura e 15,11% das unidades conjugavam agricultura, pecuária e mineração para os anos finais dos setecentos (OLIVEIRA, 2006: 46). Este momento é marcado na historiografia pela queda da produção aurífera, perdendo o papel de destaque na economia mineira, convivendo mais fortemente com outros setores produtivos.

Este dinamismo da economia guarapirangense foi elemento fulcral para explicar a atração populacional que esta região exerceu, sobretudo após o declínio da mineração.

Ao discutir a ocupação da Zona da Mata mineira, o pesquisador Mateus Rezende Andrade ressalta que “o povoamento deu-se de modo centrífugo, partindo dos principais centros mineradores às áreas circunvizinhas. A partir desta expansão territorial, novas matrizes de colonização eram legitimadas” (ANDRADE, 2014: 31).

Os estudos de Carla Maria Carvalho de Almeida e Ângelo Alves Carrara vêm demonstrando a partir de dados demográficos que na região de Guarapiranga houve um crescimento populacional, mesmo após o declínio da produção aurífera, graças ao avanço das fronteiras agrícolas. Segundo Fábio Faria Mendes, a região de Guarapiranga viveu um processo de transição entre “economia de lavras e roças em fins do século XVIII para uma economia ruralizada, e centrada na produção mercantil de alimentos e aguardente para mercados regionais” (MENDES, 2011: 14).

Ângelo Alves Carrara entende que a mineração criava à sua volta núcleos de produção escravista agrário, que se destinavam a suprir estas localidades de gêneros alimentícios. Deste modo, podemos verificar a formação de uma produção agrícola e pastoril voltada para o abastecimento dos núcleos mineradores. Mesmo os pequenos roceiros e lavradores apresentavam-se responsáveis por abastecer o mercado interno mineiro, comercializando, buscando os produtos que não dispunham e instrumentos necessários para manutenção de sua produção, como ferramentas, roupas, sementes e utensílios domésticos. Deste modo, Carrara afirma que

se a agricultura e a pecuária de tipo escravista voltadas para o abastecimento interno colonial foram poderosas e eficientes enquanto durou seu tempo, foram as pequenas lavouras de mantimentos e as pequenas criações de gado que garantiam, com uma base técnica restrita, níveis de rendimento agrícola e pastoril tais, que permitiram não só o crescimento ininterrupto da população, como o avanço consequente da fronteira agrícola (CARRARA, 2000: 54).

Gustavo Lemos salienta que na freguesia de Guarapiranga “grandes fazendas canavieiras, compostas por duas ou mais sesmarias, conviviam com pequenos sítios ou roças em que se plantavam os alimentos mais comumente consumidos naquele tempo” como milho, feijão e arroz (LEMOS, 2012: 42). Esta coexistência de culturas permitiu o abastecimento de mercado interno bem como a comercialização dos excedentes, como discutido anteriormente por Carrara.

O trabalho apresentado por Carneiro e Matos sobre Guarapiranga, mostra o desenvolvimento, para além de uma produção de gêneros agrícolas, como o milho e o

feijão, da suinocultura e “a utilização de animais de tiros e tropas para o trabalho agrícola”. Quanto à criação de gado, os autores encontraram uma média de duas cabeças por propriedade, indicando uma atividade destinada para o consumo doméstico. A produção de fumos, no vale do rio Xopotó, e os “engenhos de produção de açúcar, aguardente e rapaduras, especialmente no distrito de Santo Antônio do Calambau” aparecem como atividades econômicas de caráter nitidamente mercantil. (CARNEIRO; MATOS, 2008: 7).

Luís Henrique Oliveira, analisando as unidades produtivas de Guarapiranga, encontrou para o período compreendido entre os anos de 1780 e 1820, presença de 58,40% de unidades produtoras de suínos. Nos anos anteriores, 1750-1779, a suinocultura chegou à marca de 73,49%.

A participação de Guarapiranga no abastecimento do mercado interno da Capitania pode ser verificada através de uma petição junto à Câmara de Vila Rica, datada de 28 de novembro de 1739. Nesta os viandantes de Lavras Novas, Itatiaia, Catas Altas e Piranga requeriam junto ao Senado o concerto da estrada da Roça de Roque Pinto. Neste documento os viandantes “que costumam conduzir seus mantimentos em cavalos e mais gêneros que vem vender a esta vila para utilidade dela” reclamam dos “caminhos em parte incapazes de se poder andar por ter muito buracos”<sup>11</sup>.

Carla Maria Carvalho de Almeida, em seu livro *Ricos e pobres em Minas Gerais*, analisando a distribuição de riqueza no mundo colonial, nos apresenta uma listagem dos homens ricos do Termo de Mariana no ano de 1756. Encontramos, entre os 179 nomes citados pela autora, vinte e sete habitantes de Guarapiranga indicando deste modo a importância da dita freguesia no cenário econômico mineiro (ALMEIDA, 2010: 225-229).

O elevado número de almas residentes em Guarapiranga e a distância em relação à cidade de Mariana foram utilizados pelos moradores do local para justificar a elevação da freguesia em Vila. No ano de 1809 os moradores das freguesias de Nossa Senhora de Guarapiranga, e da Pomba, das Capelas de Espera e dos Remédios solicição a criação de uma vila no dito arraial:

Nos lugares remotos que são muitos os facínoras se gloriam impunes, e continuam os valentões cada vez mais furiosos e os pobres abatidos sem o desforço prometidos pelas leis de Vossa Alteza sendo como são

---

<sup>11</sup> APM. CMOP, cx.11, doc. .25, avulsos.

os mais vizinhos a Justiça de Mariana de oito léguas, quando são os mais moradores distantes 25 e 30 léguas contra a carta de leis de 22 de julho de 1766. Fundados nesta o suplicante com toda a humilhação e respeito aos seus pés de Nossa Alteza suplicam a mercê de mandar criar vila com toda a Justiça no dito Arraial de Guarapiranga que dista oito léguas e tem capacidade para sustentar a conta o número de seus habitantes de mais de treze mil almas (e consta dos instrumentos juntos) com mais de mil fogos não se contando os habitantes do Pomba, da Espera e dos Remédios (BN, Manuscrito II, 36,06,037).

Esta representação contou com uma declaração de Lino Lopes de Matos em que o Referendo Pároco declara o número de almas residentes na localidade no ano de 1790:

Lino Lopes de Matos bacharel formado na faculdade dos sagrados cânones pela Universidade de Coimbra e Pároco (...) da freguesia de Conceição de Nossa Senhora de Guarapiranga que [abriga] do ano próximo passado mil setecentos e noventa consta ter essa freguesia dez mil novecentos e trinta e nove de confissão e comunhão não sabendo os que ainda não são obrigados a estes preceitos porque incluindo por estes vem a ter então por tudo treze mil duzentos e sessenta e quatro pessoas como consta do mapa do referido ano que já pus na respeitável presença do Meritíssimo e Excelentíssimo Senhor Visconde de Barbacena Governador e Capitão Geral desta capitania de Minas§ Guarapiranga, treze de fevereiro de mil setecentos noventa e hum (BN, Manuscrito II, 36, 06,037).

Os dados apresentados neste documento são os mesmos presentes na tese de doutorado de Ângelo Carrara. O autor utilizou do rol dos confessados de termo de Mariana (1780-1808), e destaca para o ano de 1790 a população total de 10939; nele apenas são descritos os indivíduos de cada *fogo* com idade de confissão e comunhão. No requerimento dos moradores acima citado conseguimos obter o número total de habitantes da freguesia de Guarapiranga, 13.264 almas. Este número corresponde apenas à dita localidade, não englobando os seus arraiais. Infelizmente não conseguimos localizar nos arquivos pesquisados o mapa da população mencionado por Lino Lopes de Matos, do ano de referência de 1790. A solicitação de transformar Guarapiranga em Vila apenas foi atendida no ano de 1841, mais de quatro décadas depois do requerimento à Coroa.

Utilizaremos para uma compreensão melhor da complexidade da população de Guarapiranga três mapas de população encontrados para o período em análise, datados respectivamente de 1810, 1812 e 1814. Os dois primeiros encontram-se disponíveis no

Arquivo Público Mineiro. O Mapa da População de 1814 foi localizado durante pesquisa no Arquivo Nacional no Rio de Janeiro.

Os Mapas de População são tabulações produzidas com os dados demográficos de cada freguesia. Nele a população era **divida** segundo critérios simples como sexo, cor e condição, e os indivíduos eram classificados a partir de duas categorias distintas: livres e escravos, antagonismos que percorrem todo o período colonial, mas que são capazes de resumir todo o sistema de hierarquização social presente na sociedade colonial de Antigo Regime. Os números de nascimentos e mortes do referido ano também constam nesta fonte.

Na contagem populacional realizada no ano de 1810, 8.644 era o número da população livre em Guarapiranga, e deste 4.411 eram homens e 4.233 mulheres. Entre a população cativa, 3.681 eram do sexo masculino e 1.965 eram mulheres. Observe que a população livre correspondia a 60,49% dos habitantes da freguesia. Valores similares foram encontrados por Mateus Rezende de Andrade ao analisar a composição demográfica da freguesia de Guarapiranga no início da década de 1830, baseado nas listas nominativas produzidas para o período.

Nos anos que seguem à nossa análise não houve mudança significativa no quadro geral da população mantendo presença marcante de mão de obra cativa. (Tabela 1.1)

Tabela 1. 1: População Livre e Escrava de Guarapiranga, 1810, 1812 e 1814.

	<b>População Livre</b>	<b>%</b>	<b>População cativa</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>
<b>1810</b>	8.644	60,49	5.646	39,51	14.290
<b>1812</b>	7.610	56,13	5.949	43,87	13.559
<b>1814</b>	7.158	58,90	4.994	41,09	12.152

Fonte: APM. SG, Cx.82, Doc 54; APM. SG, Cx. 87, Doc. 60; A.N. Microfilme, Cod. 0808, Vol.1.

Quando analisada a população livre a partir do sexo faz-se constante ao longo dos anos uma equidade entre os gêneros, o que não é representativo da população cativa (Tabela 1.2). Neste segmento social, nos três anos considerados percebemos predominância do sexo masculino. Em todos os períodos apresentados, os homens representavam mais de 60% da população cativa (Tabela 1.3). O número elevado de escravos homens justifica-se pela preferência para a produção agrícola da mão de obra masculina.

Tabela 1. 2: População Livre em Guarapiranga, 1810,1812 e 1814.

	<b>Homens Livres</b>	<b>%</b>	<b>Mulheres Livres</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>
<b>1810</b>	4.411	30,87	4.233	29,62	14.290
<b>1812</b>	3.677	27,12	3.933	29,01	13.559
<b>1814</b>	3.480	28,63	3.678	30,26	12.152

Fonte: APM. SG, Cx.82, Doc 54; APM. SG, Cx. 87, Doc. 60; AN. Microfilme, Cod. 0808, Vol.1.

Tabela 1. 3: População Escrava em Guarapiranga, 1810, 1812 e 1814.

	<b>Masculino</b>	<b>%</b>	<b>Feminino</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>
<b>1810</b>	3.681	65,20	1.965	34,80	5.646
<b>1812</b>	3.712	62,40	2.237	37,60	5.949
<b>1814</b>	3.064	61,35	1.930	38,65	4.994

Fonte: APM. SG, Cx.82, Doc 54; APM. SG, Cx. 87, Doc. 60; AN. Microfilme, Cod. 0808, Vol.1.

Observando a população cativa percebemos a divisão em dois grupos de cor distintos: os pretos e os pardos. O primeiro grupo predominou durante todos os três anos analisados (Tabela 1.4). Enfatizando a forte presença da mão de obra cativa negra na freguesia de Guarapiranga, este desequilíbrio entre os sexos é indicativo da importância do tráfico negreiro na manutenção da escravaria piranguense. Os pardos representaram, para o período em estudo, números inferiores a 20% de todos os cativos da freguesia. O que podemos ressaltar desse grupo étnico diz respeito a uma igualdade entre os sexos nos três períodos. No ano de 1814, os homens pardos representavam 6,43% da população cativas, para 6,27% das mulheres.

Estas informações são um forte indício da entrada de escravos africanos na região de Guarapiranga. O tráfico interprovincial se manteve mesmo após o declínio da mineração, e através dele muitos escravos chegaram ao Brasil e se destinaram a esta localidade abastecendo os alambiques e as lavras nas margens do rio Piranga.

Tabela 1. 4: Escravos, segundo a divisão por cor, Guarapiranga, 1810, 1812 e 1814.

	Pretos				Pardos				Total
	Homens	%	Mulheres	%	Homens	%	Mulheres	%	
<b>1810</b>	3.166	56,08	1.591	28,18	515	9,12	374	6,62	5.646
<b>1812</b>	3.368	56,61	1.958	32,91	344	5,78	279	4,69	5.949
<b>1814</b>	2.743	54,93	1.617	32,38	321	6,43	313	6,27	4.994

Fonte: APM. SG, Cx.82, Doc 54; APM. SG, Cx. 87, Doc. 60; AN. Microfilme Cod. 0808, Vol.1.

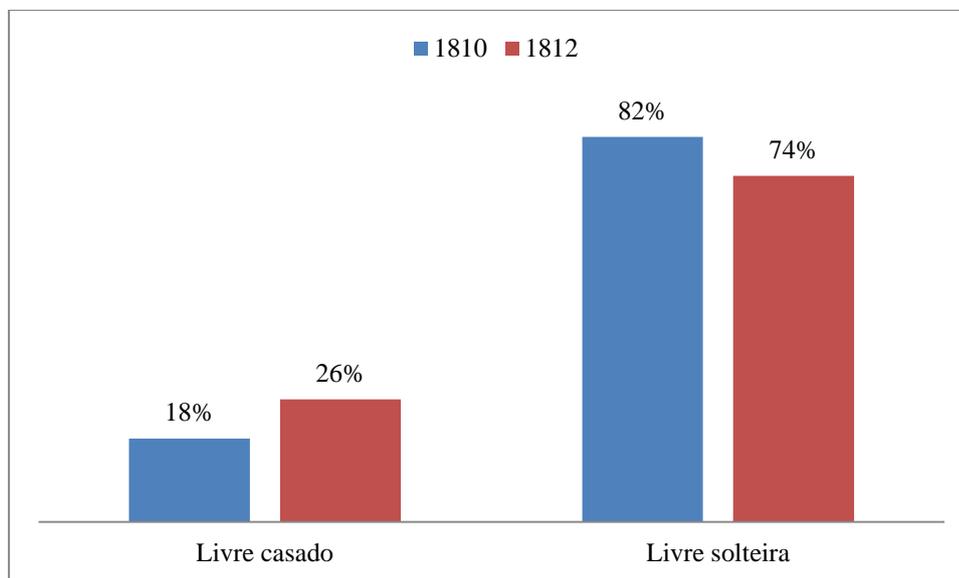
Recorremos ao verbete de Rafael Bluteau, para compreender o uso do termo pardo no Mapa da população. Segundo Bluteau pardo é sinônimo de homem mulato, definido entre branco e preto. Mulato é o “homem filho de branca e negra ou de negro e mulher branca” (BLUTEAU, 1728). Analisando a utilização do termo na documentação trabalhada, acreditamos que pardo foi empregada para diferenciar do preto, ou negro, condição que sugere a origem africana do indivíduo. Nos estudos de Libby e Frank, destaca-se a flexibilidade do termo pardo/parda, que poderia designar indivíduos de pele mais clara, bem como uma miscigenação de origens africanas e europeias (LIBBY, FRANK, 2009: 387). Outra possibilidade de utilização para o segmento designado como pardo, segundo os autores, é para descrever indivíduos com graus variados de ascendência indígena.<sup>12</sup>

Nos Mapas de População dos anos de 1810 e 1812, a população é classificada a partir do seu estado civil. Deste modo, a análise que segue traça um panorama geral dos indivíduos a partir desta categoria. Dividimos para melhor compreensão os dois grupos sociais: população livre e população cativa. No Gráfico 1.1, verificamos uma predominância de indivíduos solteiros entre a população livre, aumentando o número de casamento do ano de 1810 para 1812. Acreditamos que este número expresse apenas as uniões estabelecidas diante da Igreja Católica. Como sabemos, o casamento cristão era economicamente dispendioso e dificultado pela burocracia eclesiástica, sendo uma realidade apenas para os grupos mais abastados da sociedade. Deste modo, como afirma Figueiredo: “Diante dessas limitações institucionais multiplicaram-se relações livres e consensuais à margem do controle da Igreja” (FIGUEIREDO, 1997: 37). Estas uniões envolviam um grande contingente populacional que o clero não conseguia controlar. “O número de funcionários era pequeno para se ocupar, além da assistência espiritual

<sup>12</sup> Nos três Mapas trabalhados nesta dissertação apenas o Mapa da População de 1814 faz referência à população indígena que habitava a freguesia de Guarapiranga. Nesta fonte é mencionada a existência de 17 índios e 21 índias. Para efeito de análise comparativa este grupo foi incorporado ao de pardos livres.

corriqueira, da condenação de uma prática tão generalizada entre as populações” (FIGUEIREDO, 1997: 34).

Gráfico 1.1: População livre segundo o estado civil, Guarapiranga, 1810 e 1812.



Fonte: APM. SG, Cx.82, Doc 54; APM. SG, Cx. 87, Doc. 60.

Ronaldo Vainfas sugere que a questão do custo do casamento cristão deve ser relativizada. Para o autor, o que de fato impossibilitou a ampla adesão dos segmentos pobres ao matrimônio oficial foi a alta mobilidade experimentada por este grupo social:

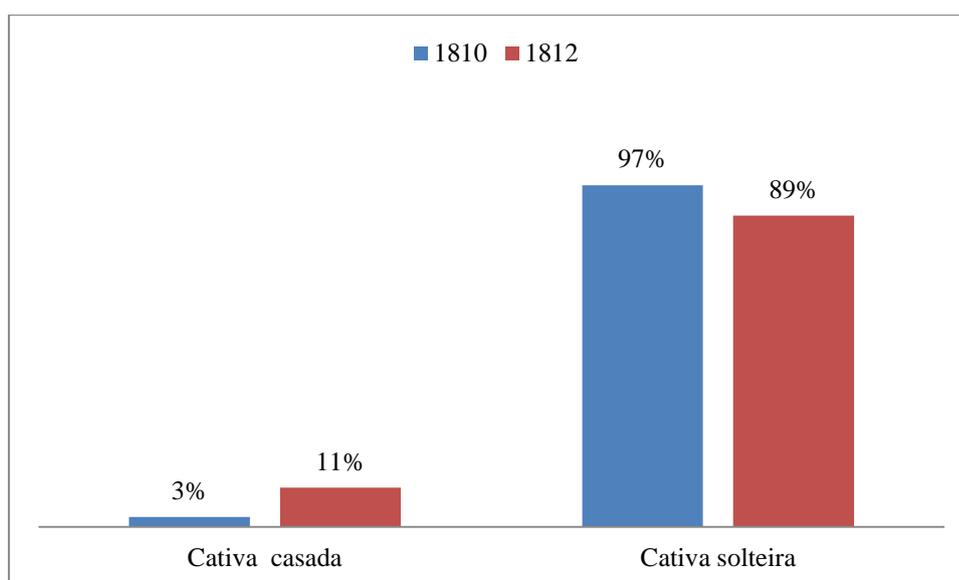
Amancebavam-se por falta de opção, por viverem, em sua grande maioria, num mundo instável e precário, onde o estar concubinado era contingência da desclassificação, resultado de não ter bens ou ofício, da fome e da falta de recursos, não para pagar a cerimônia de casamento, mas para almejar uma vida conjugal minimamente alicerçada segundo os costumes sociais e a ética oficial (VAINFAS, 2010: 122).

Analisando a população escrava, os números apresentam baixos índices de nupcialidade (Gráfico 1.2). Destes dados podemos supor que o elevado número de cativos do sexo masculino (Tabela 1.3) tenha dificultado o estabelecimento do casamento formal entre os escravos. A disponibilidade de homens no mercado matrimonial não representou em nenhum dos períodos estudados (1810 e 1812) índices de casamento elevados para o segmento feminino, não ultrapassando em nenhum

momento 13% deste grupo social. Entre as mulheres cativas verificamos um aumento daquelas que foram identificadas como casadas. Em 1810, as cativas casadas representavam 3,82% da população, e este número passou para 12,61% apenas dois anos depois. Entre os cativos homens, o número de casados passou de 2,23% em 1810 para 10,46%. O crescimento dos números de casados entre a população cativa é de certo modo equivalentes o que pode significar matrimônios entre cativos.

Comparando os dois gráficos apresentados (Gráfico 1.1 e Gráfico 1.2), podemos notar que nos dois segmentos sociais há um crescimento no número de pessoas casadas. Não temos até o momento fontes seguras para afirmar as razões que levaram tanto livres quanto escravos a estabelecer laços matrimoniais. Mas podemos supor que uma maior estabilidade econômica tenha levado estes ao estabelecimento do casamento cristão.

Gráfico 1.2: População cativa segundo o estado civil, Guarapiranga, 1810 e 1812.



Fonte: APM. SG, Cx.82, Doc 54; APM. SG, Cx. 87, Doc. 60.

Os dados obtidos pelo Mapa de População nos possibilitaram um olhar mais geral da sociedade piranguense. Uma freguesia fundada sob o olhar aventureiro dos paulistas em busca do sonhado ouro das Gerais, mas que desde os seus primórdios conseguiu articular uma economia aurífera à agricultura e pecuária. Deste modo, mesmo após o declínio da exploração do ouro na região, Guarapiranga conseguiu, com sua complexa economia, se estruturar e reestruturar à luz das novas contingências econômicas.

## CAPÍTULO 2 - A EXPOSIÇÃO NO ALÉM-MAR: O BRASIL E A HISTÓRIA DO ABANDONO

A exposição de criança foi uma prática corrente no Brasil dos séculos XVIII e XIX. Herdada do mundo ibérico os colonos lusitanos incorporaram a exposição de crianças ao seu cotidiano. A Igreja conjuntamente com o Estado de certa forma estimulou esta prática, proferindo discursos em que a exposição é colocada como uma alternativa ao aborto e ao infanticídio. Deste modo, o ato de expor uma criança era tolerado, já o que era inaceitável pela Igreja consistia na morte sem o devido sacramento do batismo, o que levaria à exclusão da mesma do paraíso.

Em Portugal, e conseqüentemente em seus domínios ultramarinos, o Estado estabeleceu normas, doutrinas e instituições para a proteção da infância desvalida. Para a metrópole portuguesa desde, pelo menos, o século X há indícios da assistência pública aos expostos através da criação de pequenos hospitais (MARCÍLIO, 2006a:89). Nas *Ordenações Manuelinas* (1521) encontramos a primeira disposição legal que versa sobre a criação de exposto no Estado português. Segundo o texto, na ausência de pais biológicos ou parentes que pudessem se responsabilizar pela criação dos menores, estes

Por tal que as crianças não morram por mingua de criação, os mandaram criar a custa dos bens dos Hospitais, ou Albergarias, se os houver na Cidade, Vila ou Lugar ordenados para criação dos enjeitados, e não havendo tais Hospitais ou Albergarias se criaram a custa das rendas do Conselho, e não tendo o Conselho rendas por onde se possam criar, se lançara finta por aquelas pessoas que nas fintas, e encarregou do Conselho ham de pagar , a qual lançaram os Oficiais da Câmara. Ordenações Manuelinas (Livro I, Título LXVII, 10, p.482)

Deste modo as Câmaras Municipais foram autorizadas a criar imposto, a finta dos expostos, a fim de adquirir recursos para subsidiar a criação dos enjeitados.

Nas *Ordenações Filipinas* (1603), compilação produzida durante o domínio espanhol, a disposição legal anterior referente à criação de exposto foi mantido, estabelecendo assim a assistência até a criança completar sete anos de idade. Estes códigos legais vigoraram no Brasil, ainda que parcialmente alterados, até o início do século XX.

Em Portugal, a primeira instituição a destinar-se a receber estas crianças desvalidas foi o Hospital de Todos os Santos, fundado em 1492, em Lisboa. As irmandades dentro deste contexto assumem um papel importante. As Santas Casas, a

partir da institucionalização da Confraria de Santa Casa de Misericórdia, em 1492, passaram a ser o órgão responsável pela acolhida dos menores enjeitados. A Misericórdia e as Câmaras Municipais dividiam os encargos financeiros advindos da criação destes menores. (RUSSEL-WOOD, 1981: 234)

No Estado português o estabelecimento das rodas surge para resolver três questões: “eliminar os abortos e infanticídios, aumentar a população do Estado e através do anonimato preservar-se a honra da mulher que cometeu uma falta”. (SÁ, 1992: 75) Assim as vantagens demográficas de preservar a vida destas crianças em um reino considerado despovoado levaram as autoridades à preocupação com os índices de mortalidade no interior das rodas.

Em 1820, Antônio Pinto Gouveia reuniu a legislação portuguesa acerca de criação de enjeitados, enaltecendo a relevância destas pequenas almas para o povoamento da nação lusa. Assim, deveriam estes meninos ser tratados como cidadãos, educados para torná-los membros úteis da sociedade, uma vez que estes pequenos eram, agora, “filhos do Estado, que faz às vezes dos pais que não conheceram, ele os toma à sua conta e exercita a seu respeito os direitos e obrigações que a Natureza e as Leis dão aos verdadeiros progenitores.” (PINTO *apud* FRANCO 2014: 196).

No Brasil colonial, apesar das determinações legais, o encargo acerca da criação desses enjeitados, resultou em muitos desentendimentos sobre as responsabilidades e atribuições de cada instituição: Câmaras Municipais e Misericórdias. A solicitação da instalação das rodas de expostos no Brasil partiu das municipalidades, que atoladas nos gastos com o auxílio à infância desvalida, procuravam uma forma de coibir o número crescente de enjeitados. Acreditavam que ao entregar a criança a uma instituição haveria um maior controle sobre o destino do enjeitado e evitariam possíveis fraudes e clientelismo, presente nas instâncias municipais (VENÂNCIO, 1999: 27). Para a abertura de Casas de Rodas eram necessários recursos provenientes de benfeitores destinados à criação de expostos, bem como uma divisão de responsabilidades. Uma vez que “a assistência de *fato* prestada pela Misericórdia aos enjeitados não significava o término de todas as obrigações legais do conselho municipal”. (RUSSEL-WOOD, 1981: 234). Deste modo, coube à municipalidade o repasse de recursos para estabelecimento da assistência dos expostos nas Casas de Rodas.

Encontramos para o período estudado apenas três rodas de expostos de Santas Casas em funcionamento no Brasil: em Salvador, instalada em 1716; no Rio de Janeiro,

datada de 1738; e em Recife, de 1789. Nestas localidades as rodas instaladas eram semelhantes às encontradas na Europa ocidental, presentes desde o século XII:

Era uma caixa cilíndrica de madeira, colocada dentro da parede de um prédio. Girava num pino colocado sobre seu eixo vertical, e era repartido ao meio.[...] Normalmente, existia um pequeno sino do lado de fora da parede, junto à roda, para ser tocado pela mãe; havia também as rodas mais sofisticadas, em que o peso do bebê fazia soar automaticamente um sino dentro do hospital (RUSSEL-WOOD, 1981: 233)

Para as vilas e arraiais que não contaram com a instituição das Casas de Rodas, a assistência aos expostos ficou a cargo exclusivamente das Câmaras Municipais. A partir de diferentes estudos que versam sobre esta temática, fica claro que “na realidade, as Câmaras Municipais em sua quase toda totalidade, foram omissas ou parciais nessa sua obrigação, além de oferecer uma precaríssima assistência às crianças” (MARCÍLIO, 2010: 32). Analisando o assistencialismo nas Minas Gerais, Caio C. Boschi salienta o precário atendimento social dado aos expostos na dita Capitania. As Câmaras Municipais muitas vezes não efetuavam o pagamento com a periodicidade e regularidade devida e os indivíduos que se responsabilizavam pela criação dos expostos muitas vezes se isentavam de seus deveres, resultando em elevados índices de mortalidade e registros de maus tratos aos menores (BOSCHI, 1984: 35).

Nas localidades em que era inexistente o pagamento por parte das Câmaras Municipais, apesar de por lei, ser esta a instituição responsável pelos expostos até completados sete anos de idade, bem como a assistência dada pelas Santas Casas de Misericórdia, coube a particulares os encargos pela criação dos enjeitados. Desde modo, estes meninos e meninas abandonados ficaram dependendo do espírito caritativo de homens e mulheres, que ao encontrar estes pequenos nas soleiras de suas portas, nas ruas e em outros locais públicos, decidiam por criá-los. “Mais do que nunca, estes seriam os filhos da piedade, aqueles que seriam acolhidos por almas caridosas, que se compadeceriam do abandono destas criancinhas” (SCOTT, BACELLAR 2010: 60). Carlos Bacellar em seu estudo sobre a Vila de Sorocaba faz uma rica análise desta outra faceta do abandono. Para o autor, esta forma de abandono foi o mais presente entre os séculos XVI e XIX no Brasil colonial. (BACELLAR, 2001, 2008).

A partir da discussão realizada pretendemos neste capítulo fazer um balanço historiográfico com os principais autores que discutem a temática abordada: o abandono de crianças no Brasil colonial. Repensando sobre a participação das Santas Casas de

Misericórdia na assistência aos expostos, o papel muitas vezes omissas das Câmaras Municipais, bem como o espírito caritativo que guiou muitos indivíduos na criação dos enjeitados. Para, deste modo, inserirmos a freguesia de Guarapiranga na historiografia acerca da exposição de criança.

## 2.1. *O abandono assistido: as Casas de Roda no Brasil*

O abandono de crianças sempre foi tolerado pela Igreja. Era considerada uma prática alternativa ao aborto e ao infanticídio. Estes sim condenados violentamente pela Igreja Católica. Na obra do jesuíta Alexandre Gusmão, *A Arte de Criar bem os filhos na Idade da puerícia* (1685), o autor expõe estas duas realidades traçando um paralelo entre os pais que enjeitam e aqueles que matam seus filhos. Mostrando “a enorme crueldade daqueles pais que não só os enjeitam, mas chegam a matar com suas próprias mãos os filhos, que geraram por um ponto de honra, ou por outros humanos defeitos” (GUSMÃO, 2004: 85), o autor coloca o abandono como um caminho a esta prática combatida pela Igreja: “menos mal é enjeitá-lo, que matá-lo, porque mais vale o filho vivo em poder alheio, que feito em pedaços em seu poder” (GUSMÃO, 2004: 85).

O acolhimento destes pequenos desamparados também era um momento de exercer a caridade. A caridade pensada entre os fiéis como uma condição para a salvação. Para Alexandre Gusmão, a criação destes pequenos desvalidos era a obra que mais agradava a Deus: “conforme o que ELE disse no Evangelho, que tudo o que se fazia a um destes meninos, o aceitava como feito a sua própria pessoa” (GUSMÃO, 2004: 116).

Nas Casas de Rodas no período do Brasil colonial, Renato Pinto Venâncio (1999) encontrou alguns casos em que indivíduos procuravam a Misericórdia para buscar um enjeitado para criá-lo gratuitamente. Podemos elencar como uma hipótese para investigações futuras como o dispositivo da caridade contribuiu para a perpetuação destas rodas no caso brasileiro.

O abandono de criança em grande escala foi uma realidade mais veemente nos países católicos, pois contava com uma política institucional de oferecer cuidados aos enjeitados. A grande maioria dos países protestantes, segundo Isabel do Guimarães Sá, “possuía um sistema de financiamento direto da caridade [...] as pessoas davam esmolas que eram reunidas em arcas comuns. Em algumas unidades políticas protestantes existiam mesmo pagamentos organizados de impostos que revertiam a favor dos pobres

locais” (SÁ, 1998: XIII). Deste modo, sempre que uma criança era enjeitada, investigava-se até encontrar seus familiares, devolvendo a estes o rebento para “evitar sobrecarregar a comunidade com o custo do seu sustento”. Assim, segundo Colin Heywood

Os grandes hospitais para expostos e suas conhecidas “rodas” ou berços giratórios (conhecidas como *tours* na França, *ruote* na Itália e rodas em Portugal), que possibilitavam que as pessoas abandonassem uma criança de forma anônima, eram particularmente associados à Europa católica. (HEYWOOD, 2004:104)

O abandono dos filhos era aceitável e compartilhado por diferentes segmentos da sociedade. Para Renato Franco, “Parte da grande popularidade do abandono pode ser atribuída justamente ao fato deste fenômeno não ser específico de algum grupo social: como era prática de todos, manteve o apoio tácitos de todos.” (FRANCO, 2014: 26). E esta prática contou com um elemento chave para a sua perpetuação: o silêncio.

A institucionalização da assistência aos meninos exposto tem como uma das matrizes a preocupação com a morte de inúmeras almas sem o sacramento do batismo. Antes do estabelecimento destas rodas, no Brasil colonial, as crianças eram deixadas em locais públicos: nas ruas, nas igrejas, nos conventos e nas soleiras da porta de algum domicílio. Sendo frequentemente, como alerta Russel-Wood, devorados por cães ou outros animais, morrendo de fome ou, até mesmo, morrendo afogados com a maré enchente, no caso do abandono de crianças nas praias de Salvador (RUSSEL-WOOD,1981: 237).

Estudando os bilhetes deixados com os enjeitados na Roda de Salvador e Rio de Janeiro, nos séculos XVIII e XIX, Renato Pinto Venâncio encontrou algumas declarações de que a criança já havia sido batizada, antes de ser enviada à Misericórdia. Quando a criança chegava à roda sem qualquer tipo de informação, a primeira providência era batizá-la. Seguindo as orientações do jesuíta Alexandre de Gusmão, o batismo era um ato de amor, pois sem o batismo estas pequenas almas estariam expostas às bruxas e a possibilidade de “perderem a felicidade eterna morrendo sem ele [o batismo]” (GUSMÃO, 2004: 171).

Inserida a criança na roda, cabia à Misericórdia encontrar uma ama de leite responsável pela sua criação pelos próximos três anos. Diferente da Europa, onde estas crianças eram enviadas para amas camponesas, no Brasil colonial havia uma preferência por mulheres que moravam na zona urbanas, mais próximas às rodas. Favorecendo

deste modo uma maior fiscalização sobre a ação destas senhoras em relação aos pequenos enjeitados.

No Estado de São Paulo, que instituiu a roda em 1824, Maria Luiza Marcílio encontrou um padrão diferente em relação às rodas no período colonial, pois para esta localidade a amas de leite vinham de bairros rurais. Para Lisboa, Venâncio apresenta que “apenas 14% dos enjeitados, entre 1785 e 1786, foram confiados a criadeiras urbanas” (VENÂNCIO, 1999: 71).

Não havia qualquer restrição quanto à origem social ou étnica das famílias que criavam estes pequenos. Eram em sua maioria mulheres livres (solteiras ou viúvas) e de classes mais baixas. Em 1758, para a roda da Bahia, Marcílio encontrou “pardas (41%) e mestiças e crioulas (12%)” (MARCÍLIO, 2006a: 248). Estas mulheres recebiam um valor irrisório e frequentemente o pagamento era irregular. Em muitos casos esta falta de recursos levou as criadeiras a livrarem-se das crianças. Para Portugal, Russel-Wood encontrou uma ama de leite que havia matado mais de trinta crianças com o objetivo de continuar recebendo o pagamento da Misericórdia.

Quanto ao valor dispensado para a criação dos enjeitados, Renato Pinto Venâncio aponta que para o Rio de Janeiro, no período de 1803 a 1870, “o pagamento mensal pela criação dos expostos permitia a compra diária de farinha de mandioca e de algumas fatias de carne-seca, alimentos básicos de consumo dos escravos e pobres do meio urbano” (VENÂNCIO, 1999: 61). A contribuição de 2\$000 mensais para estas mulheres, durante o século XVIII, pagos pela Misericórdia do Rio de Janeiro e Salvador, não representou um negócio vantajoso para as amas de leite.

A dificuldade de encontrar mulheres dispostas a receber os enjeitados era um problema para as Santas Casas. Para remediar este problema, na metrópole a coroa portuguesa passou a oferecer algumas vantagens para além do auxílio pecuniário. Desde o século XVI era concedido “isenção de encargos impostos pelos concelhos, no século XVII os privilégios concedidos têm por objetivo isentar os maridos e filhos das amas do recrutamento militar” (SÁ, 1992: 81) Para a historiadora Isabel do Guimarães Sá, como os privilégios se estendiam aos respectivos maridos e filhos possibilitou o desenrolar de um “jogo de estratégias”, pensando que a escolha de criar um enjeitado acarretaria benefícios para diferentes membros do clã familiar.

Para o Brasil colonial não sabemos até que ponto estes privilégios concedidos em Portugal chegaram até estas mulheres. Marcílio encontrou para o caso carioca uma solicitação da extensão destes privilégios, já existentes para a Roda de Salvador,

concedidos às amas de leite de Lisboa. As fontes trabalhadas até o momento não permitem fazer quaisquer reflexões acerca da repercussão destas leis nas terras tupiniquins.

Encontramos para as três rodas instaladas no Brasil durante o período colonial (Recife, Salvador e Rio de Janeiro) altas taxas de mortalidades. A morte de crianças nunca foi uma preocupação latente para a Igreja Católica. A crença que estes pequenos se transformariam em anjos acalentava o coração das famílias que perdiam seus rebentos na tenra idade. A grande preocupação que se colocava para a Igreja era assegurar que nenhuma criança morresse sem o batismo.

Observando os dados oferecidos pela roda de Recife, Nascimento encontrou, a partir dos Livros de Receitas e Despesas da instituição, que para o “período de julho de 1799 a agosto de 1800, em 13 meses, entraram na instituição 209 crianças e desse total morreram 126, ou seja, 60% das crianças” (NASCIMENTO, 2006: 138). Esta realidade não diz respeito apenas à roda de Recife. Esta situação é representativa do restante do Brasil, já que Marcílio nos alerta que “apenas 20% a 30% dos que foram lançados nas Rodas de Expostos chegaram a idade adulta” (MARCÍLIO, 2006a: 237).

Para Nascimento, a institucionalização da roda não tinha como objetivo último a preservação da vida da pobre criança. Mas sim oferecer uma alternativa, dentro da mentalidade cristã, ao infanticídio “estimulando novas condutas coletivas e individuais para com as crianças” (NASCIMENTO, 2006: 139).

O número de anjinhos deixados nas rodas estava diretamente ligado, além de questões econômicas (inflação de preços), a mudanças institucionais. Para Salvador, o número de crianças mortas deixadas na roda aumentou no período em que a Misericórdia parou de alugar o esquife dos anjos. No Rio de Janeiro, em 1851, com a transferência do cemitério para freguesias distantes da cidade, objetivando combater as epidemias, a população mandava os filhos à Misericórdia com a esperança de serem sepultados no *campo santo* tradicional. Para Venâncio,

abandonar o filho morto traduzia, uma vez mais, o código cifrado do amor dos pais que recorriam à assistência, pois representava uma esperança de que a criança fosse sepultada no antigo cemitério da Misericórdia, localizado atrás do hospital - no centro da cidade- e tido como campo santo tradicional (VENÂNCIO, 1999:107).

Colin Heywood, estudando o fenômeno do abandono de crianças na Europa, mostra que a condição das rodas nestas localidades também era precária. Estas

instituições possuíam baixos orçamentos, amas de pior qualidade e muitas destas mulheres alimentavam vários enjeitados ao mesmo tempo. Estima-se que 22% dos enjeitados e órfãos enviados de Hamburgo para amas de leite no campo no final do século XVIII morreram ainda na infância (HEYWOOD, 2004).

## 2.2. *A piedade dos outros*: o abandono domiciliar em Guarapiranga

A prática de exposição da criança foi fenômeno presente durante todo o período colonial brasileiro. De raiz lusa o fenômeno da exposição foi difundido em Guarapiranga, como podemos notar ao analisar os registros paroquiais de batismo (Tabela 2.1).

Tabela 2. 1: Relação de batizados livres na freguesia de Guarapiranga, 1771-1820.

<b>Condição</b>	<b>Número</b>	<b>Porcentagem</b>
Legítimo	5.608	55,41%
Natural	3.486	34,44%
Exposto	835	8,25%
Adulterino	9	0,09%
Legitimado pelo casamento	2	0,02%
Não consta	140	1,38%
Ilegível	41	0,41%
Total	10.121	100%

Fonte: AEAM. Registros Paroquiais de Batismo.

A proporção de expostos em relação ao número de batismo é de 8,25% ao longo do período estudado. Silvia Maria Jardim Brugger encontrou índices muito semelhantes estudando São João del Rei entre os anos de 1736 e 1850. A historiadora chegou a proporção de 8% do número total de batismos de livres e forros (BRUGGER, 2006: 117). Se analisarmos os dados apresentados por Bacellar no tocante à vila de Sorocaba é possível chegar à média de 7,35% de expostos registrados no período entre 1791 e 1820. (BACELLAR, 2001: 194). Em Vila Rica chegou a 10,2% o número de expostos entre os anos de 1768 e 1782 (MARCÍLIO e VENÂNCIO, 1990). Para Curitiba, Cavazzani encontrou índices de 9,1%. (CAVAZZANI, 2005).

Nas cidades portuárias de Salvador e Rio de Janeiro, estudadas por Renato Pinto Venâncio, o autor chegou a encontrar índices de 20% (VENÂNCIO, 2002). Para Souza, “as zonas urbanizadas expunham mais as crianças do que as zonas rurais, onde as transformações lentas e as solidariedades mais acentuadas propiciavam melhor recepção

aos enjeitados” (SOUZA, 2006a: 58). Para Faria, esta preferência pelo abandono em áreas mais urbanizadas pode ser justificada pelo anonimato “muito mais fácil de ser alcançado em áreas mais povoadas do que em domicílios rurais, onde todos se conheciam” (FARIA, 1998: 69).

Estes índices de abandono são bem distintos se compararmos aos obtidos nas freguesias com tendências mais agrárias ou aquelas mais afastadas dos grandes centros exportadores. Como o caso de Ubatuba, estudado por Marcílio, em que na metade do século XVIII e início do XIX a prática do abandono era praticamente inexistente, encontrando índices de 0,6% de expostos batizados (MARCÍLIO, 2006b). Para as localidades de Guaratiba, Irajá, Jacarepagua e Inhaúna, no Rio de Janeiro, havia 3,3 % de expostos (MARCÍLIO e VENÂNCIO, 1990). Em Nossa Senhora da Apresentação, na cidade do Natal, Rio Grande do Norte, Thiago Nascimento Torres de Paula chegou à marca de apenas 3,9% de expostos batizados entre os livres para os anos de 1753 a 1795 (PAULA, 2007). Para Catas Altas, Renato Pinto Venâncio registrou 2,4% no final do século XVIII. (VENÂNCIO, 2000). Para Sheila de Castro Faria, estas diferenças encontradas justificam-se pela maior necessidade de mão de obra no campo, o que levaria uma maior relutância por parte dos pais biológicos na hora de abandonar sua prole.

Podemos ressaltar nesta análise os números encontrados por Diane Valdez para Goiás. Segundo a autora, o total de expostos nas três primeiras décadas do século XIX corresponde a 0,9% dos batismos. Segundo Valdez: “Um dos fatores a que se deve o não abandono na sociedade goiana é a influência dos indígenas que habitavam a região e que mantinham uma relação de extrema afetividade com suas crianças” (VALDEZ, 2004: 107). Ressaltando as heranças lusas da prática do abandono no mundo colonial e imperial brasileiro.

Na análise do fenômeno da exposição por década, encontramos os dados da Tabela 2.2. Para efeito de análise vamos desconsiderar a década de 1771- 1780 por apresentar um pequeno número de batismos, o que pode explicar os índices muito superiores àqueles encontrados para qualquer outra localidade do país. Encontramos para este período pouquíssimos assentos de batismos, levando em conta que sob a jurisdição paroquial de Guarapiranga estavam os arraiais de Barra do Bacalhau, Nossa Senhora de Oliveira, São Caetano de Xopotó, Calambau, Brás Pires, Tapera, Rio Novo, Fazenda do Mello, Nossa Senhora do Desterro e Manjaléguas. Essas lacunas na documentação são folhas que se perderam ao longo dos anos.

Tabela 2. 2: Exposição em Guarapiranga, 1771-1820.

<b>Período</b>	<b>Batizados</b>	<b>Expostos</b>	<b>Porcentagem</b>
<b>1771-1780</b>	103	31	30%
<b>1781-1790</b>	842	64	8%
<b>1791 - 1800</b>	3230	188	6%
<b>1801-1810</b>	3357	332	10%
<b>1811-1820</b>	2589	220	8%
<b>Total</b>	10121	835	8,25%

Fonte: AEAM. Registros Paroquiais de Batismo.

Para uma análise mais aprofundada da inconsistência dos dados encontrados para a primeira década da pesquisa, vamos fazer uma breve discussão sobre o crescimento populacional da cidade de Guarapiranga. No ano de 1750 encontramos para a dita freguesia uma população de “5.536 moradores, duas ruas, 25 sobrados e 55 casas térreas”: (PIRES, 2012: 36), sendo a freguesia da comarca com o maior número de habitantes. Para os anos de 1780 a 1804, o historiador Ângelo Carrara, utilizando-se da documentação camarária, conseguiu quantificar ano a ano a população de Guarapiranga<sup>13</sup> (Tabela 2.3).

Tabela 2. 3: População de Guarapiranga, 1780-1804.

<b>Ano</b>	<b>População registrada</b>
<b>1780</b>	10087
<b>1785</b>	10731
<b>1790</b>	10939
<b>1795</b>	10897
<b>1799</b>	10642
<b>1800</b>	10906
<b>1801</b>	13109
<b>1804</b>	13431

Fonte: Carrara (1997:67).

Se compararmos os dados de 1750 apresentados por Pires e os números apresentados por Ângelo Carrara esta freguesia mineira apresentou um crescimento de 82%. Apontamos o surto do ouro como motivadores da ocupação inicial de Guarapiranga, sabendo que o desejo de fazer fortuna nas gerais fez com que muitos indivíduos migrassem para estas regiões. Este período é apontado por Carla Maria Carvalho de Almeida (2010) como o auge da mineração.

Entre os anos de 1780 e 1820, interpretado como um período de reestruturação da sociedade após o declínio da produção aurífera, não houve uma queda significativa

<sup>13</sup> Para este estudo optamos por colocar apenas os dados que serão analisados durante a pesquisa.

da população. Segundo Almeida, naquelas “freguesias histórica e geograficamente mais apropriadas para o desenvolvimento das atividades agropecuárias” a população teve que apenas se readaptar às novas contingências econômicas (ALMEIDA, 2010: 53).

Este levantamento populacional referente a Guarapiranga nos permitiu constatar a inconsistência dos dados apresentados para a década de 1771-1780. Como uma população registrando altos índices de crescimento populacional pode ao longo de 10 anos batizar apenas 103 crianças? Em uma sociedade em que a Igreja estava presente em todos os momentos vitais da vida de um indivíduo, como tantas almas foram privadas do primeiro sacramento cristão? A vida destas pessoas sempre foi registrada e conservada pela Igreja, por qual razão estes registros não chegaram até nós? Pegamos a fala de Marcílio para apontar caminhos no sentido de responder às indagações aqui colocadas:

Boa parte dos registros paroquiais brasileiros não existe mais: sofreram a ação predatória conjugada do tempo, dos insetos e especialmente do Homem. Em visitas que fizemos a arquivos eclesiásticos de várias partes do Brasil, pudemos constatar consternadas de que, para os séculos XVI, XVII e boa parte do XVIII, poucas séries subsistem. Mesmo para os finais do século XVIII e o XIX nem sempre se encontram séries das três ordens de registros completas e bem conservadas. [...] Há ainda outro aspecto que vem prejudicando seriamente a conservação das séries dos Registros Paroquiais no Brasil. A Igreja Católica, particularmente ao longo do século XX, passou por contínuos desmembramentos de suas Dioceses. A cada criação de uma nova Diocese o costume no Brasil é de deslocar a documentação histórica das paróquias da nova Diocese desmembrada, para essa nova circunscrição eclesiástica. Com isso, e contrariando as modernas orientações da Arquivística, os documentos são cada vez mais dispersados e em certos casos, estão mal conservados, mal guardados, em locais impróprios e sujeitos a rápido desaparecimento (MARCÍLIO, 2004:17-18).

Deste modo podemos apontar estes indícios citados por Marcílio para compreender os sub-registros de batismos encontrados para a primeira década do nosso recorte temporal. Apesar da inexatidão dos dados apresentados, eles não deixam de representar um indício do passado, indícios que sobreviveram ao tempo, descasos e percalços da história.

Colocadas as ponderações aqui pertinentes, passamos a uma análise da exposição por década. A década em que encontramos um maior número de criança expostas é a de 1800: neste período, a exposição alcançou a marca de 10% dos registros. A elevação do índice coincide com o período de crescimento da população de

Guarapiranga. Segundo dados de Carrara, a população passou de 10906, para 13109 em 1801 o que elevaria a possibilidade de frutos indesejáveis (CARRARA, 1997: 67). Este período apresenta, segundo Nicole Damasceno, a fase em que a Câmara Municipal de Mariana comprometeu a maior parte da sua receita com o pagamento de enjeitados. Não seria precipitado apontar o crescimento do número de crianças abandonadas nesta década com a participação maior da Câmara em prover a assistência a estas crianças (DAMASCENO, 2011)

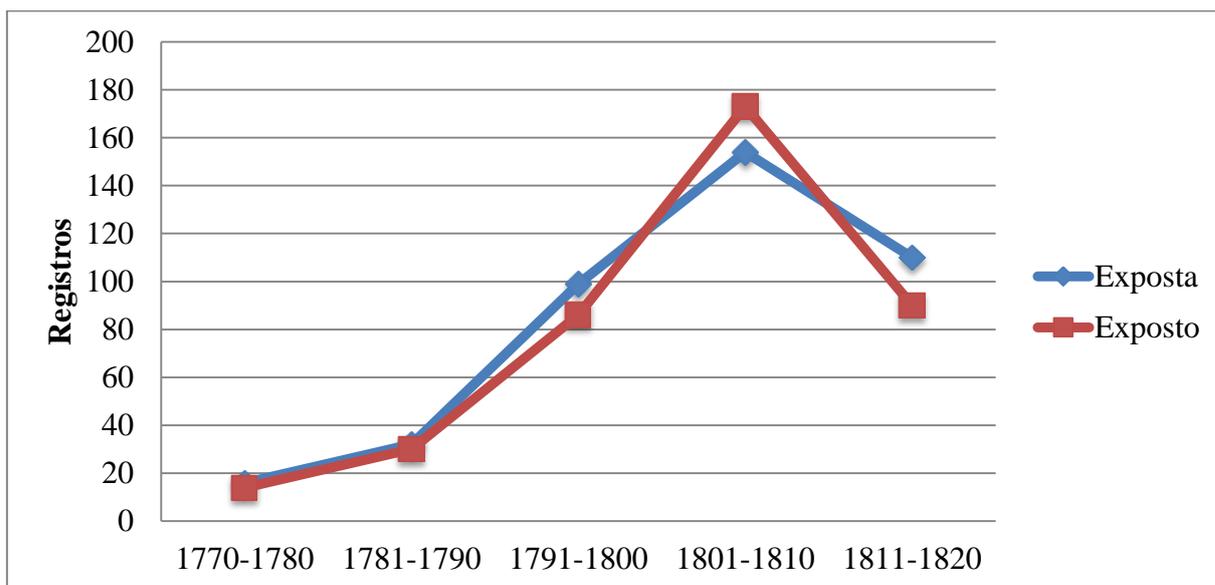
A distribuição do número de expostos por sexo não nos revela nenhuma preferência por parte dos pais biológicos na hora do abandono destas pobres almas. Podemos observar (Gráfico 2.1) que houve uma igualdade entre os sexos no tocante ao universo do abandono. Em números totais, encontramos 441 expostas (49,22%) e 393 expostos (47,06%).<sup>14</sup> Tendência tal como esta foi verificada em diversos estudos que versam sua temática sobre o abandono de crianças<sup>15</sup>: estes estudos demonstram que o abandono do menor nada tinha a ver com o sexo das crianças, mas sim por circunstâncias adversas que impossibilitavam aos pais biológicos permanecerem com seus filhos.

---

<sup>14</sup> Encontramos 31 registros em que não foi possível, devido ao estado de deterioração do documento, encontrar indícios do sexo do batizado. AEAM Registros Paroquiais de Batismo.

<sup>15</sup> Bruguer encontrou para São João del Rei 49,8 % de homens para 50,2% de mulheres.(BRUGUER, 2006:119) Bacellar para a Vila de Sorocaba registra para os anos de 1737 a 1845, 531 meninos e 521 meninas (BACELLAR, 2001:199) Para a cidade do Natal, Paula encontrou 49 homens e 32 mulheres expostas. (PAULA, 2007:193). Laura de Mello e Souza estudando os expostos matriculados na Câmara Municipal de Mariana encontrou 245 mulheres e 229 homens expostos entre os anos de 1750-1795 (SOUZA, 2006a:51).

Gráfico 2. 1: Batismo de exposto segundo o sexo, 1771-1820.



Fonte: AEAM. Registros Paroquiais de Batismo.

### 2.3. A história do abandono: uma história da morte

O fenômeno do abandono de crianças no Brasil colonial é acompanhado por altos índices de mortalidade. Os pequenos estavam sujeitos a inúmeros perigos nos primeiros dias de sua vida. As condições precárias às quais estavam expostos desde a concepção até na hora do nascimento faziam com que muitas crianças se transformassem em “anjinhos” morrendo antes de completar 7 anos. Os expostos, para além das dificuldades encontradas pelas demais crianças, ainda, em alguns casos, ficavam sujeitos às condições naturais como frio, calor e chuva no momento da exposição. Segundo Marcílio, “de todas as categorias que formaram a população brasileira, incluindo a dos escravos, a dos expostos foi a que representou os maiores índices de mortalidade infantil e de mortalidade geral, pelo menos até o fim do século XIX” (MARCÍLIO, 2006a: 237).

Manuais de medicina durante o século XVIII tentaram esclarecer por qual razão as taxas de mortalidade infantil eram tão altas no Brasil. Entre os aspectos levantados, temos “os abusos de comidas fortes, o vestuário impróprio, o aleitamento mercenário com amas de leite atingidas por sífilis, boubas e escrófulas, a falta de tratamento médico quando das moléstias, os vermes, a umidade das casas, o mau tratamento do cordão umbilical” (PRIORI, 2010: 92).

Na visão de Renato Pinto Venâncio, as elevadas taxas de mortalidade foram determinantes para a permanência das Casas de Misericórdias enquanto instituição assistencial. Devemos atentar, como alerta o autor, para um ponto importante: em muitos momentos as rodas foram utilizadas como cemitérios. Muitas crianças já sem vida eram colocadas nas rodas. Deste modo, estas famílias garantiam um enterro cristão a estas pobres almas.

No estudo sobre Vila Rica, Renato Franco alerta para o fato de não haver por parte da Câmara uma sistematização do pagamento para as despesas referentes ao enterro dos expostos. Deste modo é bem provável que muitos inocentes tenham sido enterrados clandestinamente, fazendo com que as taxas de mortalidade apuradas fossem muito baixas para o período estudado. Venâncio, ao realizar pesquisas nos livros de óbitos de Vila Rica, encontrou índices de mortalidade de expostos inferiores aos encontrados para a população escrava. Para o autor a possível explicação, conforme já mencionada por Franco, era que

havia sempre a possibilidade de as criadeiras e até mesmo os próprios párocos, não se preocuparem em registrar os óbitos de anjinhos que faleciam após o batismo. Quantos deles seriam enterrados em fundos de quintal, praias desertas ou beiras de estradas? (VENÂNCIO, 1999:112)

O estudo realizado por Cíntia Ferreira Araújo para a cidade de Mariana aponta que a grande maioria dos expostos não chegava aos primeiros dozes meses de existência. Entre os anos de 1811 e 1850, a autora encontrou que 55,1% dos expostos faleciam antes de completar 1 ano. Para análise deste índice, não devemos deixar de mencionar, conforme alerta a autora, o sub-registros de falecimento, que não constavam a idade da morte dos expostos (ARAÚJO, 2010:187). Segundo Sergio Nadalin

Das séries paroquiais, estes registros são os que mais apresentam problemas variando o conteúdo da ata, a correção das informações, as possibilidades de identificação do falecido etc., em função da época, do lugar, do sacerdote que fez o registro, e assim por diante. (NADALIN, 2004: 60)

Para Guarapiranga, cruzamos os registros de batismo com o livro de óbito desta freguesia. Infelizmente temos disponível para análise apenas um livro de óbito que corresponde aos anos de 1800 até 1808. O que nos permite apenas uma observação superficial acerca da mortalidade dos expostos (Quadro 2.1). Dos 12 registros de óbito

em que foi possível localizar o assento de batismo, 5 deles chegaram a óbito com menos de 12 meses de vida. Realidade semelhante a esta foi encontrada por Araújo para a cidade de Mariana. Os estudos que discutem o abandono domiciliar tendem a colocar nesta forma de abandono uma maior perspectiva de vida se comparada àquelas crianças deixadas nas rodas.

Quadro 2. 1: Batismos e óbitos de expostos, Guarapiranga, 1796-1808.

	Data do batismo	Data do óbito	Local do Batismo	Local do Óbito	Causa da morte
Laureana	03/10/1796	26/03/1800	Barra do Bacalhau	Barra do Bacalhau	lombriga
Maria	17/12/1797	23/02/1800	Barra do Bacalhau	Barra do Bacalhau	tosse
Jose	01/01/1799	24/04/1800	Barra do Bacalhau	Barra do Bacalhau	N/C
Maria	30/10/1802	23/10/1807	São Jose de Xopotó	São Jose de Xopotó	N/C
Máxima	17/10/1804	11/01/1807	Barra do Bacalhau	Barra do Bacalhau	N/C
Francisco	18/02/1806	01/03/1808	Guarapiranga	Guarapiranga	N/C
Joaquim	25/03/1806	04/08/1806	Calambau	Calambau	N/C
Lizanda	04/01/1807	05/01/1807	Barra do Bacalhau	Barra do Bacalhau	N/C
Maria	16/04/1807	28/04/1807	Guarapiranga	Guarapiranga	N/C
Mariano	13/01/1807	08/03/1807	Mestre de Campos	Guarapiranga	N/C
Rita	13/?/1807	14/02/1808	Senhora da Oliveira	Guarapiranga	N/C
Ângelo	25/02/1808	20/06/1808	Guarapiranga	Guarapiranga	N/C

Fonte: AEAM. Registros Paroquiais de Batismo; AEAM. Registros Paroquiais de Óbito.

Quando a criança chegava à roda, cabia à Misericórdia encontrar famílias criadeiras e/ou amas de leite. Estas acabavam por expor estes pequenos desvalidos a inúmeros perigos. Entregues a lares marcados pela pobreza e falta de higiene, as chances destes meninos conseguirem sobreviver aos três primeiros anos de vida eram poucas. Muitos enjeitados já chegavam à roda com a saúde debilitada. O cuidado que as amas dispensavam a estes meninos muitas vezes levavam à sua morte. Relatos de maus tratos e sofrimentos não são uma exceção no universo do abandono de crianças.

Estudando a Roda de Expostos de Recife, Alcineide Cabral do Nascimento alerta para a falta de controle que as Misericórdias tinham com o destino dos enjeitados: “a grande porcentagem de morte entre os expostos demonstra que a preservação da vida deles, embora presente no discurso das autoridades era o que menos importava” (NASCIMENTO, 2006: 135).

Quanto às causas da morte destes pequenos desvalidos, apenas em dois registros é possível obtermos esta informação. O registro da pequena Maria aponta a tosse como responsável pelo seu falecimento. Como não temos mais informação, vamos utilizar a definição de Raphael Bluteau para esta moléstia “[...] Causa geral da tosse é tudo o que pode picar irritar, ou molestar a Traça Artéria, como v.g. pó, fumo” (BLUTEAU, 1728: 221).

Laureana foi acometida por lombriga. Segundo o Erário Mineral do cirurgião-barbeiro Luís Gomes Ferreira, que esteve em Minas Gerais no início do século XVIII, os principais sintomas apresentados para diagnosticar esta doença são:

se examinará o doente para vermos se tem dores no umbigo, ou se ele se torce,[...]ou sente nele mordeduras ou picadas pela barriga [...] sendo criança, terá comichão nos narizes, ou, estando dormindo, trincarà nos dentes ou terá estremeceaduras; e sendo branco, a cor do rosto será pàlida, os olhos brancos e esmorecidos, com o mesmo sinal nos pulsos [pulsos delgados e submersos]. Havendo os ditos sinais, ou a maior parte deles, com os pulsos delgados e a modo de sumidos, não teremos dúvida em haver lombrigas (FERREIRA, 2002: 237).

Podemos pressupor que não foi apenas a exposta Laureana que sofreu com esta doença, pois segundo Ferreira “ (...) nas Minas há tanta abundância de lombrigas, assim em pretos como em brancos, de que muitos morrem sem ninguém saber de que ” (FERREIRA, 2002: 238).

Apesar de não dispormos de mais registros paroquiais de óbito, podemos analisar mais a fundo os registros de batismo. Dos 835 expostos, apenas 9 foram batizados *In periculo mortis*, ou seja, risco de morte; podemos supor deste modo que o abandono não estava associado a condição de saúde do exposto ao nascer. E havia por parte da população a preocupação de batizar estas crianças a fim de evitar uma morte sem o dito sacramento. “As crianças que morressem sem o batismo estariam impossibilitadas para sempre da visão de Deus, desejo maior do homem religioso” (FRANCO, CAMPOS 2004: 31).

Em 1799, a menina Inocência foi exposta a Pedro Pereira Machado. Encontrada de madrugada à porta de sua casa, foi batizada no mesmo dia em perigo de vida pelo mesmo Pedro Pereira Machado que pediu a validação do sacramento ao Reverendo

Capelão Manoel Gonçalves Quintão, na Capela de Santa Ana dos Ferros na Barra do Bacalhau.<sup>16</sup>

Quando havia a eminência da morte, era permitido o batismo realizado fora do recinto sagrado e por qualquer pessoa, segundo as orientações das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: “em caso de necessidade qualquer pessoa ainda que seja mulher, ou infiel pode validamente administrar este Sacramento, com tanto que não falte alguma das cousas essenciais e tenham intenção de fazer, o que faz a Igreja Católica”.<sup>17</sup>

Em muitos casos os assentos de batismo eram feitos *sub conditione*, conforme orientação das Constituições Primeiras

As crianças que se acharem enjeitadas nesta cidade, e Arcebispado, sejam condicionalmente batizadas, posto que com elas se achem escrito, em que se declare que foram batizadas, porque se não sabe de certo, se tal criança foi validamente batizada, salvo sendo, os escritos de párcos, ou de outro sacerdote conhecido, ou de pessoa fidedigna, ou por outra via conste legitimamente com certeza moral que foram reta, e validamente batizadas (TÍTULO XV, 24).

Do nosso universo de pesquisa, em apenas 14 assentos foi acrescida a informação do batismo condicional. Um destes casos foi de Clemente, exposto a Pedro Silvano em 1804 em Guarapiranga; o Coadjutor Manoel da Rocha Oliveira colocou a seguinte observação: “foi batizado por mim *sub conditione* por trazer cédula desconhecida que dizia ter sido batizado em casa”.<sup>18</sup> Em outras 12 atas de batismos foram observadas a presença de cédula<sup>19</sup> para indicar a condição, em relação ao primeiro sacramento cristão, da criança. Esta preocupação com os registros destes bilhetes foi maior nas primeiras décadas do século XIX.

Para além desta simples informação, em alguns casos e estes bilhetes foram testemunhas do desejo dos pais biológicos, como no caso da exposta Rita, em 1815 em Manja Légua, que trouxe cédula “que dizia que fosse padrinho o dito Capitão [José

---

<sup>16</sup> AEAM. Registro Paroquial de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 02, Página 212.

<sup>17</sup> *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* Livro I, Título X

<sup>18</sup> AEAM. Registro Paroquial de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 8, Página 68.

<sup>19</sup> Segundo Dicionário de Antônio de Moraes Silva (1789), Sédula :“escrito breve, bilhete.”

Gonçalves Couto] e sua mulher”, a qual, por estar ausente, segundo o pároco, não foi. Podemos perceber que apenas uma parte do anseio dos seus progenitores foi atendida.<sup>20</sup>

Em alguns casos estes bilhetes podem nos mostrar o amor dos pais para com seus filhos. No assento de José, exposto a 14 de julho de 1803, em casa de Manoel Ferreira Campos, a cédula continha o seguinte desejo: “fazem padrinhos o dito Campos e sua mulher Francisca Inácia de Souza e que o criassem pelo amor de pais”.<sup>21</sup> Neste mesmo ano o casal batizou sua primeira filha Rita Francisca Ferreira, 5 meses após o acolhimento do pequeno José. Quando do falecimento de Francisca Inácia de Souza, Rita estava com 13 anos e não havia no inventário nenhuma menção ao destino do exposto José. Não sabemos, nem mesmo, se o desejo de seus pais biológicos foi atendido.

Ao estudar a roda de expostos em Salvador e no Rio de Janeiro, Venâncio argumenta que as taxas de abandono estão ligadas principalmente a crises econômicas. Segundo o autor:

No Brasil antigo, o abandono de crianças dizia respeito aos pobres, mas não a todos os pobres indiscriminadamente. A maioria das famílias humildes resistia a enviar o filho à Roda. Contudo, por ocasião da morte dos parentes próximos, essa decisão não podia ser protelada. A morte lançava os frágeis núcleos domésticos em uma crise na qual o recurso à instituição de caridade parecia como única solução possível (VENANCIO, 1999: 94).

Não descartamos a premissa apresentadas pelo autor, mas é relevante levarmos em consideração, quando estudamos o fenômeno da exposição, a sua ligação com a ilegitimidade. A fim de esconder a prole fora do casamento cristão, a elite mineira usava, em alguns casos, a exposição. Segundo Brugger:

Embora o autor tenda, portanto, a associar o abandono mais à pobreza do que a fatores de ordem moral para as elites, parece-me difícil dimensionar a influência que os dois aspectos poderiam ter sobre o fenômeno da exposição. Afinal, também se poderia dizer que, embora nem toda prole ilícita das elites tivesse como destino o enfeitamento, aquela, cujos pais passassem por alguma circunstância específica, o teria (BRUGGER, 2006: 125).

---

<sup>20</sup> AEAM. Registro Paroquial de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 8, Página 38

<sup>21</sup> AEAM. Registro Paroquial de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 6, Página 18.

#### 2. 4. A Câmara Municipal de Mariana e a assistência aos expostos

A freguesia de Guarapiranga e seus arraiais estavam sob a jurisdição da Câmara Municipal de Mariana. Deste modo, qualquer indivíduo que desejasse solicitar o auxílio financeiro pago pela instituição para criação de expostos deveria enviar o pedido junto à Câmara Municipal de Mariana. Esta ajuda poderia ser paga trimestralmente ou de uma só vez no final da criação do enjeitado.

Fundada no ano de 1711, a Câmara Municipal de Mariana é a mais antiga da capitania de Minas Gerais. Estas instituições da administração portuguesa tinham funções distintas, eram responsáveis pela manutenção da ordem, aplicando leis, realizando obras, aplicando tributos no Termo sob sua jurisdição. Para além das funções administrativas, ficavam responsáveis pela organização das festividades religiosas e regulavam também os feriados (OLIVEIRA, 2014: 104). O quadro administrativo da Câmara era ocupado por um juiz de fora, responsável por presidir a mesma (cargo criado em Mariana apenas em 24 de março de 1730), três vereadores e um procurador. Contando ainda com um escrivão e um tesoureiro, (PIRES, 2012: 49-51), estes últimos não tinham direito a voto. Um importante ponto a ser ressaltado sobre esta instituição é sua grande autonomia administrativa (VENÂNCIO, 1998: 140).

Os primeiros registros de assistência aos expostos em Mariana datam de 1737. Encontramos, para Vila Rica, sede da comarca, a sistematização do pagamento de exposto apenas a partir de 1750 (FRANCO, 2014: 121). O primeiro registro do *Livro de Exposto* correspondente à localidade estudada foi em 1751: no dia 10 de novembro o Licenciado Manoel Soares Monteiro matrícula a menina Rita que havia sido batizada em Guarapiranga no dia 21 de março de 1750, solicitando para a sua criação ajuda de três oitavas de ouro ao Senado da Câmara.<sup>22</sup>

Para matricular o exposto e receber pecúlios para a criação do menor era necessário que a criança fosse anteriormente batizada. No registro da Câmara ficavam as informações do batismo como data em que recebeu o sacramento, nome do pároco que realizou a cerimônia e localidade. A inclusão da mesma no quadro de beneficiários da Câmara apenas era realizada quando comprovada o recebimento do batismo.

Quanto ao valor pago para a criação de expostos, Laura de Mello e Souza, estudando a documentação da Câmara Municipal de Mariana, encontrou variações entre

---

<sup>22</sup> AHCMM. Livro de Exposto, Códice 558.

as décadas. Na década de 1750, o valor pago correspondia a 3 oitavas de ouro, durante os 7 primeiros anos de vida do menor. Na década de 1760, houve uma redução deste valor para 2 oitavas, devido às dificuldades financeiras da instituição. Devemos lembrar que neste período há uma queda da produção aurífera o que levaria a um maior número de expostos devido à instabilidades econômica. Nos registros relacionados ao nosso campo de estudo percebemos o estabelecimento de duas oitavas de ouro como pagamento para criação de exposto.

Outro fator que justificaria a redução do valor pago para a criação de menor é o crescimento populacional da capitania ao longo dos séculos. Carla Maria Carvalho de Almeida nos mostra que as localidades onde havia uma coexistência das lavras de mineração com atividades agrícolas e agropecuárias apresentaram crescimento populacional ao longo do século XVIII, como se verifica em Mariana (ALMEIDA, 2010). Segundo Libby, podemos afirmar “que houve um processo gradual de adaptação e acomodação que modificou estas mesmas estruturas” (LIBBY, 1989: 155). Deste modo, a redução da quantia paga para a criação destas crianças foi uma alternativa encontrada pela Câmara para não cessar o pagamento dentro do quadro de reestruturação da sociedade mineira (SOUZA, 2006a).

Para contextualizarmos sobre o que representa esta quantia na sociedade colonial, vamos utilizar os preços dos principais gêneros alimentícios consumidos na época. Estabelecemos como base da análise a obra de Ângelo A. Carrara em que o autor estuda as flutuações dos preços no mercado interno mineiro. No ano de 1805, a média do alqueire de milho foi negociada a 112,5 réis o que representava 0,075 oitavas, o feijão 450 réis (0,3 oitavas), a arroba de açúcar 1\$200 réis (0,8 oitavas) e o arroz 187,5 réis (0,125 oitavas).<sup>23</sup> O arroz, como afirmado por Carrara “não constituía gênero muito difundido na mesa dos mineiros no período colonial, o que ajuda explicar os níveis elevados em que se mantinham seus preços no período” (CARRARA, 2007: 95).

No estudo realizado por Damasceno (2011) há uma rica análise do papel da Câmara Municipal de Mariana na criação dos expostos. Para a abordagem pretendida usaremos os dados obtidos pela autora no tocante aos anos de 1771 a 1820, data limite de nossa pesquisa. Este período foi dividido pela autora, para melhor compreensão, em dois momentos: 1774 a 1799, caracterizado pelo aumento de recursos gastos no

---

<sup>23</sup> Utilizamos como referência para conversão dos valores de réis para oitavas os dados apresentados em: PAIVA (1995: 226). Para os anos posteriores a 1751, o autor apresenta uma oitava valendo 1\$500 réis.

pagamento de expostos e 1800 a 1828, marcado pela gradativa diminuição dos gastos como os expostos.

No primeiro período (1774 a 1799) a autora encontrou apenas cinco anos em que os gastos foram inferiores a 10% da receita da Câmara (1776, 1782, 1784, 1787, 1788). O ano em que registrou o maior índice foi 1789, alcançando 36% das despesas da Câmara os gastos com a assistência aos menores abandonados. Para além do aumento das despesas com expostos, foi possível verificar um aumento significativo nas receitas da Câmara, passando de 2:946\$442, em 1788, para 7:809\$877 em 1789. Este ano é marcado pela Inconfidência Mineira, e segundo Júnia Ferreira Furtado “A Inconfidência Mineira revelou pela primeira vez uma ruptura drástica entre a camada dominante colonial e o Estado metropolitano. A camada dominante mostrava até que ponto ela toleraria a interferência da Coroa à suas possibilidades de acumulação” (FURTADO, 1994: 88). Deste modo, podemos associar os anos de conflito a uma intensificação do controle tributário da população por parte de metrópole portuguesa.

Foi também a partir da década de 1770 que vemos um número cada vez maior de pessoas que recebiam pela criação de mais de um exposto. O ato de criar filhos alheios, mediante um pagamento da Câmara, foi se tornando comum na sociedade marianense. Durante esse período, matricular mais de uma criança poderia significar mais recursos e um maior número de mão de obra, em uma sociedade já empobrecida depois do auge da mineração (DAMASCENO, 2011:72).

Para as primeiras décadas do século XIX, Damasceno verificou pouca variação em relação ao período anterior. Estando o ano de 1806 como o de maior índice de gastos da Câmara para pagamento da criação de expostos, representando 37% do faturamento da instituição. Os anos de 1800 a 1820 apresentarem a maior média de expostos assistidos pela instituição:

Percebemos também uma queda gradativa das receitas da Câmara, apresentando apenas em 1820 uma queda brusca - em 1819 a receita é de 3:143\$593  $\frac{1}{2}$  e em 1820 esse valor cai para 1:639\$611  $\frac{1}{4}$ . Esse também é o ano em que apresenta a menor porcentagem com o gasto dos expostos, 3% (DAMASCENO, 2011:74).

Tomando como base de estudo as suposições levantadas por Damasceno, ampliaremos nossa análise para o universo de exposto do termo de Guarapiranga objetivando entender o alcance da assistência camarária. Para tanto, trabalhei com os *Livros de Expostos* existentes no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana.

Esta documentação foi elaborada pelos oficiais da Câmara e tinha como propósito matricular os enjeitados garantindo ao matriculando a assistência camarária. Este registro feito em livro específico que continha os dados essenciais como data do registro, data do batismo da criança, nome da criança, nome do matriculantes e localidade.

Deste modo encontramos 81 expostos matriculados entre os anos de 1771 e 1820 para a paróquia de Guarapiranga, distribuídos entre as seguintes localidades do seu território: Guarapiranga, Xopotó, Barra do Bacalhau, Mestre de Campo, Pirapetinga, Manja Légua, Oliveira e Tapera.

Tabela 2. 4: Local de residência dos matriculantes, 1771 – 1820.

<b>Local de residência</b>	<b>Nº de matriculantes</b>	<b>%</b>	<b>Nº de expostos matriculados</b>	<b>%</b>
<b>Guarapiranga</b>	43	63,2	56	69,1
<b>Barra do Bacalhau</b>	13	19,1	13	16,0
<b>Xopotó<sup>24</sup></b>	4	5,8	4	4,9
<b>Manja Légua</b>	4	5,8	4	4,9
<b>Oliveira</b>	2	2,9	2	2,4
<b>Mestre de Campos</b>	1	1,4	1	1,2
<b>Tapera</b>	1	1,4	1	1,2
<b>Total</b>	68	100	81	100

Fonte: AHCMM. Livros de Expostos.

A Tabela 2.4 indica a distribuição dos expostos por localidade. Dentre os matriculantes, o maior número (63,2%) residia em Guarapiranga, tendo também sido os responsáveis pela criação do maior número de expostos (69,1%). Em seguida temos Barra do Bacalhau, com 19,1%, e Xopotó e Manja Légua, com 5,8% respectivamente. Esta maior presença de Guarapiranga se dá pela importância desta localidade. Além de ser a freguesia da comarca de Vila Rica com maior número de habitantes, consistia em um dos principais núcleos auríferos da região.

Os locais com menor número de expostos registrados (1,2%) são Tapera e Mestre de Campo. Os primeiros moradores da região de Tapera foram os exploradores

<sup>24</sup> Guarapiranga abarcava as localidades de São Caetano do Xopotó e São José do Xopotó, em alguns registros apenas mencionam o termo Xopotó, por essa razão resolvemos agrupar todos os registros que utilizam esta nomenclatura.

paulista que se estabeleceram na região com o objetivo de encontrar ouro. Com a queda da produção aurífera, no final do século XVII, os moradores constituíram com maior intensidade a prática agrícola consolidando o povoado. Esta região posteriormente recebeu o nome de Porto Seguro, gravitava em torno de Guarapiranga, e não tinha grande poder econômico. Mestre de Campo é um pequeno povoado que atualmente faz parte da área rural do Distrito de Santo Antônio do Pirapetinga, antiga Bacalhau, pertencente à cidade de Piranga.

Tais evidências não nos levam a indícios muito consistentes acerca da prática do abandono. Mas utilizamos estes dados para mensurar a participação da assistência camarária na vida destes indivíduos. Desde modo, os dados gerados a partir dos assentos de batismo nos permitem fazer algumas observações importantes acerca do papel da assistência camarária na sociedade guarapirangense. Realizando uma análise quantitativa dos expostos batizados nas localidades citadas anteriormente e cruzando esta informação com o número de matrícula de expostos entre os anos de 1771-1820, período do nosso estudo, é plausível afirmar que o valor pago pela Câmara para criação dos expostos não foi o maior motivador para as famílias aceitarem estas crianças enjeitadas (Tabela 2.5).

Pelos índices apresentados percebemos que a assistência não chegou de maneira expressiva a nenhuma das localidades da freguesia. Em Guarapiranga, matriculou-se 37,2% das crianças batizadas nos 50 anos que compreendem a nossa análise. Em seguida, temos Manja Légua, com 9% e Oliveira com 6,6%.

Tabela 2. 5: Porcentagem dos expostos assistidos 1771-1820

<b>Localidade</b>	<b>N° de expostos batizados</b>	<b>N° de expostos matriculados</b>	<b>% de expostos matriculados em relação ao n° de expostos batizados</b>
<b>Guarapiranga</b>	153	57	37,2%
<b>Barra do Bacalhau</b>	239	13	5,4%
<b>Xopotó</b>	144	4	2,7%
<b>Manja Légua</b>	22	2	9%
<b>Oliveira</b>	30	2	6,6%
<b>Mestre de Campos</b>	33	1	3%
<b>Tapera</b>	35	1	2,8%

Fonte: AEAM. Registros Paroquiais de Batismo; AHCMM. Livro de Expostos.

Estes números podem se justificar não apenas pela falta de recurso da instituição em prover pagamento para criação de todos os expostos das freguesias sob sua jurisdição, mas também nas motivações dos indivíduos ao acolher os expostos em seu domicílio. Ou seja, para além das questões econômicas, o que justificaria a não solicitação do pagamento junto a Câmara, muitas famílias utilizavam a criação dos expostos como moeda de troca “à medida que abria para o católico mais uma possibilidade de dar visibilidade a sua fé, ampliando o campo do exercício da misericórdia e da piedade que, com prática de mais essa boa ação, adiantava seus passos em direção à salvação eterna” (NASCIMENTO, 2007: 72). Para as famílias mais abastadas, a criação de expostos poderia representar a possibilidade “de aumentar o número de agregados e apaniguados, visando antes conferir estima e status do que trazer vantagens pecuniárias” (SOUZA, 2006a: 53).

Na Tabela 2.6, podemos verificar a patente dos chefes de domicílio quando da chegada dos expostos. Os números apresentados para Guarapiranga e seus distritos paroquias são bem semelhantes àqueles encontrados por Bacellar para Sorocaba. O historiador aponta que, para a cidade paulista, dos 295 bebês abandonados, 88,4% deles foram deixados em domicílio onde os chefes não dispunham de nenhuma patente de milícia. Para Guarapiranga, 15,9 % do abandono praticado na freguesia a opção foi por

um *fogo*<sup>25</sup> em que o chefe possuía alguma patente. Deste modo, 84,1% dos pais que abandonaram seus rebentos, optaram por lares em que seus chefes não possuíam nenhuma distinção social. Conforme ressaltam Scott e Bacellar:

Abandonar uma criança em domicílio de posses não necessariamente garantia para ela um futuro melhor. Embora o exposto fosse aceito no domicílio, muitas vezes era integrado na categoria de agregado. E, como tal, não passava de mais um que, sem vínculo de consanguinidade, se punha sob as asas de um grande proprietário (SCOTT, BACELLAR, 2010: 77).

Tabela 2. 6: Patente dos chefes de domicílio que receberam exposto 1771-1820.<sup>26</sup>

Patente	Número de indivíduos	%
<b>Capitão</b>	51	6,1%
<b>Alferes</b>	33	4%
<b>Tenente</b>	17	2%
<b>Sargento</b>	11	1,3%
<b>Furriel</b>	10	1,2%
<b>Reverendo Capelão</b>	7	0,8%
<b>Guarda- Mor</b>	4	0,5%
<b>Total</b>	133	15,9%
<b>Total de exposto</b>	835	100%

Fonte: AEAM. Registros Paroquiais de Batismo

Estes dados em si não apresentam grandes indicadores sobre a prática do abandono na localidade estudada. Como não sabemos o número de intitulados no quadro geral da população do termo de Guarapiranga é inconsistente afirmar qualquer predisposição dos pais biológicos ao abandono em lares mais ou menos abastados. Para Bacellar “abandonar era muito mais uma questão de confiar naqueles que recebiam, ou de julgar que naquela casa havia condições de manutenção daquele rebento, condições estas melhores que as reinantes no *fogo* onde nasceram” (BACELLAR, 2008: 3).

Podemos citar como exemplo a escolha do Tenente Joaquim José da Silva para acolher 5 crianças expostas não seria tão somente pelo status que ocupava naquela sociedade, mas por representar um lar estável para a criação das mesmas. Ao

<sup>25</sup> *Fogo* era a termo tradicionalmente usado para denominar os domicílios na América portuguesa e em Portugal. Segundo o dicionário de Rafael Bluteau *fogo* é sinônimo de família “vila, que tem cem, ou duzentos fogos”. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/fogo> Acessado em 1/11/2016.

<sup>26</sup> Encontramos domicílios que receberam mais de um exposto ao longo dos anos de 1771-1820, sendo representados mais de uma vez. Outro ponto importante é a mudança de patente de milícia ao longo da amostragem selecionada. Como no caso citado acima de Joaquim José da Silva, que até 1795 aparece como Alferes e no ano subsequente é mencionado como Tenente.

analisarmos os assentos de batismos, encontramos o Tenente (ainda com o título de Alferes) batizando uma filha legítima, Ana, nascida em 13 de maio de 1766, fruto do casamento com Luiza Rosa Silveira. O casal registra outra filha legítima, Maria, inocente, batizada em 08 de dezembro de 1767 na Capela de São Miguel, filial do arraial de Mestre Campos. Para além destas duas meninas, José Faustino Silva também é filho legítimo do Tenente.<sup>27</sup>

Outro importante elemento que deve ser destacado diz respeito à ausência de pagamento por parte da Câmara Municipal, mesmo após a matrícula do exposto. Apesar de estabelecido o pagamento de duas oitavas de ouro até que o menino completasse os 7 anos de idade, verificamos inúmeras solicitações de pagamento por parte dos matriculantes. Como o caso de Vicente Gomes Ferreira que matriculou a exposta Felicidade em 17 de fevereiro de 1786, e em 1798 solicita junto à Câmara o pagamento da criação da menina:

Diz Vicente Gomes Ferreira que lhe suplicante criou a exposta Felicidade, matriculada neste senado muito mais dos sete anos, e como precisa das suas criações vencidas requer a Vossa Majestade hajam por bem de mandar-lhe pagamento liquidam o que lhe estiver devendo para lhe satisfazer pelos bens do Conselho (AHCMM. Miscelânea, Códice 684).

O mesmo aconteceu com Jacinto Ferreira, que recebeu em sua casa o pequeno Felisberto em 1775, e em 1792, vencidos os 7 anos da criação, solicitou junto à Câmara o pagamento:

Diz Jacinto Ferreira [...] morador na aplicação de São José do Xopotó freguesia de Guarapiranga que lhe tem criado um enjeitado Felisberto menino branco a qual criação ainda se esta devendo, e por constar da matrícula no Livro da Câmara, pelo que requer [...] para ser mandado para o suplicante ser pago o que legitimamente se lhe deve, pois tem criado o dito menino como se fora seu filho como consta da certidão do meu reverendo pároco (AHCMM. Miscelânea, Códice 705).

Lino Lopes de Matos, Reverendo Pároco, assina uma carta destinada à Câmara acerca das condições em que o menino estava exposto em casa de Jacinto Ferreira:

Atesto ser uma informação verídica do Reverendo Pároco Agostinho de Matos Capelão da Capela de São José desta freguesia, que um rapaz chamado Felisberto, que foi exposto a Jacinto Ferreira morador no distrito da sobredita capela tem sido até agora sempre tratado pelo

---

<sup>27</sup> AEAM. Registros Paroquiais de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 01, página 124; Livro 1, página 141, Livro 5, página 9; Livro 2, página 13.

mesmo e vive até o presente dia. Ele é surdo, mudo e aleijado sendo isso especificamente o inabilita para por si mesmo sustentar a vida [...] Guarapiranga, 29 de junho de 1792(AHCMM. Miscelânea, Códice 705).

O que nos chamou atenção nesta solicitação é a referência à cor do menino. De todos os registros apresentados, o único que fez menção à cor do exposto foi este. Diante das leis estabelecidas no tocante à criação dos enjeitados, não havia qualquer dispositivo legal que impossibilitava o pagamento do auxílio para a criação de crianças mulatas ou pretas; mesmo assim muitos entraves foram estabelecidos nas minas coloniais contra o registro destas crianças. A municipalidade responsabilizava o aumento do gasto com os expostos a este grupo social, que era considerado, na visão dos funcionários da Câmara, mais propenso a expor seus rebentos. Deste modo podemos supor que a menção a cor branca e os problemas de saúde do menino Felisberto foram estratégias para conseguir o pagamento do pecúlio pelo senado da Câmara (FRANCO, 2014).

Mesmo após o suplicante requerer junto à instituição o pagamento pela criação do exposto alegando todos os problemas de saúde e sua pureza de sangue, Jacinto Ferreira não conseguiu receber o valor integral que a Câmara lhe devia. Das 168 oitavas de ouro devidas a Jacinto Ferreira, referentes aos 7 anos de criação de Felisberto, ele apenas recebeu 11 oitavas e um vintém em 31 de dezembro de 1792. Não podemos afirmar o que levou a Câmara a negar o pagamento integral a Jacinto, mas podemos supor que a falta de recurso para bancar a criação destas crianças apresenta-se como uma explicação cabível.

Alguns suplicantes que solicitaram, assim como Jacinto e Vicente, o pagamento pela criação de exposto já se mostravam cientes da situação financeira da Câmara, como mostram o documento encaminhado pelos herdeiros de Vicente Gomes Ferreira em 1799:

Dizem Mathias Gomes Ferreira, Francisco Julião Ferreira e Josefa Francisca [...] herdeiros do falecido Vicente Gomes Ferreira que o suplicante alcançarão [dividas] inclusas e como não terá ouro para satisfação requer a Vossa Majestade lhe consignem quaisquer dividas de foros cobráveis para seu pagamento (AHCMM. Livro de exposto, 684).

Uma saída encontrada pela família de Vicente Gomes Ferreira foi receber a quantia devida pela Câmara a partir de dividas de foros sabendo da falta de recursos da

dita instituição. Logo, podemos perceber como se configuram as relações existentes entre as estruturas do poder colonial e o panorama da sociedade setecentista mineira, entendendo as múltiplas artimanhas desenvolvidas pelos atores sociais diante das instituições de poder.

Na tabela 2.7, quantificamos as matrículas dos expostos ao longo dos anos para estabelecer a relação entre os períodos de crise da Câmara e o número de matrículas, discutindo acerca da participação do Estado na criação dos enjeitados. Iniciamos nossa análise no ano de 1751 pois, como dito anteriormente, foi neste ano que registramos a primeira matrícula de exposto da localidade estudada, e terminamos nosso estudo no ano de 1832, data do último registro no Livro de Exposto.

Tabela 2. 7: Matrículas por décadas, 1751-1832.

<b>Período</b>	<b>Total de matrículas</b>	<b>Média anual de exposto</b>
<b>1751-1760</b>	11	1,1
<b>1761-1770</b>	22	2,2
<b>1771-1780</b>	29	2,9
<b>1781-1790</b>	23	2,3
<b>1791-1800</b>	21	2,1
<b>1801-1810</b>	3	0,3
<b>1811-1820</b>	4	0,4
<b>1821-1830</b>	5	0,5
<b>1830-1832</b>	2	0,2
<b>Total</b>	120	1,3

Fonte: AHCMM. Livros de Expostos.

Distribuídas em décadas percebemos que a média anual de matrículas foi muito baixa, variando entre 1,1 nas primeiras décadas e chegando ao seu ápice na década de 1770, com 2,9. Nas primeiras décadas do século XVIII, verificamos números baixíssimos de matrículas de expostos. Os dados encontrados entre os anos de 1771 e 1790, que mostram altos índices de matrícula são compatíveis com os números encontrados por Laura de Mello e Souza. Para a autora

Tal evidência tem, a meu ver, relação direta com as dificuldades então enfrentadas pela capitania, advindas da crise mineratória e dos impasses ante a reorientação oficial das atividades econômicas: seja porque os pais não tinham meios suficientes para arcar com a criação

dos filhos, seja porque, estrategicamente, expunham os filhos a fim de obter de modo indireto, o financiamento de sua manutenção (SOUZA, 2006a: 50).

Assim, podemos supor que a conjuntura de instabilidade econômica, graças ao decréscimo da produção aurífera, gerou na sociedade mineira a necessidade de reestruturar-se diante do novo panorama apresentado. Portanto não é exagero supor que a matrícula de expostos neste período de instabilidade poderia significar mais recursos financeiros e maior disponibilidade de mão de obra para as famílias menos abastadas.

Não podemos descartar dentro desta conjuntura social e econômica o aumento populacional da capitania nas últimas décadas do século XVIII implicando consequentemente no aumento de crianças abandonadas.

Trataremos agora especificamente dos matriculantes (Tabela 2.8). Em todos os períodos estudados verificamos uma predominância masculina entre os indivíduos que se apresentaram à Câmara para solicitar o pecúlio. A escolha destes indivíduos pode estar relacionada a uma predileção dos pais no ato de abandonar seus rebentos escolhendo assim família onde o homem era o responsável pelo sustento da casa. Para Sorocaba, Carlos Bacellar percebeu que, dos assentos de batismos de expostos em que foi registrado o nome do chefe de domicílio, “644 (65,8%) eram homens, contra 335 (34,2%) de mulheres. Embora predominasse os abandonos em domicílios chefiados por homens, não se pode ignorar que um terço desses domicílios acolhedores de enjeitados eram matrifocais”. Mesmo enfatizando a participação feminina como receptora das crianças abandonadas, para o autor,

o predomínio, em número absoluto, pelos domicílios encabeçados por homens, significava, na verdade, a intenção de escolher casais constituídos.(...) A regra era a procura de casais, talvez uma tentativa de oferecer ao filho abandonado as melhores condições de sobrevivência num domicílio teoricamente mais estável (BACELLAR, 2001: 215).

Tabela 2. 8: Matriculantes por sexo, 1751-1832.

<b>Período</b>	<b>Matriculantes homens</b>	<b>Matriculantes mulheres</b>	<b>Total de matrículas</b>	<b>% de Homens</b>
<b>1751-1760</b>	9	2	11	81,8
<b>1761-1770</b>	19	3	22	86,3
<b>1771-1780</b>	23	6	29	79,3
<b>1781-1790</b>	18	5	23	78,2
<b>1791-1800</b>	12	9	21	57,1
<b>1801-1810</b>	3	0	3	100
<b>1811-1820</b>	3	1	4	75
<b>1821-1830</b>	5	0	5	100
<b>1830-1832</b>	2	0	2	100
<b>Total</b>	94	26	120	78,3

Fonte: AHCM. Livros de Expostos.

Dados muito semelhantes daqueles encontrados por Bacellar foram verificado em Guarapiranga. Entre os anos de 1771 e 1820, foram batizadas 835 expostos, e destes 14<sup>28</sup> não constam ou era de difícil leitura o nome do chefe de domicílio. Dos 821 assentos em que foi possível identificar o gênero daqueles que receberam e batizaram a criança abandonada, 555 (67,6%) eram homens, contra 266 (32,4%) de mulheres. Mostrando por parte da população local a preocupação na busca por lares mais estáveis.

Podemos considerar que estes homens que matricularam expostos eram apenas representantes de algumas mulheres, uma vez que pouco se sabe sobre os mecanismos utilizados pela sociedade colonial para garantir o pagamento camarário. Dentro deste aspecto devemos nos atentar para a figura dos procuradores como intermediários entre os solicitantes e a Câmara Municipal de Mariana.

Percebemos em análise mais detalhada das fontes camarárias que alguns habitantes de Guarapiranga recorreram à ajuda de procuradores. Para Laura de Mello e Souza os procuradores ao mesmo tempo em que utilizavam de sua estima social para garantir a matrícula do enjeitado, conseguiam com isso aumentar seu prestígio social

<sup>28</sup> Destes casos verificamos um exposto deixado na porta da Capela de Nossa Senhora do Matozinho, no Bacalhau. Além de dois enjeitados, Justino e Alexandre, deixados exposto “aos herdeiros do Sargento Mor José Joaquim da Silva”. AEAM. Registro Paroquial de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 2, página 165 e Livro 8, página 76 respectivamente.

frente àquela sociedade (SOUZA, 2006a: 54). Apesar de representar uma possibilidade de garantia de matrícula, não foi utilizado de forma marcante no nosso espaço de estudo. Apenas 17 matriculantes dos 80, compreendidos entre os anos de 1771 e 1820, recorreram ao auxílio de procuradores. Manoel Felix de Mello e Castro foi um dos procuradores mais solicitados. Ele representou 4 expostos entre os anos de 1782 e 1798. Conseguimos localizar o assento de batismos de três das quatro crianças que foram representadas pelo procurador.

Manoel Felix de Mello e Castro era Alferes e casado com Dona Ana Maria Lourença Dias.<sup>29</sup> O procurador apadrinhou duas crianças expostas. A primeira foi em julho de 1795, na Matriz de Guarapiranga: o inocente Manoel, deixado à porta de Dona Joana Xavier de Barros, viúva de Gregório Dias Paes. Neste mesmo ano, a referida senhora matriculou o pequeno enjeitado no Livro de Expostos da Câmara, sendo representada por Manoel Felix de Mello e Castro, seu procurador e padrinho da criança.<sup>30</sup> Podemos supor que a escolha de um procurador como padrinho demonstra os laços estabelecidos entre o *fogo* de Dona Joana Xavier e o mesmo, bem como a intenção de sua ajuda na solicitação de pecúlio camarário para a criação do pequeno exposto.

Situação semelhante a esta acontece em 7 de janeiro de 1801 Manoel Felix de Mello e Castro foi escolhido como padrinho de Francisca Rosa de Jesus, exposta em casa de Rosa Angélica de Jesus, mulher solteira. Rosa Angélica de Jesus e o procurador já haviam estabelecidos anteriormente laços de sociabilidade. Em 1798, Manoel Felix havia matriculando o exposto Manoel em nome de Rosa Angélica de Jesus.<sup>31</sup>

Esses laços de compadrio estabeleceram-se também através da esposa do procurador. Em meados do ano de 1795, Dona Ana Maria Lourença Dias foi convidada a batizar na capela de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga o pequeno enjeitado Joaquim, exposto em casa Ana Maria de Souza, mulher parda. A associação destas famílias a partir de laços de compadrio fez com que o procurador Manoel Felix Mello e Castro no mesmo ano intercedesse por Ana Maria de Souza matriculando junto

---

<sup>29</sup> AEAM. Registro Paroquial de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 2, Página 44.

<sup>30</sup> AEAM. Registro Paroquial de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 2, Página 31.

<sup>31</sup> AEAM. Registro Paroquial de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 5, Página 16.

à Câmara Municipal de Mariana Joaquim, garantindo duas oitavas de ouro para a criação do mesmo durante sete anos.<sup>32</sup>

A esposa do procurador, Dona Ana Maria Lourença Dias, batizou entre os anos de 1795 e 1818 o total de 9 crianças. Destas, 7 crianças eram filhas legítimas e 2 crianças expostas. Ela batizou a menina Tereza que havia sido exposta em sua casa no ano de 1808. Em novembro de 1817, Dona Ana Maria Lourença Dias batizou o menino Francisco, filho legítimo do casal Francisco Rosa e Teodora Martins, ambos crioulos forros, e neste ano o registro já consta seu estado de viuvez.<sup>33</sup> Como afirma Donald Ramos, as relações de compadrio eram muito importantes na sociedade colonial mineira. O batismo representa a iniciação do indivíduo na vida cristã, livrando a pequena alma que acabara de nascer do pecado original. Ao mesmo tempo em que representa a sua entrada no mundo social, pois é a partir dele que se tecem as primeiras relações de sociabilidade. Deste modo,

Com o compadrio, a sociedade encontrou um mecanismo para estender a teia de laços sociais para envolver mais pessoas e suas famílias. Esta instituição envolvia funções como a de socialização de crianças, ligando pessoas da mesma ou até de classe diferentes, e oferecendo acesso a serviços. Estas funções existem paralelas à função sagrada (RAMOS, 2004: 51).

Assim, podemos supor que a escolha de Manoel Felix de Mello e Castro e sua mulher como padrinhos de crianças abandonadas correspondia a uma expectativa de ajuda futura do procurador diante da Câmara Municipal de Mariana. Logo a função espiritual do compadrio, de estabelecer pais espirituais, responsáveis pela assistência material e afetiva, era moldada para responder a anseios estritamente seculares (RAMOS, 2004).

O procurador representa bem ao longo de sua trajetória de vida a fluidez geográfica no termo de Mariana. Nos primeiros assentos em que aparece como padrinho, Manoel Felix de Mello e Castro (1795-1797) morava na cidade de Mariana. No início do século XIX, ele já estava residindo em Guarapiranga. Podemos supor que o status de procurador houvesse articulado grande poder a este indivíduo na freguesia de Guarapiranga levando a mudar sua residência para a dita localidade. Segundo Marco Antônio Silveira:

---

<sup>32</sup> AEAM. Registro Paroquial de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 2, Página 30.

<sup>33</sup> AEAM. Registro Paroquial de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 2, Página 10, Livro 8, Página 174.

Os deslocamentos populacionais, o abismo entre ricos e pobres, o decréscimo do metal, a pluralidade dos valores, tudo apontou para um estado de aluvionismo social. Embora nesse cenário houvesse suficientes referências de continuidade e permanência, restava ainda grande margem para fluidez (SILVEIRA, 1997:107).

Os serviços prestados por Manoel Felix de Mello e Castro como procurador foram exclusivamente utilizados por matriculantes do sexo feminino. Dona Joana Xavier de Barros era viúva, Ana Maria de Souza, parda, e Rosa Angélica de Jesus, solteira. A única que não conseguimos mais informações por não constar o assento de batismo do exposto foi Inácia Tereza de Jesus. Portanto, como acredita a historiadora Laura de Melo Souza, é plausível afirmar que “mulheres vulneráveis ou impossibilitadas de se apresentarem às câmaras no momento da adoção recorressem – como fizeram – a procuradores do sexo masculino, assim tornados seus intercessores em todo o processo” (SOUZA, 2006a: 52).

## 2.5. A questão da cor

Encontramos a exposta Rita Felícia de Jesus, que havia sido enjeitada na porta da casa do Alferes José Joaquim da Silva na Capela de São Miguel em Mestre de Campos (1772), batizando, juntamente com seu marido Manoel Vieira Soares, uma menina em 30 de novembro de 1816, no Calambau, ambos descritos como pardos e moradores da freguesia de Guarapiranga.<sup>34</sup> A cor/condição de parda não havia sido citada anteriormente em seu assento de batismo, e podemos apontar alguns indícios que responderiam à ausência desta informação. Dos registros de batismos pesquisados encontramos poucas referências quanto à cor dos expostos. Entre aqueles que tiveram sua cor especificada pelos párocos, encontramos para um universo de 835 casos, 6 brancos, 5 pardos e 1 crioulo. Se aceitarmos a interpretação da maioria dos estudiosos do Brasil colonial, que colocam que a ausência de informações relativa à cor/condição indicaria sinal que o indivíduo era branco estaríamos cometendo um equívoco. Segundo Libby e Frank,

os clérigos, escrivães de cartório e outras pessoas encarregadas de fazer registros nem sempre se preocupavam com a designação de etnia ou de condição legal, talvez, porque tal informação não era considerada de importância em certas circunstâncias ou porque era

---

<sup>34</sup> AEAM. Registros Paroquiais de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 3, página 226.

dada como de conhecimento comum dentro da comunidade imediata (LIBBY, FRANK, 2009: 387).

Deste modo, acreditamos que a ausência da designação de parda em seu registro inicial explica-se pela condição de livre<sup>35</sup> que alcançava a todas as crianças marcadas pela exposição. Ou seja, a sua condição já era de “conhecimento comum” dentro daquela localidade, não sendo importante registrá-la naquele momento. Não podemos deixar de mencionar que a situação de exposta é “transitória – correspondendo somente aos primeiros anos de vida, nos quais se encontra a carga da sociedade, através das suas instituições públicas” (SÁ, 1992: 88).

Neste sentido, enquanto Rita Felícia de Jesus estava associada ao abandono a sua cor, no sentido da pigmentação da pele, é omitida. Mas quando perde a “*marca*”<sup>36</sup> da exposição, sua cor/condição passa a ser mencionada no assento de batismo de sua filha, mostrando o seu lugar social dentro daquela sociedade.

Outro fator que poderia ter motivado a ausência de sua cor/condição no registro de batismo seria a resistência do Concelho para o pagamento do pecúlio aos negros e mulatos,<sup>37</sup> considerados de grande prejuízo aos cofres públicos. Portanto, a não menção da cor poderia ser uma estratégia utilizada para garantir a assistência pública à parda Rita Felícia de Jesus por parte da família que a acolheu.

Para Franco, “frequentemente, os párocos preferiam negligenciar tal característica [cor] no registro de batismo. Esse *descuido*<sup>38</sup> poderia facilitar a entrada das crianças na Câmara, uma vez que era forte elemento reivindicativo para conseguir o subsídio” (FRANCO, 2014: 81). Nas Rodas de Expostos de Salvador e Rio de Janeiro, Venâncio não verificou qualquer negativa da instituição em arcar com a assistência às crianças negras, mulatas, pardas ou mestiças que eram admitidas na Misericórdia.

---

<sup>35</sup> O Alvará de 31 de janeiro de 1775 reafirmava, com base no direito romano, que todo exposto encontrado era livre. Para mais informações, consultar: [http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/?menu=consulta&id\\_partes=109&acao=ver&pagina=30](http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/?menu=consulta&id_partes=109&acao=ver&pagina=30)

<sup>36</sup> Segundo Isabel Guimarães de Sá, quanto à condição jurídica o exposto “a partir dos sete anos de idade passa a gozar do mesmo estatuto dos órfãos, apenas com a diferença de ser emancipado cinco anos antes destes últimos, aos vinte anos de idade.”

<sup>37</sup> Em *correição* realizada em 1752, os membros do Concelho já expressavam seu descontentamento em prover assistência às crianças mulatas e crioulas. “Vejo a excessiva despesa que faz este Concelho com a criação dos enjeitados mulatos e crioulos; que até nessa ação há gente de tão larga consciência, que procuram utilizar-se por este sinistro meio, fiados na aceitação, que a Câmara faz de tais inocentes, quando é de presumir não concorrer a qualidade de verdadeiros enjeites; mas sim um conluio entre pais, ou mães, com os apresentantes, fingindo a exposição deles” AHCM. Correição do ano de 1752, Códice 176, fl.38.

<sup>38</sup> Grifos do autor.

O antropólogo Jocélio Teles dos Santos realiza um estudo muito interessante sobre o sistema de classificação racial na Casa da Roda de Salvador nos séculos XVIII e XIX. Comparando o registro de entrada do exposto e aquele produzido no momento em que as amas retornam à Misericórdia para receber o pagamento e averiguação por parte da Mesa da saúde do menor, o autor consegue captar a multiplicidade de significados que a categoria cor carregava. Durante a sua pesquisa encontrou trinta categorias utilizadas pelos funcionários da Santa Casa<sup>39</sup> para classificar os expostos. Para o autor, esta grande gama de possibilidades de classificação dava a estes indivíduos certa fluidez permitindo alterações de categoria durante sua permanência sobre os cuidados da Misericórdia e conseqüentemente alterando seu lugar social. Na visão de Santos:

É possível argumentar que a construção linguística/social na classificação dos expostos não estava restrita ao olhar dos fidalgos da Santa Casa, mas se encontrava disponível em outros ambientes no Brasil da época. Ou seja, as percepções sobre a cor traduziam tanto as hierarquias sociais como revelavam ambigüidades no modo como os indivíduos eram classificados (SANTOS 2005: 131).

Podemos verificar que a assistência prestada pela Câmara Municipal de Mariana ao longo dos séculos XVIII e XIX sofreu alterações significativas, condicionadas às contingências econômicas da instituição e da sociedade mineira. A demanda pela assistência apresenta-se crescente no período denominado por Carla Maria Almeida de acomodação evolutiva, “período em que a economia mineira deixou de ter a mineração como atividade principal e as atividades agropecuárias passaram a ser seu eixo central” (ALMEIDA, 1995: 111), demonstrando uma maior expectativa da população frente ao Estado durante a reestruturação econômico pela qual a sociedade mineira passava. Mesmo a assistência sendo por lei garantida a todas as crianças, em alguns casos o poder local se omitia de sua tarefa estipulada pelas *Ordenações Manuelinas*. Os dados apresentados pela nossa pesquisa mostram que a freguesia de Guarapiranga representou 23% do número de expostos matriculados na Câmara Municipal de Municipal, ficando atrás apenas da cabeça do termo, Mariana. Para além destes dados, é importante ressaltar que muitos indivíduos não chegavam a solicitar o pagamento à instituição

---

<sup>39</sup> Segundo o autor :“São quatro as categorias básicas –‘ branco’ ‘cabra’, ‘criolo’ e ‘pardo’- sendo que ‘branco’ e ‘pardo’ correspondem juntas a 68,5%. As categorias ‘alvo’, ‘moreno’, ‘claro’ , ‘pálido’, ‘trigueiro’ e ‘escuro’ são os termos de sentido agregado, pois podem ser adensados a três das categorias básicas. Com exceção de ‘criolo’, todas as outras categorias podiam compor qualquer repertório classificatório”(SANTOS, 2005:128).

camarária criando os expostos motivados pela benevolência cristã ou até mesmo como complementação da renda familiar.

## CAPÍTULO 3 - OS EXPOSTOS PORTA ADENTRO: A VIDA FAMILIAR

Dedicamos agora no último capítulo de nosso trabalho a nos debruçarmos sobre as famílias que receberam às crianças abandonadas. Com o objetivo de complementar a história serial, analisaremos algumas trajetórias.

Para a elaboração deste capítulo selecionamos os testamentos de indivíduos que receberam expostos em suas casas. Em alguns casos a leitura atenta do testamento verificou que a existência de criança enjeitada em seu domicílio não era mencionada. Deste modo, selecionamos como amostragem documental alguns testamentos que relatam as relações sociais estabelecidas entre os expostos e a família criadeira.

### 3.1 *O fogo de Gregório Dias Pais*

Gregório Dias Pais<sup>40</sup> era morador na cidade de Guarapiranga casado com Dona Joana Xavier de Barros, ele natural de Guarapiranga e ela natural de São Paulo.<sup>41</sup> Ele, filho do Guarda-Mor Bernardo Chaves Cabral, casado com Maria Garcia de Abreu, tradicional família de bandeirantes paulistas de origem portuguesa, Dias Paes Leme. Por sua vez, D. Joana Xavier de Barros era filha de João Correia de Lemes e Maria Leite de Barros, tradicional família paulista descendente da família Quadros de origem espanhola.<sup>42</sup>

O casal teve ao longo de sua vida cinco filhos, Vicente Dias Paes (1757); Manoel Chaves Cabral (1762); Isabel Joana Felizarda (1765); Ignácio Correia Alvarenga (1765) e Francisco Xavier Paes (1764). As datas de nascimento foram calculadas a partir do inventário dos bens de Dona Joana Xavier de Barros realizado no ano de 1807. Entendemos que as datas devem conter alguma imprecisão uma vez que na lista de herdeiros de Dona Joana aparece a idade aproximada dos filhos. O único herdeiro que foi possível localizar o assento de batismo foi Francisco Xavier que nasceu no dia 03 de dezembro de 1764 e foi batizado na Matriz de Guarapiranga.

---

<sup>40</sup> AEAM. Registros Paroquiais de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 1, página 102. ACSM. 1º Ofício, Códice 82, Auto 1731.

Encontramos um assento de batismo de outro filho do casal, Damião, nascido em 28/10/1759. Como não consta na lista de herdeiros da dita Dona Joana, é bem provável que tenha falecido antes de chegar à idade adulta. AEAM. Registros Paroquiais de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 1, página 38.

<sup>41</sup> AEAM Registro Paroquiais de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga. Livro 2, página 6.

<sup>42</sup> Estas informações sobre a origem do casal foram tiradas do site <http://www.arvore.net.br/Paulistana/>

O *fogo* de Gregório Dias Pais ao que tudo indica foi “domicílio referência” pelo grande número de crianças expostas que recebeu ao longo dos anos. Entre os anos de 1762 e 1803, nada menos que 11 crianças enjeitadas foram acolhidas pela família. Em alguns casos a *fogo* não chegou a requerer junto à Câmara Municipal de Mariana pagamento pela criação do enjeitado como podemos observar no Quadro 3.1.

A primeira exposta que o casal recebeu foi Maria Joana, batizada na Matriz de Guarapiranga e apadrinhada por Gregório e sua esposa em fevereiro de 1762<sup>43</sup>. Em março do mesmo ano, Gregório matriculou no Livro de matrícula dos expostos da Câmara Municipal de Mariana a pequena para garantir a ajuda de três oitavas de ouro para a criação da mesma. No ano de 1762, registramos o nascimento do segundo filho do casal, Manoel Chaves Cabral. Vicente Dias Pais, o primogênito, estava neste período com aproximadamente 5 anos.<sup>44</sup>

---

<sup>43</sup> AEAM. Registros Paroquiais de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 1, página 79.

<sup>44</sup> ACSM, 1º Ofício, Códice 82, Auto1731.

Quadro 3. 1: Expostos recebidos pelo casal Gregório Dias Paes e Joana Xavier de Barros, 1762-1803.

Exposto (a)	Data do batismo	Data da matrícula	Exposto em casa de	Padrinho	Madrinha
Maria Joana	11/02/1762	13/03/1762	Gregório Dias Paes	Francisco da Cunha Pacheco	Joana Xavier de Barros, Dona
Joana	21/12/1772	7/8/1773	Gregório Dias Paes	Gregório Dias Paes	Isabel Joana
Felizarda	20/01/1773	-	Gregório Dias Paes	José Joaquim Rodrigues da Rocha	Josefa Joaquina
Tomazia		7/08/1773	Gregório Dias Paes	-	-
Raquel	24/04/1794	-	Dona Joana Xavier de Barros	-	Joana Xavier de Barros, Dona
Aniceta		12/11/1775	Gregório Dias Paes	-	-
Manoel	14/07/1795	25/10/1779	Dona Joana Xavier de Barros	Manoel Felix de Melo e Castro	Joana Xavier de Barros, Dona
Caetana	?/07/1799	-	Dona Joana Xavier de Barros	Joaquim Luis de Melo	Joana Xavier de Barros, Dona
Nimpha		23/06/1779	Gregório Dias Paes	-	-
Vicente		23/06/1779	Gregório Dias Paes		
Luiza	27/11/1803	-	Dona Joana Xavier de Barros	Joaquim Luis de Melo	Joana Xavier de Barros, Dona

Fonte: AEAM. Registros Paroquiais de Batismo; AHCMM. Livros de Exposto.

Esta observação inicial nos permite supor que os pais biológicos de Maria Joana escolheram o *fogo* de Gregório Dias Paes pela disponibilidade de leite materno, visto que Dona Joana, estava ou com uma criança recém-nascida ou prestes a dar a luz<sup>45</sup> ao seu segundo filho.

Verificamos esta mesma tendência quando analisamos um pouco da trajetória do primogênito do casal Vicente Dias Pais, morador na cidade de Guarapiranga. Alferes, casado com Mariana Luísa de Paiva, batizou 5 filhos legítimos e recebeu em sua casa uma exposta, Matilde. Esta pequena enjeitada foi batizada no mesmo ano em que o casal batizou seu terceiro filho, Gregório, em homenagem ao avô paterno. A diferença entre os dois registros é de apenas 6 meses.<sup>46</sup> Apesar do *fogo* chefiado pelo dito Alferes ter recebido apenas uma exposta era, por diferentes aspectos, “atrativo” aos progenitores que necessitassem abandonar seu rebento: lar estável, abastado e com disponibilidade de leite materno.

Cabemos levantarmos algumas hipóteses para explicar a participação ativa desta família no universo do abandono. Pela leitura do inventário de Dona Joana Xavier de Barros, a família, no ano de seu falecimento, possuía dois escravos: “Francisco Benguela que tem a idade de cinquenta e cinco visto e avaliado na quantia de quarenta mil réis.”<sup>47</sup> e Caetano “visto e avaliado pelos ditos louvadores em sessenta mil réis”. Portanto, não é correto afirmar que o *fogo* de Dona Joana Xavier de Barros era abastado uma vez que não contava com uma grande quantidade de mão de obra negra. Para Marcílio, “em uma sociedade escravista (não assalariada), os expostos incorporados a uma família poderiam representar um complemento ideal de mão de obra gratuita” (MARCÍLIO, 2006a: 137).

Esta poderia ter sido uma das motivações para a família aceitar receber tantos expostos em sua casa. Além desta hipótese, temos duas outras possibilidades de análise para justificar a participação ativa deste *fogo* no universo do abandono. Podemos considerar a criação destes pequenos como uma forma de complementar a renda da família, mesmo sabendo das dificuldades enfrentadas por muitos matriculantes para receber o auxílio.

---

<sup>45</sup> Colocamos estas duas possibilidades, uma vez que não sabemos ao certo o mês de nascimento de Manoel Chaves Cabral; com os dados que dispomos na lista dos herdeiros de Dona Joana Xavier de Barros só foi possível calcularmos o ano do seu nascimento.

<sup>46</sup> Gregório, filho legítimo do casal, foi batizado em 21/04/1793. Matilde, a exposta, foi batizada em 21/10/1793. AEAM. Registros Paroquiais de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 2, página 129; Livro 2, página 7.

<sup>47</sup> ACSM. 1º Ofício, Códice 82, Auto1731.

Outro viés de análise para justificar a presença marcante de expostos nesta família é a questão religiosa. Estes pequenos ofereciam à família receptora uma oportunidade de exteriorizar a sua fé. Segundo Marcílio, “o componente religioso esteve presente em muitas das pessoas que se compadeceram dos pequenos desamparados e lhes deram agasalho em seu lar” (MARCÍLIO, 2006a: 136). Dona Joana Xavier de Barros era irmã de compromisso da Irmandade do Sacramento. As irmandades eram agremiações de ajuda mútua formadas por leigos, cuja função extrapolava os princípios religiosos. Segundo Caio Boschi,

pertencer a uma ou mais irmandade era necessidade tanto de vida como de morte. Sem aderir-se a elas, poder-se-ia dizer que as pessoas se viam desamparadas. Não apenas diante dos percalços e das agruras da vida, como também quanto a um sepultamento condigno e a celebração de missas pela salvação das suas almas (BOSCHI, 2005: 64).

Deste modo, podemos supor que a participação de Dona Joana na irmandade tenha levado a mesma a praticar a caridade cristã, através da criação destas pobres enjeitados. Abrindo deste modo o caminho para a salvação de sua alma.

O filho mais novo do casal, o Alferes Francisco Xavier Paes, recebeu em sua casa dois expostos que batizou com nome de Francisco nos anos de 1807 e 1809<sup>48</sup> poucos anos após o falecimento de sua mãe Dona Joana Xavier de Barros. O que nos indica que a prática de criar expostos manteve-se mesmo após a morte da matriarca da família.

Ao analisarmos os expostos da família de Gregório, percebemos que sua esposa Dona Joana Xavier de Barros apadrinhou cinco das dez crianças acolhidas pelo casal. Se levarmos em conta que localizamos apenas sete assentos de batismo, a participação de D. Joana como madrinha corresponde 71% dos registros. O apadrinhamento era um laço que extrapolava as relações religiosas, pois ao estabelecer o parentesco fictício entre os indivíduos construía laços de sociabilidade. O apadrinhamento poderia garantir ao exposto apoio financeiro e social ao longo de sua trajetória de vida.

Fazendo uma breve observação acerca da escolha dos padrinhos de exposto, segundo Bacellar “havia uma tendência em selecionar padrinhos de círculo familiar mais próximo, em detrimento de vizinhos, consanguíneos muito afastados e amigos da família”. Para este autor, a presença como padrinhos do chefe do *fogo*, sua esposa,

---

<sup>48</sup> AEAM. Registros Paroquiais de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 8, página 156; Livro 8, página 185.

filhos e genros demonstraria a preocupação na escolha para estabelecimento destes laços espirituais (BACELAR, 2001: 223).

O genro de Dona Joana Xavier de Barros, o Capitão José Rodrigues Milagres, casado com sua filha Dona Isabel Joana Felizarda, deixou em testamento a quantia de cinquenta mil réis às suas afilhadas expostas:

a minha afilhada filha de Dona Bernarda exposta ao falecido José Ferreira nascida em Cachoeira e hoje moradora em Guarapiranga cinquenta mil réis. Item a minha afilhada Luzia exposta a Ana Felizarda no Taquaral e hoje vivendo em [...] (ACSM, 1ºOfício, 93,1944).

Relatos como estes estão presentes nos traslados dos testamentos anexados aos inventários *post-mortem*. A elaboração dos testamentos era optativa e “tratavam, sobretudo, das disposições de última vontade do testador, relativas às obras pias em favor da sua alma, cerimônias de seu funeral, sua naturalidade, estado civil e listagem de filhos e alguns legados especiais” (FLEXOR, 2007: 1). O Livro IV, título LXXX, das *Ordenações Filipinas* tem todos os procedimentos legais para se realizar um testamento. Assim utilizaremos esta fonte para vislumbrar alguns aspectos da vida social de alguns indivíduos que transitaram pelo universo do abandono.

Ao analisarmos o testamento deixado pelo Reverendo Sebastião José de Godoi, o mesmo dispôs um legado destinado à exposta Felizarda que vivia junto ao *fogo* de Dona Joana Xavier de Barros “Declaro, e determino que dê esmola de cinquenta mil réis a uma moça por nome de Felizarda, que me foi exposta e está em casa de viúva Joana Xavier de Barros. Declaro que deixo a mais a dita viúva e sua família de esmola vinte mil réis.”<sup>49</sup> Por este relato podemos perceber que a menina Felizarda, mesmo sendo exposta em casa do dito Reverendo, acabou sendo acolhida pela família de Joana. Segundo Renato Franco, “nem sempre o enjeite tinha o êxito desejado. Muitas vezes as crianças eram recusadas pelas casas em que eram deixadas e passadas adiante, ou para conhecidos que as queriam receber ou para a Câmara incumbida de conseguir uma família criadeira” (FRANCO, 2014: 92). Em agosto de 1773, o Reverendo matriculou a exposta no Livro da Câmara mas abriu mão da criação da mesma.<sup>50</sup> Podemos supor que a presença constante do *fogo* de Gregório Dias Pais entre os recebedores de expostos tenham levado o Senado a escolhê-lo para receber a pequena Felizarda.

---

<sup>49</sup>ACSM. 1ºOfício, Caixa 127, Auto 266.

<sup>50</sup>AHCMM. Livro de Expostos, Códice 558.

Mesmo acolhendo diversos expostos em sua residência, a Câmara não foi capaz de efetuar os pagamentos que eram devidos ao *fogo* de D. Joana. Em 1789, dez anos após o registro da última criança na instituição o Senado não havia efetuado ainda o pagamento:

Diz D. Joana Xavier de Barros que ela tem criado até o presente quatro expostos que se acham matriculados nesse senado e se chamam Aniceta, Joana, Vicente e Nimpha, e tem vencido [...] a muito os sete anos e por querer receber as mesadas que tem vencido quer que Vossa Majestade se dignem mandar-lhe pagamento do que liquidam dizer-lhe pagamento ( AHCMM. Livro de Exposto, Códice 633).

Nesta data 11 de novembro de 1789 a Câmara Municipal devia a D. Joana Xavier o valor de 672 oitavas de ouro provenientes da criação das quatro crianças. Em dezembro do mesmo ano, D. Joana entra novamente com outro pedido junto à instituição Camarária:

Diz D. Joana Xavier de Barros e que ela alcançou o vencimento [...] incluso e que deseja ser paga e tem notícia que não há ouro neste senado requer [...] que atendendo a grande necessidade que o suplicante tem e o **zelo que tem tido nas criações de quatro expostas sem deles ter recebido coisa alguma** tendo cada um vencido já os sete anos se dignem de lhe consignar dívida de foros por seu pagamento sendo cobráveis, digo dará quitação (AHCMM. Livro de Exposto, Códice 633).

Mesmo demonstrando todo cuidado e zelo oferecido por parte da matriculante para com as crianças enjeitadas, apenas em junho do ano subsequente D. Joana “recebeu a quantia de 235 oitavas e um vintém e outra igual que lhe foi dada em dívida de foros á conta do mesmo.”<sup>51</sup> Em 31 de dezembro de 1799, foi o último registro encontrado de D. Joana nos Arquivos da Câmara Municipal de Mariana. Com dívidas ainda pendentes, “ela suplicante tem alçando o [...] incluso da quantia a ser cobrada e por que é necessitada e não haver ouro para lhe satisfazer consignar-lhe algumas dívidas de foros ou execuções cobráveis para sua solução e pagamento.”<sup>52</sup> Para resolver o impasse entre a dita senhora e a Câmara, é enviada uma “lista de dívidas que consigno para Despacho do Senado a D. Joana Xavier de Barros á conta das criações de expostos.”

Temos poucos indícios até o momento para entendermos como funcionava de fato a relação entre as Câmaras Municipais, que pela legislação portuguesa deveriam prover o auxílio para aqueles que criassem expostos, e os matriculantes. O que podemos afirmar é que a matrícula na instituição não era garantia de pagamento imediato. Não

---

<sup>51</sup> AHCMM. Livro de Exposto, Códice 633.

<sup>52</sup> AHCMM. Livro de Exposto, Códice 684.

seria exagero supor que muitos indivíduos que matricularam estas crianças nunca chegaram de fato a receber pagamento pela criação. D. Joana Xavier depois de mais de duas décadas conseguiu garantir parte do pagamento prometido pela Câmara. Talvez em uma sociedade que acabara de passar por um processo de acomodação das estruturas econômicas, ao matricular o exposto o objetivo final era garantir vantagens econômicas diante deste órgão, não necessariamente pagamento.

### 3.2 *Felizarda Felícia do Amor Divino, a exposta.*

Felizarda Felícia do Amor Divino no ano de 1789 solicitou junto à Câmara Municipal de Mariana pagamento para a criação do exposto José. No ano de 1816 está registrado o inventário dos bens que ficaram do seu falecimento, e nele vê-se que Felizarda deixou um testamento em que declara sua condição de exposta:

Declaro que sou natural e batizada nesta mesma freguesia de Piranga exposta à Dona Joana Xavier de Barros. Declaro que sou solteira, nunca fui casada, mas tenho quatro filhos Raquel casada com Joaquim Gomes, Caetana casada com João Vieira e Luiza e Genoveva as quais instituo por minhas universais herdeiras dos remanescentes de bens depois de cumpridas o funeral e pagas às dívidas, legados e despesas destes. Declaro e peço que queiram ser meus testamenteiros em primeiro lugar o Capitão Francisco Chaves Pais, em segundo lugar Ignácio Correia Alvarenga, e em terceiro lugar Manoel Chaves Cabral, e ao que pegar digo neste testamento lhe deixo de prêmio oito mil réis, declaro que meu corpo será amortalhado em hábito de São Francisco da Confraria e sepultado na Capela da Senhora da Boa Morte de que sou irmã. E que este testamenteiro pagar a dita irmandade da Boa Morte, o que se estiver a dever depois de feitos os meus sufrágios e meu acompanharão (ACSM. 1º Ofício, Caixa 139, Auto 2893).

Analisando o inventário de Dona Felizarda Felícia do Amor Divino, vemos que ela levou uma vida bem modesta pelos bens listados no inventário. Tinha uma propriedade no arraial de Piranga avaliada em 25\$00 e na sua morte contava com uma escrava, Michaela, benguela de idade de trinta anos. Além disso, foram citados os seguintes bens:

Uma balança de pesar ouro destrancada, um fação de picar carne, Uma pá de forno, Dois espetos de ferros com peso de três libras, Uma foice roçada, Um machado roçado, Um almofariz de bronze pequeno, 9 libras de estanho, Um tear de tecer pano com os pertences, Um tacho de (...) com peso de sete libras, Um dito mais (...) cerrado com o peso de 4 libras (ACSM. 1º Ofício, Caixa 139,Auto 2893).

O inventário e testamento da exposta nos deixaram poucos indícios sobre as relações estabelecidas entre Dona Felizarda e o domicílio que a acolheu passado os 7 anos estabelecidos para a criação. A única coisa que sabemos é que o inventariante dos seus bens foi Furriel Inácio Correa de Alvarenga, filho de Dona Joana Xavier de Barros e Gregório Dias Paes, o casal que a acolheu como exposta.

Outro detalhe que nos chamou atenção no inventário dos bens da exposta foi a presença de um tear entre seus pertences. Estudos de Douglas Libby vem apontando para a grande diversificação das atividades produtivas voltadas para suprir o mercado interno; dentro deste contexto a indústria têxtil caseira esteve em expansão durante o século XVIII. Esta atividade era considerada uma ocupação exclusivamente feminina:

a população feminina , tanto livre quanto escrava, representava um segmento subutilizado da força de trabalho , que poderia ser alocado á produção têxtil destinada ao atendimento das necessidades da subsistência ou ao aproveitamento das oportunidades de mercado que emergiam (LIBBY, 1997: 120)

Assim, podemos supor que a tecelagem foi um caminho encontrado pela matriarca Dona Felizarda para garantir o sustento de sua família. Ela, juntamente com suas quatro filhas e sua escrava, puderam ter trabalhado nesta atividade produtiva. A ausência de mão de obra masculina em seu domicílio e a reestruturação da economia mineira abriu como possibilidade a estas mulheres o abastecimento do mercado interno com a produção domiciliar têxtil.

Não descartamos a hipótese de Felizarda Felícia do Amor Divino ter aprendido o ofício da tecelagem durante o período que esteve sob os cuidados de Dona Joana Xavier de Barros. No inventário da viúva de Gregório Dias Pais foram arrolado dois teares, sendo um “tear pronto que foi visto e avaliado pelos ditos louvadores em três mil réis” e um “tear de sinto visto e avaliado pelos ditos louvadores em 450 réis”.<sup>53</sup>

### 3.3. *O Capitão Antônio Fernandes Guimaraes e os filhos que faltam.*

Vamos analisar agora o domicílio chefiado pelo Capitão Antônio Fernandes Guimarães. Casado com Dona Ana Correa Leal, não tiveram filhos, mas receberam ao longo de sua vida nada menos que 8 expostos (Quadro 3.2). Segundo Bacellar, muitos casais que não conseguiam gerar filhos por problemas diversos de esterilidade adotavam

---

<sup>53</sup> ACSM. 1º Ofício, Códice 82, Auto1731.

“um exposto com a pura e simples intenção de substituir os filhos que não se conseguia gerar, tratando este exposto como se filho fosse” (BACELLAR, 2001: 225).

Quadro 3. 2 : Expostos recebidos pelo casal Antônio Fernandes Guimarães e Ana Correa Leal, 1796-1826

Exposto (a)	Data da Ata
Maria	30/11/1796
Mariana	04/12/1796
Antônio	31/03/1798
Ana	14/04/1799
?	24/11/1813
Manoel	02/12/1813
Maria	02/03/1816
Florentina Maria de Jesus	14/01/1826

Fonte: AEAM. Registros Paroquiais de Batismo.

Quando de sua morte, Dona Ana Correa Leal intitula como sua herdeira, para além de seu esposo, sua sobrinha Joana Correa Leal, filha legítima de seu irmão o Capitão José Coelho Leal. Em seu testamento deixa um legado para duas expostas: “*assim mais dará a Mariana exposta em minha casa e mora na minha companhia trinta e oito mil e quatrocentos, bem como a Caetana também exposta nesta casa hoje casada com Apolinário da Rocha trinta e oito mil e quatrocentos*”.<sup>54</sup> Podemos supor deste modo que Dona Ana escolheu as duas crianças que de algum modo havia estabelecido maior vínculo afetivo. Ao que tudo indica, Mariana, no ano da morte de Dona Joana (1818) já estava com 22 anos, e mesmo assim vivia em companhia da dita senhora, mostrando os laços estabelecidos entre as mesmas.

A exposta Caetana, agora Caetana Angélica de Jesus aparece juntamente com seu esposo Apolinário da Rocha batizando três filhos legítimos: Maria (31/01/1811), Apolinário (4/11/1816) e Germana (13/11/1820). Nos registros paroquiais o casal é apresentado como pardos e forros.<sup>55</sup> Não sabemos ao certo o que levou a exposta Caetana a receber o título de forra depois de adulta. Podemos colocar como hipótese de análise a possibilidade de Caetana ser filha de alguma escrava que pertencia ao casal. Como não encontramos o registro de batismo da dita Caetana, não podemos verificar qual a cor foi atribuída à menina no momento de seu nascimento. Sendo criada como

<sup>54</sup> ACSM. 1º Ofício, Caixa 67, Auto1428.

<sup>55</sup> AEAM. Registro de Batismo, Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 2.

exposta por Dona Ana Correia Leal e seu esposo, passados os 7 anos da criação sua condição de egressa do cativo foi recuperada no assento de batismo de seus filhos.

No inventário dos bens que ficaram com o falecimento de Dona Ana Correa Leal percebemos que se tratava de um *fogo* bem prospero, com 18 escravos, sendo 12 em idade produtiva (18 a 50 anos); no total a escravaria era formada de 14 cativos do sexo masculino e apenas 4 cativas do sexo feminino. Estes escravos trabalhavam em roças de milho, arroz, cana e feijão. E entre eles o escravo Bernardo, crioulo de 31 anos, estabeleceu laços conjugais com Clara, também crioula, de 25 anos.

Podemos considerar esta família como um domicílio de referência para os pais que desejassem abandonar sua prole. Para Carlos Bacellar,

a falta de filhos fazia com que os casais fossem mais receptivos aos expostos. Mas não há como saber se eles esforçavam em receber tais crianças, ou se, pelo contrário, o fato de não terem filhos constituía um sinal alentador para os pais que desejavam abandonar seus recém-nascidos (BACELLAR, 2001: 226).

No caso apresentado anteriormente, tratava-se de um lar estável, economicamente próspero e sem filhos. Mesmo recebendo 8 expostos em seu lar, não encontramos nenhuma solicitação de pagamento pela criação dos mesmos junto à Câmara Municipal de Mariana. Pelo elevado número de mão de obra cativa disponível ao casal, é pouco provável que estes pequenos fossem utilizados como mão de obra gratuita em sua lavoura. Assim, supomos que os expostos recebidos no dito *fogo* fossem considerados como substitutos dos filhos que o casal não conseguiu gerar.

#### 3.4. Antônio Lucas Valadão e a compaixão civil

Nos anos de 1776 e 1778, Antônio Lucas Valadão recorreu à Câmara Municipal de Mariana para matricular duas expostas, Eufemia Maria e Feliciano.<sup>56</sup> Ele era morador em Guarapiranga e chegou a recorrer ao procurador e Tenente Luiz de Souza Carvalho para garantir a matrícula de Feliciano. Em seu testamento Antônio (1783) diz que foi casado com Feliciano Pereira Batista, crioula, mas por terem casado “fora de idade de ter filho, [não tiveram] nem antes nem depois”. No documento fala de uma filha fruto de outra relação:

---

<sup>56</sup> AHCMM. Livro de Exposto, Códice 558.

Declaro que antes de ter sido casado tive uma filha natural por nome de Maria filha de Ana Vieira de Jesus, parda moradora que foi no Batatal freguesia do Sumidouro e hoje na freguesia de São João do Morro Grande e que minha filha Maria já faleceu e foi casada de quem ignoro o nome do marido deixou dois filhos um macho e outra fêmea que ignoro o nome, sei com ciência assistem todos na sobredita passagem os quais reconheço os dois por meus legítimos netos e filhos de minha filha meus universais herdeiros (ACSM. 1º Ofício, Caixa 49, Auto1105).

No testamento de Antônio Lucas Valadão, ele institui como herdeiro seus netos, filhos de Maria sua filha natural, já falecida. Assim, ao reconhecer Maria como sua filha legítima e seus netos como herdeiros universais podemos perceber que garantia a seus netos o direito a sua herança. Para Joseph Cezar Ferreira de Almeida, em muitos momentos os testamentos foram utilizados para reparar erros do passado como uma tentativa de salvar a sua alma reconhecendo seus desvios cometidos (ALMEIDA, 2002).

As duas expostas que foram matriculadas por ele também foram lembradas no seu testamento:

Declaro que tenho duas enjeitadas em minha casa uma por nome de Eufemia e outra Feliciano e se acham registradas na Câmara Municipal de Mariana e meu testamenteiro poderá cobrar o que se deve de alimentos da criação e depois de cobrar do que se deve até o meu falecimento poderá tirar 200 mil réis para comprar um moleque para cada uma delas (ACSM. 1º Ofício, Caixa 49, Auto 1105).

Como não encontramos os registros de batismo das mesmas,<sup>57</sup> consideramos a data da matrícula no Livro de Exposto como marco inicial para o estabelecimento da idade das crianças. Eufemia estava, no ano do falecimento do dito Antônio, com a idade de 9 anos e Feliciano com 7. Logo, mesmo depois de ter passado o tempo estabelecido para a criação de expostos nas *Ordenações Filipinas*, de 7 anos, Eufemia continuou sob os cuidados de Antônio Lucas Valadão e conseguiu assim como Feliciano adquirir um escravo após o falecimento do seu tutor.

No testamento, Antônio Lucas Valadão deixa claro que caberia ao testamenteiro requerer junto à Câmara o pagamento da criação das meninas que estava atrasado. Podemos levantar várias hipóteses que motivaram o *fogo* de Antônio Lucas Valadão a receber as duas meninas. O dinheiro não deve ter sido a motivação principal para este

---

<sup>57</sup> Encontramos Antônio Lucas Valadão batizando um menino de nome Silvério em 11/02/1768 na Capela de São Miguel AEAM: *Registros Paroquiais de Batismo*. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga Livro 1 Página 142.

casal: se o interesse estava restrito ao pagamento camarário poderia ter interrompido a criação ao final dos 7 anos, mas não foi o que aconteceu.

No inventário *post-mortem* do matriculante percebemos que, apesar de não constar nenhuma patente, era um homem de posses. Seu monte-mor foi avaliado em 4:052\$823 (quatro contos, cinquenta e dois mil e oitocentos e vinte três réis). Entre os bens listados possuía em sua casa no dia de sua morte o total de nove escravos, sendo sete em idade produtiva (18-50 anos). Em estudo sobre a estrutura dos domicílios de Guarapiranga, Oliveira identificou para o período de 1750-1820 o predomínio de pequenas escravarias (1-5), que correspondeu a 39,4%, do total de posses de cativos (OLIVEIRA, 2006). Se analisarmos apenas o número de escravos na propriedade podemos supor que o acolhimento de duas meninas expostas não seria com objetivo de aumentar a força produtiva.

Logo podemos interpretar o acolhimento desta criança amparado pelo conceito de caridade pública, segundo Silveira:

A noção remete à necessidade de estudar os sentimentos e comiseração instituídos pela prática católica enquanto exercício cênico de grande potencial retórico e, por isso, capazes de mobilizar os habitantes de vilas e arraiais para a tarefa de elaborar a vida coletiva segundo as regras do cristianismo (SILVEIRA, 2015: 36).

Destarte entendemos que a criação de enjeitados para os homens e mulheres que viveram neste período representava uma oportunidade de exercer a “compaixão civil.”<sup>58</sup> Situados em uma sociedade de privilégios característica do Antigo Regime, os indivíduos pautavam suas ações individuais a partir de uma “racionalidade cortês” em que atitudes e gestos são orquestrados em busca de *status* e prestígio (VILLALTA, 2016). Esta sociedade de Antigo Regime organizada no mundo colonial setecentista foi singular, pois contou com elementos tipicamente coloniais: “o escravismo, o capital comercial, a produção em larga escala de gêneros colônias” e o monopólio comercial metropolitano (SOUZA, 2006b: 65-67). Deste modo, pensamentos como estes indivíduos, apropriaram de instituições e mecanismos implementados pela Coroa Portuguesa nos trópicos para alcançar seus objetivos e interesses. (VILLALTA, 2016)

Antônio Lucas Valadão era filho de Salvador Lucas Valadão, branco, e Mariana Vieira, parda. No contexto colonial em que a pureza de sangue era “pelo menos oficialmente condicionadora de ascensão social, ocupação de cargos, afiliação a confrarias e agremiações, (...), enfim, de participação das mais qualificadas dimensões

---

<sup>58</sup> Este termo também é empregado por Silveira (2015) como sinônimo de “caridade pública”.

sociais” (PAIVA, 2015: 36), a prática da caridade pode ter sido utilizada como forma de obter certa distinção social junto à comunidade local.

### 3.5. Outras trajetórias

O Alferes Antônio Martins de Guimarães solicitou em 20 de janeiro de 1775 pagamento pela criação da exposta Narcisa. Quando da sua morte, em 1795, em seu inventário foram citados como herdeiros dois filhos legítimos: Francisco de 9 anos e João de 7 anos. O inventariante declarou

que em minha casa foi exposto hum menino chamado Manoel cujos pais são incógnitos em uma cédula que trouxe se declara branco peço a minha mulher, que quanto lhe for possível o crie e doutrina pela amor de Deus com toda caridade até que ele tenha melhor destino (ACSM 1º Ofício Caixa 26, Auto 677).

Podemos fazer uma breve consideração acerca da preocupação com o futuro do pequeno enjeitado no momento de sua morte. Nesta pequena referência que fez a ele em seu testamento, o Alferes reforça a condição de branco do menino, talvez com objetivo de garantir que sua cor não o impedisse de conquistar quaisquer benefícios futuros. Segundo Franco, “ser enjeitado era característica que, somada a fatores específicos, tendia a favorecer em alguns casos, bem como a atrapalhar em outros” (FRANCO, 2014: 228). Deste modo, podemos supor que a condição de exposto branco seria mais vantajosa do que a associação do estigma de exposto a qualquer designação de cor, como pardo, mulato, crioulo ou negro.

Outro elemento de destaque no tocante às declarações do Alferes Antônio Martins de Guimarães relaciona-se à utilização do termo “caridade” para a criação do dito exposto. A primeira exposta recebida pelo casal, a menina Narcisa, chegou a ser matriculada junto à Câmara, mas não sabemos se o pagamento para a criação se concretizou. O descrédito na instituição camarária pode ter gerado junto à família outra motivação para o acolhimento do exposto Manoel. Podemos colocar como chave de análise que a caridade pública tenha sido a grande mantenedora da prática da exposição. Os pais biológicos abandonaram seus rebentos, pois sabiam que encontrariam um lar capaz de acolhê-los. Assim, a caridade assumiu um papel de destaque nas localidades desprovidas de atendimento institucional efetivo.

O Tenente Antônio da Fonseca de Faria, português proveniente do Arcebispado de Braga, norte de Portugal, recebeu em sua casa dois expostos: um menino de nome

Antônio no ano de 1799 e uma menina de nome Luiza no ano seguinte. Na data de sua morte, seu inventário registrou um total de 31 escravos e uma fazenda comprada em sociedade com Domingos Moura Bastos. Segundo Lemos, “foi nesta fazenda bem equipada que se produziu, nos anos de 1804 e 1805, os 507 barris de cachaça declarados no ‘Registro das Aguardentes’” (LEMOS, 2012: 56).<sup>59</sup> Em seu testamento deixou registrada a sua vontade de legar um auxílio financeiro aos dois expostos que recebeu em sua casa:

Declaro que meu testamenteiro dará a Antônio Fernandes Braga enjeitado na casa de André Fernandes Braga que lhe deixo de esmola a quantia de cem oitavas de ouro ou fazenda se a houver ao tempo de meu falecimento e quando não entrará em rateo com os outros (ACSM. 1º Ofício, Caixa 31, Auto 0761)

O menino Antônio foi batizado em Calambau e apadrinhado pelo próprio tenente acompanhado por Maria Joana, filha de Domingos Moura Bastos que além de sócio era casado com a enteada do tenente, filha do primeiro casamento de sua esposa Inês Maria. Podemos colocar como campo possível de estudo que o enjeitado Antônio Fernandes Braga fosse a mesma criança acolhida pelo tenente, mas que estava agora vivendo em casa de André Fernandes Braga. As relações estabelecidas por Antônio Faria na pia batismal para com o exposto podem ter motivado a ajuda financeira a Antônio ao final da vida do tenente. Renato Franco afirma que “não se poder inferir que o batismo fosse uma estratégia deliberada; no caso dos expostos houve a prevalência do sentido religioso que exortava a função caritativa, comprometimento cristão frente às agruras da infância abandonada” (FRANCO, 2014: 98).

Além da esmola ao menino Antônio, ainda deixou uma quantia a Luiza, exposta e também sua afilhada “Declaro que deixo uma esmola que dei Dona Florência para Luiza enjeitada nesta casa e minha afilhada caso eu não tenha a [...] desta esmola que são trinta oitavas de ouro meu testamenteiro a pague.”<sup>60</sup>

Outro relato interessante sobre a dinâmica do abandono foi retirado do testamento do padre Salvador Martins de Miranda. O clérigo recebeu ao longo da sua vida o menino Antônio João da Trindade que foi exposto em sua casa no ano de 1784. No testamento de Antônio João da Trindade, o enjeitado declarava ser “natural e

---

<sup>59</sup>Gusthavo Lemos em estudo sobre a produção de canaveira em Guarapiranga faz em sua dissertação de mestrado uma panorama da unidade produtiva do Tenente Antônio da Fonseca Faria em análise do inventário do tenente e de sua esposa Inês de Maria descobriu que em suas terras funcionavam datas minerais, cultura canaveira e algodoeira, além da estrutura de beneficiamento de produção da cana de açúcar.

<sup>60</sup> ACSM. 1º Ofício, Caixa 31, Auto 0761.

batizado na freguesia de Guarapiranga filho de Salvador Martins de Paiva e Elena Maria de Jesus.”<sup>61</sup>

O interessante neste caso é que o pai do menino exposto na casa do padre Salvador Martins de Miranda era afilhado do dito padre e recebeu em testamento parte dos seus bens: “Salvador Martins de Paiva recebeu com seus irmãos Manuel e Francisco o córrego de Quebra-Pé em todas as suas vertentes”; além disso, recebeu “toda a roupa do meu uso a meu afilhado Salvador Martins Paiva”.<sup>62</sup>

O Reverendo deixou como últimas vontades que “Antônio Luiz pardo enjeitado pelo tempo que me tem servido vinte oitavas de ouro (...) A Bernarda enjeitada de Antônio Pinto Pereira dez oitavas (...) a meu afilhado Claudio José de Miranda que foi exposto e criado em casa dos meus pais duzentos mil réis em ouro por esmola”.<sup>63</sup> Pelo que foi possível perceber, ao final de sua vida Salvador Martins de Miranda garantiu ajuda financeira às crianças enjeitadas que haviam pertencido a seu círculo familiar.

A situação de exposto de Antônio João da Trindade ao nascer não corresponde ao testamento deixado pelo suposto menino abandonada ao final de sua vida. O que podemos levantar neste caso é a dinâmica da circulação de crianças pactuada entre os indivíduos. Prática corrente no mundo colonial brasileiro, podemos caracterizar a circulação de crianças como o momento em que pais biológicos, por contingências familiares, distribuíam seus rebentos para outras famílias que se responsabilizariam por sua criação. Este conceito é trabalhado pela antropóloga Cláudia Fonseca, em estudo sobre as favelas brasileiras (FONSECA, 2006). O vínculo com a família biológica é mantida, podendo a mesma solicitar seu filho quando conseguisse superar a situação de instabilidade que a levou a abandoná-lo. Esta circulação de crianças está relacionada à mobilidade que estas crianças tinham no mundo colonial. A mobilidade das crianças no Antigo Regime foi estudada por Philippe Ariès. Discutindo sobre a constituição da família moderna e a infância, Ariès identifica uma ampla movimentação de crianças nesta sociedade. Esta grande mobilidade está associada à noção de família, ligada a um grande agrupamento social, onde todos eram responsáveis pela criação das crianças (ARIÈS, 1981).

---

<sup>61</sup>ACSM. 1º Ofício, Caixa 101, Auto 2090.

<sup>62</sup>ACSM. 1º Ofício, Caixa 146, Auto 3053.

<sup>63</sup>ACSM. 1º Ofício, Caixa 146, Auto 3053.

Caso como esse foi verificado no ano de 1796: o capitão Antônio Luiz Moreno recebeu uma criança batizada de nome Teodoro, mas o que é curioso é a presença da mãe no registro de assento de batismo. A criança era filha de Maria Luísa, parda forra que vivia na freguesia de Bacalhau.

Em 1810, o Capitão em seu inventário declarou:

*“sou natural da freguesia de Senhora do Sumidouro filho natural de Manoel Luiz Moreno e de Ana benguela já falecidos me acho em estado de solteiro e nunca fui casado e por essa causa instituo por meus universais herdeiros depois de pagas as minhas dívidas e mais disposições neste testamento Antônio Luis Moreno e a Maria Luisa”* (ACSM. 1º Ofício, Caixa 40, Auto 924).

Antônio Luiz Moreno acolheu o exposto em sua casa sabendo o nome de sua mãe e a mesma acabou sendo instituída como herdeira ao final da vida do capitão. Não seria demasiado pensar que talvez o menino exposto seja filho de Antônio Luiz Moreno e Maria Luisa. Ou cabe ainda a hipótese do pequeno enjeitado ser filho de algum familiar do capitão. Justificando assim a intitulação da mãe do menino como sua herdeira universal.

Foram múltiplas as motivações que levaram os indivíduos de Guarapiranga a acolher estas crianças expostas. Para além de uma análise demográfica, uma leitura atenta dos inventários e testamentos nos possibilita um olhar mais profundo das dinâmicas sociais que envolviam o abandono de crianças.

Os pais que abandonavam seus rebentos desejavam garantir a eles condições mínimas de sobrevivência que não conseguiriam estando junto à família biológica. Assim, o ato da exposição não deve ser considerado como desprovido de significado para ambos os lados envolvidos. Muitas vezes os progenitores procuravam por lares estáveis, com a presença masculina. Em alguns casos, a oferta de leite materno dentro de um *fogo* pode ter sido um chamariz para aqueles que necessitavam enjeitar sua prole. Ou até mesmo a ausência de filhos em um casal possibilitaria ao exposto ser aceito como substituto dos filhos que o casal não podia gerar.

Aqueles que recebiam estas crianças eram motivados por diferentes anseios. Para algumas famílias estas pequenas almas poderiam representar uma mão de obra gratuita na agricultura. Para outras famílias, uma possibilidade de conseguir uma renda extra pelo pagamento de pecúlio pela Câmara Municipal de Mariana para a criação de enjeitados. Acolher estes meninos e meninas representou para alguns indivíduos a possibilidade de exteriorizar a sua fé. Em uma sociedade marcada fortemente pela

presença da Igreja Católica, não seria demasiado afirmar que a caridade pública foi o ponto fulcral que permitiu que este fenômeno da exposição permanecesse inalterado durante todo o período colonial brasileiro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira preocupação que deveria ter aquele que encontrasse uma criança abandonada na freguesia de Guarapiranga era batizá-la. Esta prática cristã garantiria ao pequeno a entrada no paraíso, pois sem o sacramento não haveria a felicidade eterna. Depois de batizado, o exposto deveria ser encaminhado à Câmara Municipal de Mariana matriculando o pequeno em livro específico que garantiria ao receptor o pagamento de duas oitavas de ouro para criação do enjeitado. Caso não desejassem assumir a criação, deveriam deixá-lo sob os cuidados do Conselho, que ficaria responsável por procurar uma família disposta a criá-lo.

O batismo representava para estes pequenos, além de iniciação na vida cristã, livrando-o do pecado original, sua entrada no mundo social. Identificamos uma tendência entre os moradores da freguesia de Guarapiranga de escolherem como padrinhos destas crianças abandonadas familiares mais próximos. Em alguns casos estes laços espirituais garantiram aos expostos vantagens materiais nos testamentos de seus padrinhos. Os laços de compadrio mostraram-se mais duradouros do que as relações estabelecidas entre os expostos e seus criadores. As relações de compadrio foram também utilizadas como estratégias pelas famílias criadeiras para garantir a matrícula dos expostos. Como no caso de Dona Joana Xavier de Barros, que convidou para batizar o enjeitado Manoel o Alferes Manoel Felix de Mello e Castro, homem de prestígio, que posteriormente foi procurador da referida senhora matriculando seu afilhado junto à Câmara Municipal. Deste modo, a função espiritual do compadrio, de estabelecer pais espirituais, responsáveis pela assistência material e afetiva, era moldada para responder a anseios estritamente seculares.

Em Guarapiranga, os indivíduos que acolheram estes pequenos no período estudados em sua grande maioria não chegaram a matriculá-los na instituição camarária. Aqueles que o fizeram não tinham garantias de recebimento do pecúlio. Em alguns casos, era necessário recorrer junto à instituição camarária ao final da criação para solicitar o pagamento. A precariedade do serviço de assistência oferecido pelas Câmaras e a falta de fiscalização por parte da instituição às famílias que recebiam estas crianças geravam elevados índices de mortalidade. Muitos estudos associam a história do abandono à história da morte.

A falta de pagamento e os constantes atrasos por parte dos conselhos geraram junto à instituição inúmeros pedidos de pagamento pela criação de expostos. Muitos

solicitantes mostravam-se cientes da situação financeira da Câmara e utilizavam a criação destes pequenos como moeda de troca junto à instituição. Aceitando como pagamento dívidas de foros junto à administração pública. Observamos que para garantir o pagamento os solicitantes utilizavam diferentes estratégias como declarar o estado de saúde dos pequenos e enaltecer sua cor branca. Jacinto Ferreira alegou a debilidade da saúde do pequeno Felisberto como estratégia para requerer o pagamento, findada os sete anos de criação. A fragilidade da Câmara em prover os pagamentos gerou constantes empates entre o poder público e estes indivíduos, abrindo caminhos para múltiplas estratégias desenvolvidas pelos atores sociais diante das instituições de poder.

Alguns indivíduos viam no acolhimento destes pequenos uma possibilidade de renda extra e recorriam à ajuda de procuradores para garantir a matrícula junto à instituição camarária. Para o período estudado, dos 835 expostos batizados na freguesia de Guarapiranga apenas 80 foram matriculados junto ao Senado da Câmara. Mostrando que o recebimento de proventos para a criação dos expostos não pode ser utilizado como argumento único para explicar as motivações para o acolhimento dos enjeitados.

Para as famílias mais abastadas, é provável que a criação dos enjeitados fosse utilizada para aumentar o número de agregados visando obter uma distinção social e status. Em uma sociedade de privilégios característica do Antigo Regime, as pessoas pautavam suas ações individuais a partir de uma “racionalidade cortês”, em que atitudes e gestos são orquestrados em busca de *status* e prestígio. Logo, alguns indivíduos apropriaram-se de instituições e mecanismos implementados pela Coroa Portuguesa nos trópicos para alcançar seus objetivos e interesses.

Dona Ana Correia de Souza juntamente com seu esposo, o Capitão Antônio Fernandes Guimarães, não tiveram filhos e receberam expostos para suprir os filhos que o casal foi incapaz de gerar. Deste modo, para alguns casais era sensato que a presença do exposto em seu lar fosse motivada pela falta de prole legítima. Mesmo não tendo direito à herança como filhos legítimos, conseguiram receber uma ajuda financeira ao final da vida de Ana Correia de Souza.

O acolhimento destes pequenos desamparados representou para alguns indivíduos o momento de exercer a caridade. A caridade como uma condição para a salvação. Logo, o acolhimento dos expostos, ao mesmo tempo em que foi mantido pelo lastro da caridade pública, possibilitou aos católicos uma oportunidade de exteriorizar a sua fé. Portanto, em um mundo desprovido de atendimento institucional efetivo, a

caridade pública foi o instrumento capaz de garantir a sobrevivência do fenômeno da exposição.

|

## REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

### ***Arquivo da Casa Setecentista de Mariana***

Inventário *post-mortem* Ana Correa Leal. ACSM. 1º Ofício, Caixa 139, Auto 2893.

Inventário *post-mortem* Antônio Fonseca Faria ACSM. 1º Ofício, Caixa 31, Auto 0761.

Inventário *post-mortem* Antônio Lucas Valadão ACSM. 1º Ofício, Caixa 45, Auto 1105.

Inventário *post-mortem* Antônio Luiz Moreno ACSM. 1º Ofício, Caixa 40, Auto 924.

Inventário *post-mortem* Antônio Martins Guimarães ACSM. 1º Ofício, Caixa 26, Auto 677.

Inventário *post-mortem* Felizarda Felícia do Amor Divino. ACSM. 1º Ofício, Caixa 139, Auto 2893.

Inventário *post-mortem* de Joana Xavier de Barros. ACSM. 1º Ofício, Caixa 82, Auto 1731.

Inventário *post-mortem* José Rodrigues Milagre. ACSM. 1º Ofício, Caixa 93, Auto 1944.

Inventário *post-mortem* Salvador Martins de Miranda ACSM. 1º Ofício, Caixa 146, Auto 3053.

Inventário *post-mortem* Sebastião José de Godoi, Padre. ACSM. 1º Ofício, Caixa 127, Auto 2666.

### ***Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana***

*Registros de Batismos*. Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livros 1, 2, 3, 4,5 e 6.

*Registros Paroquiais de Óbito*. Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 1.

Caderno Histórico do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. *O Copiador de Dom Frei Manoel da Cruz*. Mons. Flávio Carneiro Rodrigues e Prof. Maria José Ferro Souza (Org). Volume nº 5 Ano 2008.

### ***Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana***

Livro de Exposto - códices: 153, 181, 157, 343, 558.

Registros de Receitas e despesas – código 663.

Miscelânea – código 684 e 705

Correição - Código 176.

### ***Arquivo Nacional***

Mapa da População de 1814- Microfilme Cod. 0808, Vol.1.

### ***Arquivo Público Mineiro***

Correspondência Recebida. Câmara Municipal de Ouro Preto- CMOP, Cx.11, Doc25, avulsos.

Mapa da População do Termo de Mariana 1812 – SG, Cx.87, Doc. 60.

Mapa da População do Termo de Mariana 1810 – SG, Cx82, Doc. 54.

### ***Biblioteca Nacional***

REPRESENTAÇÃO dos moradores das freguesias de Guarapiranga, da Pomba, e das capelas da Espera e dos Remédios a Sua Majestade solicitando a criação de uma vila no arraial de Guarapiranga. [S.l.: s.n.], [18--?]. 2 doc. (6 p.), Orig. Manuscritos - II-36,06,037.

PORTARIA ordenando à Real Fazenda que entregue dois barris de pólvora aos homens, destinados a praticar a redução dos índios puris e botocudos e impedir as mortes e hostilidades causadas por estes nos distritos de Piranga, Xopotó e Santa Rita]. Vila Rica [Ouro Preto, MG]: [s.n.], 21 de maio de 1766. 2 doc. (2 p.). Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1436001\\_1448077/mss1443481.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1436001_1448077/mss1443481.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2016.

PORTARIA ordenando à Real Fazenda que leve em conta ao tesoureiro da mesma, Feliciano José da Câmara, a pólvora que entregou ao capitão José do Vale Vieira para combater as incursões dos índios nas fazendas situadas às margens dos rios Piranga e Ribeirão do Carmo]. Vila Rica [Ouro Preto, MG]: [s.n.], 21 de maio de 1766. 2 doc. (2 p.). Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1436001\\_1448077/mss1443482.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1436001_1448077/mss1443482.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2016.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Minas Gerais de 1750 a 1850: bases da economia e tentativa de periodização. *LPH: Revista de História*, n°5, p.93-119, 1995.

\_\_\_\_\_. *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

ALMEIDA, Joseph Cezar Ferreira de. O Testamento no âmbito da herança: uma análise demográfica. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, XIII, 2002, Ouro Preto. Anais eletrônicos XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Ouro Preto: ABEP, 2002. Disponível em:

[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT\\_His\\_PO17\\_Almeida\\_texto.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_His_PO17_Almeida_texto.pdf) Acessado em 2/09/2016.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*: (texto da edição de 1711). São Paulo: 1967.

ANDRADE, Francisco Eduardo. *A invenção das Minas Gerais: empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro da América Portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica Editora: Editora PUC Minas, 2008.

ANDRADE, Mateus Rezende. Compadrio e família em zona de fronteira agrícola: as redes sociais da elite escravista, freguesia de Guarapiranga (c1760-c1850). *Dissertação de Mestrado em História*. Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

ARAÚJO, Cíntia Ferreira. Os frutos enjeitados: o abandono de crianças na Mariana Oitocentista. In: VENÂNCIO, Renato Pinto (org.) *Uma história social do abandono de crianças: de Portugal ao Brasil século XVIII-XX*. São Paulo: Alameda, 2010, p.177-202.

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. Reflexões sobre a pesquisa historiográfica dos testamentos. *Justiça & História*, Porto Alegre, v. 5, n.10, p. 279-295, 2005.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2° ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. “Achados ao primeiro cantar dos galos”: os subterfúgios do abandono de crianças na vila de Itu, capitania de São Paulo, 1698-1798. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16, 2008, Caxambu. *Anais eletrônicos...* Campinas: ABEP, 2008. Disponível em: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008\\_1178.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1178.pdf).

\_\_\_\_\_. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, século XVIII e XIX*. São Paulo: Anablume, Fapesp, 2001.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte- Rio de Janeiro: Editora Itatiaia Limitada, 1971.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>

BOSCHI Caio C. O assistencialismo na Capitania do Ouro. *Revista de História*. São Paulo, n.116, p.25-41, 1984.

\_\_\_\_\_. Os históricos compromissos mineiros: riqueza e potencialidade de uma espécie documental. *Acervo*. Rio de Janeiro v.1 n.1p.1-132 jan-jun1986.

\_\_\_\_\_. Irmãos na vida e na morte. *Revista de História* (Rio de Janeiro), v. 1, p. 62-66, 2005.

BOTELHO, Tarcísio. *História demográfica e História social: convergências e perspectivas*. Palestra proferida no I Encontro Memorial do ICHS, UFOP, Mariana (MG), 11 de novembro de 2004.

BRUGGER, Silvia M.J. Crianças expostas: um estudo da prática do enjeitamento em São João del Rei, séculos XVIII e XIX. *Topoi*, 7(12):116-146, 2006.

CARRARA, Ângelo Alves. *Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807)*. Rio de Janeiro: UFRJ, Departamento de História, 1997. Tese de doutorado

\_\_\_\_\_. Estruturas agrárias e capitalismo; contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos

XVIII e XIX). Mariana: UFOP/ Departamento de História, Núcleo de História Econômica e Demográfica. *Série Estudos* 2, 1999.

\_\_\_\_\_. A capitania de minas gerais (1674-1835): modelo de interpretação de uma sociedade agrária. *Revista História econômica & história de empresas* III. 2 (2000), 47-63.

\_\_\_\_\_. Paisagens Rurais do Termo de Mariana. In: GONÇALVES, Andrea Lisly; OLIVEIRA, Ronaldo Polito (orgs.) *Termo de Mariana : história e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária UFOP, 2004.

CARNEIRO, Patrício A. S.;MATOS, Ralfo E. S.A formação do Espaço Agrícola no Leste da Capitania de Minas Gerais: vales dos rios Piranga e Paraíbuna (1694-1835). In: SEMINARIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, XIII, 2008, Belo Horizonte. *Anais [eletrônico]XIII Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: Cedeplar, UFMG, 2008 Disponível em: [http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario\\_diamantina/2008/D08A004.pdf](http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A004.pdf)  
[Acessado em 24/05/2016](#)

CAVAZZANI, André Luiz M. *Um estudo sobre a exposição e os expostos na Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba (segunda metade do século XVIII)*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2005. Dissertação de Mestrado.

CHAVES, Cláudia M. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas Setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.

CÓDICE Costa Matoso. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Luciano Raposo de Almeida Figueiredo e Maria Verônica Campos (coord.). Belo Horizonte: Fundação Joao Pinheiro, Centro de estudos históricos e culturais, 1999 2.v (Coleção Mineiriana, Série Obras de Referência).

DAMASCENO, Nicole de Oliveira Alves. *Ser exposto: a “circulação de crianças” no Termo de Mariana (1737-1828)*. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 2011. Dissertação de Mestrado.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERREIRA, Luís Gomes. *Erário mineral*. Org. Júnia Ferreira Furtado. Rio de Janeiro: Fiocruz; Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. 2002.

FIGUEIREDO, Luciano de A. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

FLEXOR, Maria Elena Ochi. Inventários e Testamentos como fontes de pesquisa. *Revista Brasileira de História da Educação*, Unicamp, v 00, p1-8, 2007. Disponível em [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos\\_pdf/Maria\\_Helena\\_Flexor2\\_artigo.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Maria_Helena_Flexor2_artigo.pdf) Acessado em 08/09/2016

FONSECA, Claudia. *Caminhos da adoção*. 3ed. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

FONTE, Teodoro Afonso da. Evolução do conceito e exposto em Portugal. In: VENÂNCIO, Renato Pinto (org.) *Uma história social do abandono de crianças: de Portugal ao Brasil século XVIII-XX*. São Paulo: Alameda, 2010, p.39-57.

FRANCO, Renato, CAMPOS, Adalgisa Arantes. Notas sobre os significados religiosos do Batismo. *Varia História*, nº31, p.21-40, jan./2004

FRANCO, Renato. *A piedade dos outros: o abandono de recém-nascidos em uma vila colonial, século XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FURTADO, Júnia Ferreira. O outro lado da Inconfidência Mineira: pacto colonial e elites locais. *LPH: Revista de História*, UFOP, n. 4, p.70-91, 1993/1994.

\_\_\_\_\_. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas Setecentistas*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

HEYWOOD, Colin. *Uma história da infância: da Idade Média à época Contemporânea no Ocidente*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e Fronteiras*. 3ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

IGLESIAS, Francisco. Minas e a Imposição do Estado no Brasil. *Revista de História*, nº 50, 1974,257-272.

LENHARO, Alcir. *As Tropas de Moderação: O abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1808 – 1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

LEMOS, Gustavo. *Aguardenteiros do Piranga: família, produção da riqueza e dinâmica do espaço em zonas de fronteira agrícola. Minas Gerais, 1800-1856*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.p.133-161.

LIBBY, Douglas Cole. “Novas considerações sobre a protoindustrialização mineira no século XVIII e XIX”. *Revista do Departamento de História*. FAFICH/UFMG, nº9, p.149-160,1989.

\_\_\_\_\_. *Transformação e trabalho em uma sociedade escravista: Minas Gerais no século XIX*. Editora Brasiliense, 1988.

\_\_\_\_\_. Notas sobre a produção têxtil brasileira no final do século XVIII: novas evidências de Minas Gerais. *Est. Econômico*, São Paulo, 27 (1):97125, jan-abr 1997

\_\_\_\_\_. As populações escravas das Minas Setecentistas: um balanço preliminar. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage, VILLALTA, Luiz Carlos (org.) *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas 1*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.p.407-438.

LIBBY, Douglas Cole, FRANK, Zephyr .Voltando aos registros paroquiais de Minas colonial: etnicidade em São José do Rio das Mortes, 1780-1810. *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2009, vol.29, n.58, pp. 383-415

LIBBY, Douglas Cole; BOTELHO, Tarcísio R.; ANDRADE, Cristiana Viegas de. Família e demografia em Minas Gerais, século XVIII, XIX e XX. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, v.29, n.1, p.199-206, jan./jun2012.

LIMA JR., Augusto de. A Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo. Editora USP, 1978.

MARCÍLIO, M.L.VENÂNCIO, R.P. Crianças abandonadas e as primitivas formas de sua proteção: século XVIII e XIX. Brasil. In: *Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Belo Horizonte: ABEP/CNPQ, 1990.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais e a história do Brasil. *Varia História*, 31,p.13-20, jan.2004.

\_\_\_\_\_. *História social da criança abandonada*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2006a.

\_\_\_\_\_. *Caiçara: terra e população: estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba*. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2006b.

\_\_\_\_\_. A criança abandonada na história de Portugal e do Brasil. In: VENANCIO, Renato Pinto (org). *Uma história social do abandono de crianças: de Portugal ao Brasil – Séculos XVIII – XX*. São Paulo: Alameda, 2010.p.13-37.

MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais no Século XIX: Tráfico e Apego à Escravidão numa Economia Não- Exportadora. *Estudos Econômicos*, 18(3), 1988.

MAXWELL, Kenneth. A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira .Brasil-Portugal 1750-1808. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

MENDES, Fábio Faria. Redes Sociais, sucessão e herança em Guarapiranga (1780-1880). Relatório final (FAPEMIG) Viçosa, 2011.

MONTEIRO, John Manuel. Negos da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NADALIN, Sérgio. *História e demografia elementos para um diálogo*. Demographicas vol.I Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2004.

NASCIMENTO, Alcineide Cabral do. *A sorte dos enjeitados: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas do Recife (1789-1832)*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2006. Tese de Doutorado.

\_\_\_\_\_. Frutos da castidade e da lascívia: as crianças abandonadas no Recife (1789-1832). *Estudos feministas*, Florianópolis, vol.15, n.1, p.67-83, Jan-Abril /2007.

OLIVEIRA, Luiz Henrique de. *Nas Malhas da Incerteza: Comportamento e estratégias camponesas na freguesia de Guarapiranga (1750-1820)*. *Dissertação de Mestrado em História*. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006.

OLIVEIRA, Pablo Menezes e. *As Câmaras em Minas no século XVIII: entre enquadramentos administrativos e desventuras tributárias*. *Revista História*. Ano 5, vol 1,n.1,p.97-122, 2014.

PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume. 1995.

\_\_\_\_\_. *Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

PAULA, Thiago do Nascimento Torres. *Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação da cidade do Natal (1753-1795)*. *Revista Educação em Questão*, Natal, v.30,n.16, 174-196, set/dez 2007.

PIRES, Maria do Carmo. *O termo de vila de Nossa Senhora do Carmo/Mariana e suas freguesias no século XVIII*. In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; MAGALHÃES, Sônia Maria de; PIRES, Maria do Carmo (org.). *Casas de Vereança de Mariana: 300 anos da Câmara Municipal de Mariana*. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012, p.26-48.

PRIORE, Mary del. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In: PRIORE, Mary del (org). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010, p.84-106.

RAMOS, Donald. Teias sagradas e profanas: o lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. *Revista Varia*, Belo Horizonte, n.31, p41-68, 2004.

REIS, João José. Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 2, n°. 3, 1996, p. 7-33.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. Entradas e bandeiras nas Minas de Guataguases. Simpósio Temático: Guerras e Alianças na História dos Índios.- Perspectiva Interdisciplinares- In : XXIII Simpósio Nacional de História- ANPUH Londrina 2005.

RUSSEL-WOOD, A.J.R. *Fidalgos e Filantropos: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia (1550-1755)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

SÁ, Isabel dos Guimarães. Abandono de crianças, infanticídio e aborto na sociedade portuguesa tradicional através das fontes jurídicas. *Penélope – fazer e desfazer a história*, n.8, p.7589, 1992.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: INVENTÁRIOS da Criação dos Expostos do Arquivo Histórico da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa. Lisboa, Santa Casa de Misericórdia 1998, pp. IX-XXII.

SANTOS, Jocélio Teles de. De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII –XIX. *Afro-Ásia*, (32), p.115-137, 2005.

SCOTT, Ana Silvia Volpi, BACELLAR, Carlos Almeida. Crianças abandonadas em áreas sem assistência institucional. In: VENANCIO, Renato Pinto (org). *Uma história social do abandono de crianças: de Portugal ao Brasil ,Séculos XVIII – XX*. São Paulo: Alameda, 2010.p.59-80.

SILVA, Antonio Moraes. Dicionario da lingua portugueza - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito

acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789. Disponível em : <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/2>

SILVA, Flávio M. Práticas comerciais e o abastecimento alimentar em Vila Rica na primeira metade do século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (org.). *As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica Companhia do Tempo, 2007, vol.1, p.359-375.

SILVEIRA, Marco Antônio. O universo do indistinto: estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808). São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. *Fama pública: poder e costume nas Minas setecentistas*. 1º ed. São Paulo: Hucitec, 2015.

SLENES, Robert W. Os Múltiplos de Porcos e Diamantes: A Economia Escravista de Minas Gerais no Século XIX. *Estudos Econômicos*, 18(3): 449-495, 1988.

SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006a.

\_\_\_\_\_. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006b.

TAUNAY, Afonso de E. *Relatos sertanistas/ coletânea de introdução as notas de Afonso de E. Taunay*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; [São Paulo]: Ed. De Universidade de São Paulo, 1981.

VAINFAS, Ronaldo. Trópico os pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

VALDEZ, Diane. “Inocentes expostos”: o abandono de crianças na Província de Goiás no século XIX. *Inter-Ação*. Rev. Fac. Educ. UFG, 29 (1): 107-129, jan/jun 2004.

VASCONCELOS, Diogo. História antiga das Minas Gerais. 4º ed. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 1974

VENÂNCIO, Renato Pinto. Os Últimos Carijós: Escravidão indígena em Minas Gerais. In: *Revista Brasileira de Historia*. Vol.17, n° 34, pp. 165-181, 1997.

\_\_\_\_\_. Estrutura do Senado da Câmara (1711-1808). In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998. p.139-141.

\_\_\_\_\_. *Famílias abandonadas: assistência da criança de camadas populares Rio de Janeiro e em Salvador: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Papirus, 1999.

\_\_\_\_\_. Família e abandono de criança em uma comunidade camponesa de Minas Gerais. *Diálogos*, DHI/UEM, v.4, n.4:111-123,2000.

\_\_\_\_\_. Infância e pobreza no Rio de Janeiro, 1750-1808. *História: Questões e Debates*, Curitiba, n.36, p.129-159,2002.

VILLALTA, Luiz Carlos. O Brasil e a crise do Antigo Regime (1788-1822). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.